

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO  
PERNAMBUCANO  
CAMPUS SALGUEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA – PROFEP

JOÃO PAULO LIRA MARTINS

**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO:  
Análise sob a ótica dos alunos do curso de Agropecuária do IFPI – Campus  
Oeiras**

SALGUEIRO (PE)

2020

JOÃO PAULO LIRA MARTINS

**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO:  
Análise sob a ótica dos alunos do curso de Agropecuária do IFPI – Campus  
Oeiras**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica ofertado pelo Campus Salgueiro do Instituto Federal do Sertão Pernambucano como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Ayala de Oliveira

SALGUEIRO (PE)

2020

Martins, João Paulo Lira  
M386p Política de assistência estudantil no ensino médio integrado: análise sob a ótica dos alunos dos curso de agropecuária do IFPI – Campus Oeiras.  
XVI, 167f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF Sertão PE) / Campus Salgueiro, Salgueiro, PE, 2020.  
Orientador (a): Profª Drª Cristiane Ayala de Oliveira.

1. Políticas Públicas Educacionais 2. Assistência Estudantil 3. Ensino médio integrado - Educação Profissional e Tecnológica I. Título II. Oliveira, Cristiane Ayala de.

CDD 378.013

Ficha Catalográfica Elaborada pela Bibliotecária Naira Michelle Alves Pereira CRB 4/1891

JOÃO PAULO LIRA MARTINS

**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO:  
Análise sob a ótica dos alunos do curso de Agropecuária do IFPI – Campus  
Oeiras**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica ofertado pelo Campus Salgueiro do Instituto Federal do Sertão Pernambucano como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cristiane Ayala de Oliveira (orientadora)  
Instituto Federal do Sertão Pernambucano – Campus Salgueiro

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Francisco Kelsen de Oliveira (Examinador Interno)  
Instituto Federal do Sertão Pernambucano – Campus Salgueiro

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Marcelo Souza da Silva (Examinador Externo)  
Instituto Federal do Sertão Pernambucano – Campus Salgueiro

JOÃO PAULO LIRA MARTINS

**GUIA: A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL MAIS PRÓXIMA DE VOCÊ**

Produto educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica ofertado pelo Campus Salgueiro do Instituto Federal do Sertão Pernambucano como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cristiane Ayala de Oliveira (orientadora)  
Instituto Federal do Sertão Pernambucano – Campus Salgueiro

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Francisco Kelsen de Oliveira (Examinador Interno)  
Instituto Federal do Sertão Pernambucano – Campus Salgueiro

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Marcelo Souza da Silva (Examinador Externo)  
Instituto Federal do Sertão Pernambucano – Campus Salgueiro

## **AGRADECIMENTOS**

Se você está lendo essa seção é porque eu consegui. Não foi tranquilo e tampouco fácil. Das dúvidas de fazer o processo seletivo do Profept, do medo de começar esse mestrado, que era totalmente fora da minha zona de conforto, até das inseguranças de escrever essa pesquisa. Mas, no final, tudo deu certo e foi tudo muito satisfatório.

No decorrer do mestrado e, principalmente, no desenvolvimento desta dissertação, vários foram os apoios para que isso se concretizasse. O medo de não conseguir ou de não acompanhar as aulas me perseguiu durante todo esse processo, mas, com muita luta e esforço, o título veio.

À minha família, toda a minha gratidão! À minha mãe, Dodoia, meu pai, João Elias, e às minhas irmãs, Joelma e Joana Elisa. Aos meus tios e primos, que sempre estiveram ao meu lado, e, em especial, à minha avó, Socorro Martins, minha maior incentivadora.

À todos os meus amigos, pela paciência e força nos momentos menos fáceis e, em especial, à Laura, pelas ajudas essenciais nos meus momentos de desespero.

Aos amigos do mestrado, Plínia, Carol, Edmilson, William, Fernando e Marivânia. Passamos juntos por angústias, incertezas, dúvidas, horas e mais horas de estradas, mas, sem vocês, esse mestrado não teria tido a mesma leveza.

À minha orientadora, Professora Cristiane Ayala, pela orientação prestada, pelo incentivo, apoio, pelas horas de telefone para alinhamento da pesquisa. Aqui lhe exprimo toda minha gratidão.

Também não poderia deixar de agradecer aos amigos do IFPI – Campus Oeiras, em especial ao Sebastião e ao Paulo Roberto, que facilitaram todo esse processo e também aos alunos do 3º ano do Ensino Médio Integrado ao técnico de Agricultura e Agropecuária, que participaram da pesquisa respondendo aos questionários, sem vocês isso não teria se concretizado.

A todos, o meu sincero e profundo, muito obrigado!!

“ Ela está no horizonte.  
Me aproximo dois passos,  
Ela se afasta dois passos.  
Caminho dez passos e  
O horizonte corre dez passos.  
Por mais que eu caminhe,  
Jamais alcançarei.  
Afinal, para que serve a utopia?  
Serve para isso, para caminhar.”

EDUARDO GALEANO

## RESUMO

As Políticas de Assistência Estudantil que vigoram desde a promulgação do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, tem como finalidade cobrir custos importantíssimos para os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, possibilitando ao educando o acesso a benefícios como: moradia, transporte, alimentação, algumas despesas com materiais e outras despesas eventuais, tendo como perspectiva a inclusão social, formação ampliada, melhoria do desempenho acadêmico e, conseqüentemente, da qualidade de vida. Os Institutos Federais ofertam as mais variadas modalidades de ensino, passando pela graduação, pós-graduação, ensino médio integrado e ensino técnico, no entanto, é no ensino médio integrado que esta política apresenta impacto significativo, visto que a maioria de seus beneficiários são alunos em idade escolar que demandam uma permanência maior dentro da instituição. Dentro desse contexto, este estudo tem como objetivo analisar como os alunos do Ensino Médio Integrado do Instituto de Educação do Piauí – Campus Oeiras – percebem a importância da bolsa de assistência estudantil dentro do seu percurso acadêmico. Trata-se de uma pesquisa explicativa e descritiva, com utilização de fontes bibliográficas e de natureza quanti-qualitativa. O instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário com perguntas abertas e fechadas direcionado aos alunos (independentemente de receber ou não o benefício) do 3º ano do curso de Agropecuária. Para análise dos dados, foi utilizada a análise de Bardin. Por fim, a partir dos estudos realizados, foi elaborado, como produto educacional, um guia lúdico-didático contendo informações sobre a importância da assistência estudantil no seu percurso acadêmico. As análises feitas evidenciaram uma dificuldade por parte dos alunos de compreenderem o programa de assistência estudantil como um todo, limitando-se a afirmar que é apenas um repasse financeiro mensal. Concluímos que, por mais que os alunos tenham dificuldades em interpretar toda política de assistência estudantil, eles entendem que é uma forma de democratizar e garantir educação a todos.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas Educacionais. Assistência Estudantil. Ensino Médio Integrado.

## **ABSTRACT**

The Student Assistance Policies which have been in force since Decree No. 7,234 of July 19, 2010, are intended to cover major costs for students in socioeconomic vulnerability, with per capita household income of up to one and a half minimum wages. , enabling the student to access benefits such as housing, transportation, food, some expenses with materials and other eventual expenses, with the perspective of social inclusion, expanded education, improvement of academic performance and consequently the quality of life. The Federal Institutes offer the most varied types of education, including undergraduate, graduate, integrated high school and technical education, however, it is in integrated high school that this policy has a significant impact, since most of its beneficiaries are students. of school age that require a longer stay within the institution. Within this context, this proposal will have as objective to analyze how the students of Integrated High School of the Institute of Education of Piauí - Oeiras Campus perceive the importance of the student assistance scholarship within their academic path. This is an explanatory and descriptive research using bibliographic sources and quantitative and qualitative nature. The data collection instrument used will be the questionnaire with open and closed questions, directed to students (regardless of whether or not they receive the benefit), as well as agents who work in their selection processes for granting the benefit on campus. For data analysis will be used the Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). For educational product will be developed a didactic guide on student assistance to bring students closer to the educational public policies developed in the institution.

**Keywords:** Educational Public Policies. Student Assistance. Integrated High School.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Piauí com a distribuição dos Campi do IFPI.....	30
--	----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Percepção dos alunos sobre a Assistência Estudantil .....	79
Quadro 2 - Percepção dos alunos sobre o impacto da Assistência Estudantil.....	84
Quadro 3 - Percepção do alunos sobre a Assistência Estudantil como fator para melhora na qualidade de vida .....	86
Quadro 4 - Percepção dos alunos sobre assistência estudantil como fator para permanência.....	87
Quadro 5 - Percepção dos alunos sobre a Assistência Estudantil .....	89
Quadro 6 - Percepção dos alunos sobre a assistência estudantil e seu impacto na renda familiar.....	91
Quadro 7 - Percepção sobre Assistência Estudantil pelos alunos não bolsistas .....	95
Quadro 8 - Relato dos alunos sobre dificuldades de aquisição de material. ....	96
Quadro 9 - Relato do aluno sobre impossibilidade de ajudar com as despesas de casa.....	97
Quadro 10 - Relato de aluno sobre dificuldades por não ser contemplado pelo programa.....	98
Quadro 11 - Pontos Positivos e pontos negativos do Produto Educacional.....	109

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Categorias sobre a percepção dos alunos sobre a Assistência Estudantil .....	78
--	----

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Percentual de idade dos alunos entrevistados .....	655
Gráfico 2 Etnia dos alunos entrevistados .....	666
Gráfico 3 Escola de origem dos alunos entrevistados.....	688
Gráfico 4 Onde residem os alunos entrevistados.....	699
Gráfico 5 Com quem os alunos entrevistados moram.....	700
Gráfico 6 Com quem moram os alunos bolsistas e não bolsistas .....	711
Gráfico 7 Renda Familiar Mensal .....	711
Gráfico 8 Renda Familiar dos Alunos Não Bolsistas .....	722
Gráfico 9 Nível de Escolaridade dos Pais dos alunos entrevistados.....	733
Gráfico 10 Empregabilidade dos pais dos alunos entrevistados .....	744
Gráfico 11 Você conhece a Política de Assistência Estudantil?.....	755
Gráfico 12 Você sabe quais as atividades desenvolvidas pela Assistência Estudantil no Campus? .....	766
Gráfico 13 Você conhece as bolsas ofertadas pela Assistência Estudantil no Campus .....	777
Gráfico 14 Você sabe como conseguir a assistência estudantil no seu campus? ..	788
Gráfico 15 Valor recebido da bolsa pelos alunos bolsistas .....	833
Gráfico 16 O valor da bolsa ajuda nas despesas de formação educacional? .....	844
Gráfico 17 A bolsa ajudou a melhorar suas notas no decorrer do ano?.....	866
Gráfico 18 Na hipótese de perder a bolsa no próximo ano, qual sua atitude? .....	888
Gráfico 19 O Fato de não receber a bolsa afeta negativamente o seu desempenho acadêmico? .....	933
Gráfico 20 Já pensou em desistir do curso por não receber a bolsa?.....	944
Gráfico 21 Composição dos questionários .....	1033
Gráfico 22 O material apresenta conceitos e argumentos claros? <b>Erro! Indicador não definido.</b> <sup>4</sup>	
Gráfico 23 A descrição do guia didático é suficientemente clara para um melhor entendimento do leitor? .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b> <sup>4</sup>
Gráfico 24 Quanto ao aspecto visual do guia didático, você considera ele excelente .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b> <sup>5</sup>
Gráfico 25 Em relação às informações contidas no guia didático sobre o programa de assistência estudantil, você considera ela de fácil compreensão?.....	1066

Gráfico 26 Quanto a linguagem utilizada no guia, você considera ela clara ..... **Erro!**

**Indicador não definido.6**

Gráfico 27 Quanto a História em Quadrinhos, quanto a sua linguagem, você acha que ela esta clara e de fácil compreensão? ..... 1077

Gráfico 28 A história em quadrinhos conseguiu transmitir a mensagem de maneira lúdica? ..... 1088

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE – Assistência Estudantil  
CEB – Câmara de Educação Básica  
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica  
CNE – Conselho Nacional de Educação  
DAE – Departamento de Assistência Estudantil  
EJA – Educação de Jovens e Adultos  
EMI – Ensino Médio Integrado  
EPT – Educação Profissional e Tecnológica  
FHC – Fernando Henrique Cardoso  
FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis  
IF – Instituto Federal  
IFPI – Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Piauí  
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação  
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional  
PEBE – Programa Especial de Bolsa de Estudo  
PIBIC – Projeto de Iniciação Científica  
PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil  
POLAE – Política de Assistência Estudantil  
PPI – Plano Político Institucional  
PRAEI – Programa de Acolhimento ao Aluno Ingressante  
PROEJA – Programa de Educação de Jovens e Adultos  
PT – Partido dos Trabalhadores  
MEC – Ministério da Educação  
UNE – União Nacional dos Estudantes  
UNED – Unidade de Ensino Descentralizado  
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	17
2 PANORAMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL .....	20
2.1 DAS ESCOLAS DE APRENDIZES E ARTÍFICES AOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO .....	20
2.2 CRIAÇÃO E EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA .....	24
3 POLÍTICAS PÚBLICAS .....	32
3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS .....	34
3.2 BREVE HISTÓRICO SOBRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL .....	35
3.3 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO POLÍTICA PÚBLICA .....	40
3.4 ENSINO MÉDIO INTEGRADO .....	46
3.5 EDUCAÇÃO E TRABALHO E SUA RELAÇÃO COM A DUALIDADE EDUCACIONAL .....	49
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	58
4.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA .....	58
4.2 PARTICIPANTES .....	59
4.3 CAMPO DE PESQUISA .....	60
4.4 INSTRUMENTO .....	60
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS .....	63
5.1. GÊNERO .....	63
5.2 IDADE .....	65
5.3 ETNIA .....	66
5.4 ESTADO CIVIL E QUANTIDADE DE FILHOS .....	67
5.5 ESCOLA DE ORIGEM .....	68
5.6 CIDADE EM QUE RESIDE .....	68
5.7 SITUAÇÃO E RENDA FAMILIAR .....	69
5.8 SITUAÇÃO DE EMPREGO E ESCOLARIDADE DO PAI E DA MÃE .....	73
5.9 PERCEPÇÃO DOS ALUNOS SOBRE A POLAE .....	74
5.10 IMPACTO NA VIDA DO ALUNO BOLSISTA .....	82
5.11 DESAFIOS PARA O ALUNO NÃO BOLSISTA .....	92
6 PRODUTO EDUCACIONAL .....	100
6.1 A AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL .....	102
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	113
REFERÊNCIAS .....	112
APÊNDICES .....	119

ANEXOS .....	136
--------------	-----

## 1 INTRODUÇÃO

O direito à educação, que consta no texto da Constituição Federal, não se inicia e finaliza com o acesso às Instituições Públicas. Ele percorre toda a vida acadêmica dos estudantes, oferecendo condições para que os mesmos consigam concluir com êxito os seus estudos. Após ingresso nas instituições, muitos alunos, por questões socioeconômicas, não concluem os cursos, por não conseguir frequentar as aulas, e foi com base nesta realidade que surgiram as Políticas de Assistência Estudantil, visando oferecer condições de permanência e êxito.

Com a Portaria nº 39, de 12 de dezembro de 2007, as Universidades estabeleceram internamente critérios para distribuir recursos recebidos com as primeiras dotações orçamentárias, programando, assim, as suas próprias estratégias para receber os estudantes que precisavam de algum apoio especial. E a partir do decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram inseridos dentro desses programas de assistência estudantil.

O programa de Assistência Estudantil (POLAE) dos Institutos tem como principal objetivo possibilitar aos jovens das instituições públicas federais de educação, condições de acesso, permanência e conclusão de seus cursos. Suas principais finalidades são: cobrir custos importantíssimos para os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica com renda per capita de até um salário mínimo e meio, possibilitando ao educando o acesso a benefícios como: moradia, transporte, alimentação, algumas despesas com materiais e outras despesas eventuais, tendo como perspectiva a inclusão social, formação ampliada, melhoria do desempenho acadêmico e, conseqüentemente, da qualidade de vida.

No entanto, em situações específicas, vão além do corte de renda, levando em conta moradias e situações familiares. Esse trabalho destaca a importância dessa Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal do Piauí – Campus Oeiras, e tem como principal problema norteador: a atual Política de Assistência Estudantil está realmente garantindo a permanência, o êxito e melhoria na qualidade de vida dos alunos? Essa problemática será respondida com base na percepção que os próprios alunos têm sobre o recebimento do benefício e os impactos que este causa na sua vida acadêmica e também pessoal. O objetivo geral dessa pesquisa é

analisar como assistência estudantil impacta na vida acadêmica dos alunos a partir do ponto de vista dos mesmos. Possui como objetivos específicos: identificar o perfil do aluno bolsista e não bolsista; verificar as oportunidades que o programa traz aos beneficiados; identificar os desafios que os alunos que não recebem o benefício enfrentam; desenvolver um produto educacional lúdico-informativo com o propósito de disseminar informações acerca da assistência estudantil além de fazer a avaliação desse produto junto à comunidade acadêmica.

O principal emprego das políticas públicas estudantis é garantir aos estudantes menos favorecidos permanência e êxito nas instituições de ensino. Com base na grande procura dos alunos pelos editais de assistência estudantil, o interesse pelo tema se deu pela necessidade de verificar se essas políticas públicas realmente são indispensáveis para sua permanência nas instituições, garantindo, assim, um melhor êxito acadêmico.

Trata-se de uma pesquisa de natureza quanti-qualitativa, descritiva e exploratória. A princípio, efetuamos uma análise bibliográfica em livros, artigos, dissertações, teses e sites confiáveis a respeito do tema para um maior aprofundamento. Em seguida, realizamos uma pesquisa de campo nas turmas de Ensino Médio Integrado ao Técnico do curso de Agropecuária do Instituto Federal de Educação - *Campus* Oeiras - a partir de questionários compostos de perguntas abertas e fechadas.

Tomando como base os caminhos delineados pela pesquisa, entendemos que o referido estudo insere-se na linha de pesquisa “Gestão e Organização dos Espaços Pedagógicos e Educacionais da Educação Profissional e Tecnológica”, pois discutir sobre a política de assistência estudantil é fundamental para melhorar os processos de gestão dos recursos educacionais e organização e aprimoramento dos processos de ensino-aprendizagem, contribuindo para a instituição avaliar a eficácia dos seus programas com vistas à formação integral do aluno.

Assim, buscando apresentar o percurso deste trabalho, organizamos a referida dissertação em seis capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro, explanaremos a história dos Institutos Federais de Educação, passando das Escolas de Aprendizes e Artífices criadas em 1909 até os dias de hoje, com todas as modificações sofridas nos Institutos durante os anos. No segundo capítulo, trataremos das Políticas Públicas no contexto geral, além das Políticas Públicas aplicadas à Educação e, especificamente, da Política de

Assistência Estudantil.

No terceiro capítulo, discorreremos sobre Ensino Médio Integrado como modalidade de ensino e, também, última etapa da educação básica. No quatro, apresentaremos os aspectos metodológicos da pesquisa, descrevendo os caminhos percorridos para a realização deste estudo, o tipo e campo da pesquisa, bem como os instrumentos de coleta e análise dos dados.

No quinto capítulo, discutiremos os resultados obtidos na pesquisa, os quais apresentam os dados socioeconômicos dos discentes, a percepção dos alunos sobre a POLAE e os impactos na vida do aluno bolsista. No sexto, discorreremos sobre o produto educacional, destacando seu processo de elaboração, construção e avaliação. E, por fim, nas considerações finais, destacaremos o alcance dos objetivos, a resposta à problemática, as limitações e dificuldades da pesquisa, bem como sugestões para pesquisas futuras.

## 2 PANORAMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

### 2.1 DAS ESCOLAS DE APRENDIZES E ARTÍFICES AOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO

No Brasil, os primeiros registros sobre a educação remontam da época do Brasil colônia e foram desenvolvidas pelos jesuítas que vieram de Portugal. Bezerra (2013, p. 16) afirma que "[...] a finalidade educacional era cristã para os indígenas e humanístico-intelectual para os filhos dos senhores de engenho e colonizadores. Difundindo, portanto, a cultura dos nobres lusitanos." Tal afirmação deixa claro que para a elite o ensino era de caráter propedêutico enquanto que para as classes mais baixas cabiam apenas os ensinamentos católicos que tinham como objetivo a evangelização de indígenas e escravos, bem como a aprendizagem do trabalho manual, que, segundo Camargos (2018, p. 154), era considerada uma "[...] atividade indigna, sob a ótica dessa elite [...]"

Bezerra (2013) aponta em sua obra que a primeira convergência entre educação e trabalho se deu durante o Ciclo do ouro em Minas Gerais e que possibilitou a criação das Casas de Fundição e da Moeda. Isso acabou gerando um aumento da complexidade do trabalho que era desenvolvido nessas casas, necessitando de uma educação mais especializada. É importante destacar que esse trabalho não ficou a cargo nem dos negros e nem dos indígenas.

O ensino profissionalizante teve início no Brasil em 1808, quando D. João VI criou o Colégio de Fábricas no Rio de Janeiro, que, Segundo Vieira e Sousa Junior (2018), só foi possível a partir da revogação do Alvará de 1785, que proibia o funcionamento de fábricas e manufatura no Brasil. Isso ocorreu como uma forma do rei preservar a coroa portuguesa após a invasão de Napoleão Bonaparte à Portugal. Essa revogação foi feita, pois, como o Brasil, naquela época, não conseguia importar tudo que necessitava para o consumo, precisou abrir as fábricas e qualificar a mão-de-obra para a produção. Mas Oliveira destaca que:

Nessa fase inicial, a educação profissional originou-se predominantemente na sociedade civil e com objetivos assistencialistas, pois o modo de produção nesse período, baseado na exploração e na exportação de matéria-prima destinada aos países europeus, não exigia mão de obra qualificada, não havendo assim, grandes preocupações com a educação da classe

trabalhadora, em função das tarefas que lhe eram exigidas (OLIVEIRA, 2012, p. 48).

Ainda com objetivos assistencialistas, foi iniciada, também, no Rio de Janeiro, em 1857, a Sociedade Propagadora de Belas Artes, que criou o Liceu de Artes de Ofícios e que, de acordo com Macedo (2017), tinha como finalidade a aprendizagem de ofícios para os jovens mais pobres da época.

Passados 100 anos da criação dos Colégios de Fábricas, Nilo Peçanha, presidente do Brasil, com base no decreto nº 7.566 de 1909, criou as Escolas de Aprendizes e Artífices no Brasil:

Com o decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909, o então presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Nilo Peçanha, cria nas capitais dos estados as Escolas de Aprendizes Artífices, destinados ao ensino profissional de nível primário e de natureza gratuita com o objetivo de atender aos “desfavorecidos de fortunas”, tornando-os úteis a nação (ARAÚJO, 2016, p.24).

Segundo a citação do autor, os “desfavorecidos de fortunas” referiam-se às crianças carentes entre 10 e 13 anos, que recebiam educação primária e aprendiam algum tipo de ofício, como marcenaria, sapataria, funilaria, dentre outros.

Macedo (2017) ainda destaca que essas escolas, desde o seu início, apresentavam diversos problemas, como a precariedade das suas instalações e oficinas como também o despreparo do seu corpo docente que, por possuir apenas nível primário, não tinha conhecimento suficiente para atuar no ensino profissionalizante. Mas mesmo com todas as dificuldades no decorrer dos anos, as Escolas de Aprendizes e Ofícios conseguiram se sobressair dando início ao que hoje veio se tornar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Nas décadas de 30 e 40, o processo de industrialização do Brasil, baseado na política de substituição de importações, precisou qualificar rapidamente os trabalhadores para o parque industrial brasileiro, porque ainda, segundo Macedo (2017, p. 97), nessa época “A economia brasileira altera definitivamente o seu eixo passando da atividade de agroexportação para a industrial”. Para atender a essa demanda, as Escolas de Artífices passaram por várias transformações, pois, além dos ofícios, os alunos precisavam também ampliar os estudos.

No ano de 1937, a Constituição brasileira vai tratar especificamente do ensino técnico, profissional e industrial, no seu artigo 129, ocorrendo, assim, a

primeira mudança de nome da instituição, que passou a se chamar de Liceu Industrial.

Em 1937, foi outorgada a Constituição que previa o ensino técnico, profissional e industrial; e a lei que transformou o nome de “Escolas de Aprendizes Artífices” para “Liceus Industriais” foi assinada. Essa mudança ocorreu pela própria necessidade de mudança dado o desenvolvimento industrial que o então presidente, Getúlio Vargas, almejava (MEC, 2009).

Nesse trecho, é perceptível a existência da necessidade que o Estado tinha de prover o ensino naquela época e possuía como seu principal público-alvo as classes menos favorecidas. E esse estigma de que o ensino profissionalizante é destinado exclusivamente para os mais necessitados percorreu toda a história do ensino profissionalizante por vários anos. Bezerra destaca isso quando afirma que:

Enquanto a ensino secundário e o normal, os quais estavam sob a competência do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores, objetivavam “formar as elites condutoras do país”, o ensino profissional, anteriormente afeto ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, persistia na missão de dar “formação adequada aos filhos dos operários, dos desvalidos de sorte e aos menos afortunados, aqueles que necessitavam ingressar precocemente na força de trabalho (BEZERRA, 2013, p. 24).

O que foi citado pela autora só corrobora o que já foi dito anteriormente quando se mencionou que a educação era dividida na época única e exclusivamente pelas classes sociais. Isso só continuou fortalecendo a dualidade educacional que, segundo Kuenzer (2007), a elite dominava o ensino intelectual, enquanto a classe trabalhadora dispunha do ensino profissionalizante e que, muitas vezes, era um ensino precário.

Em 1942 ocorreu a Reforma Capanema, que, segundo Araújo (2016), estabelecia a organização e o regime do ensino industrial em caráter de segundo grau, destinada à preparação profissional de trabalhadores que iriam atuar nas indústrias, nas atividades artesanais, nas comunicações e na pesca. Pretendia-se, assim, constituir uma grande rede para a formação de mão-de-obra qualificada para o setor produtivo com essa grande variedade de cursos. Nesse mesmo ano, os Liceus passaram a ser chamados de Escolas Industriais e Técnicas, permitindo, assim, que os alunos ingressassem no ensino superior em área equivalente à sua

formação (MEC, 2009).

Com o Plano de Metas, de Juscelino Kubitschek (1956), chegou ao Brasil a indústria automobilística, necessitando de bastante mão-de-obra qualificada, fazendo com que o governo fizesse repasse de recursos para as escolas técnicas. Em 1959, elas se transformam em Escolas Técnicas Federais, transformando-se, assim, em autarquias e ganhando autonomia de didática e de gestão (MEC, 2009). Com essas novas Escolas, formaram-se trabalhadores com mão-de-obra qualificada e essencial para a indústria recém-chegada no Brasil, escolas essas que só cresceram com o passar dos anos.

Com o golpe militar, que ocorreu no Brasil em 1964, houve um retrocesso na questão educacional no Brasil. As decisões já não eram mais tomadas com a participação da população, o que coube também as questões voltadas para a educação. Em 1971, foi aprovada a Lei nº 5.692, que, segundo Paiva (2013, p. 42), “[...] alterou o ensino médio, que passou a ser obrigatoriamente profissionalizante em todo o território nacional.” Além da institucionalização do Ensino Médio Profissionalizante foi também marcado pelo autoritarismo, pela desmobilização da classe dos professores, pelo tecnicismo pedagógico, dentre outros pontos críticos. Quevedo (2016) também menciona que a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, torna obrigatória a profissionalização do segundo grau, onde o currículo integra um núcleo comum e uma parte diversificada para habilitações profissionais de acordo com as demandas do mercado local.

Através da Lei nº 6.545, as Escolas Técnicas Federais começaram a se transformar em Centros Federais de Educação Tecnológica, os conhecidos CEFETs, no ano de 1978. A princípio, apenas três CEFETs foram criados, o dos Estados do Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais, e que, de acordo com Bezerra (2013, p. 27), tinham a função de “[...] formar engenheiros de operação e tecnólogos[...].” e que graças à necessidade de profissionais dessas classes, possibilitou a criação de mais Centros Tecnológicos mais tarde.

Com a Constituição de 1988 e para a reestruturação das políticas públicas voltadas para a educação, em 1994, foi estabelecida a Lei nº 8.948, que instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, que transformou gradativamente as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação, os CEFETs. Segundo Araújo (2016, p. 30), esses centros tinham como objetivo “[...] propagar pelo país a Educação Profissional Tecnológica, para

assim suprir as necessidades de funcionários do setor produtivo”.

Em 1996, a Lei nº 9.394 dispõe sobre a Educação Profissional num capítulo diferente da Educação Básica, onde a Educação Profissional passou a ter um maior grau de importância. Já em 1998, com a Lei nº 9.694, ficou proibida a criação de novas escolas técnicas, o que só mudou apenas em 2005, com a revogação dessa Lei, quando o Ensino Técnico sofreu o seu maior grau de valorização.

O Decreto nº 6.095 de 24 de abril de 2007 foi responsável pela reintegração e reestruturação das Instituições Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, onde os CEFETs faziam a adesão voluntária ao novo sistema de Ensino Profissional. Em 2008, com a promulgação da Lei nº 11.892, foram criados, a princípio, 38 Institutos Federais de Educação, que, segundo Otranto (2010, p. 101), tinha como finalidade “oferecer educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades e promover a integração e verticalização da educação profissional, desde a educação básica até o ensino superior”.

Araújo afirma que:

As novas instituições com natureza jurídica de autarquias, contando com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, foram transformadas em instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, com especialidade na educação profissional e tecnológica, passando a ter autonomia para criar e extinguir cursos dentro de sua área de atuação, equiparando-se assim às universidades federais, com relação a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos superiores (ARAÚJO, 2016, p. 35).

Os Institutos, então, não iriam mais atuar apenas nas suas áreas de ensino e profissionalizante, mas uniriam a tríade ensino, pesquisa e extensão, se assemelhando, assim, às Universidades Federais, mas resguardando a sua área de atuação.

## 2.2 CRIAÇÃO E EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Os anos 2000 foi um período em que a Educação Profissional e Tecnológica passou por momentos de transformações, tanto em questões sociais quanto econômicas e também financeiras. Isso se deu em grande parte pelo aumento de

investimento em novas tecnologias, o que acarretou a necessidade da formação de profissionais mais qualificados para preencher a grande oferta de vagas dentro desse mercado. Os marcos da Educação Profissional e Tecnológica nos anos 2000, segundo Turmena e Azevedo (2017), foram em 2006, decorrente do parecer CNE/CES nº 277, a partir da iniciativa do MEC junto ao Conselho Nacional de Educação que tinha o objetivo de reorganizar a Educação Profissional e Tecnológica, e em 2007, a partir do decreto nº 6.095, que estabeleceu todas as diretrizes para o processo de integração das Instituições Federais Tecnológicas com a finalidade da constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Após todos os trâmites legais, em 29 de dezembro de 2008 foi promulgada a Lei de nº 11.892, instituindo a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando, assim, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Além dos IFs, a Rede Federal ainda é constituída pelas seguintes Instituições: Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, além do Colégio Pedro II. A redação do seu artigo 2º diz o seguinte:

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos, com as suas práticas pedagógicas nos termos desta Lei (BRASIL, 2008).

Ao tratar da educação básica, superior e profissional, isso conferiu aos Institutos a possibilidade de ofertar vagas em suas unidades nos mais diferentes níveis de ensino, como ensino médio integrado, ensino técnico, ensino superior, pós-graduação, dentre outros, garantindo, assim, a pluralidade do seu currículo nos mais variados campi espalhados por todo o país, conferindo, dessa forma, sua estrutura multicampi. É importante salientar que, quando os Institutos Federais foram criados, já existiam várias estruturas de escolas tecnológicas nas mais diversas regiões do país, o que culminou nas suas transformações automaticamente em IFs.

Quando o então Presidente Luís Inácio Lula da Silva revogou a Lei nº 8.948 de 1994 do governo FHC, a ideia do Governo era reconfigurar toda a Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica, promulgando, assim, a Lei nº 11.195 de 2005,

dando início aos planos de expansão dos Institutos Federais de Educação. Segundo o site do MEC, o plano de expansão foi marcado por três fases:

**Plano de Expansão – Fase I** - A prioridade inicial foi a construção de escolas em unidades da federação ainda desprovidas destas instituições, como Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, além da instalação de instituições federais de educação profissional nas periferias de grandes centros urbanos e municípios do interior.

Na primeira fase do plano de expansão, o projeto previu a criação de 5 (cinco) escolas técnicas federais e de 4 (quatro) escolas agrotécnicas federais, bem como a implantação de 33 novas unidades de ensino descentralizadas, contemplando 23 unidades da federação com a instalação de pelo menos uma instituição federal de educação tecnológica.

**Plano de Expansão – Fase II** - Em sua segunda fase, iniciada em 2007, a Setec/MEC estabelece como meta a criação, em quatro anos, de mais 150 novas instituições federais de educação tecnológica no marco do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica. As instituições foram distribuídas nos 26 estados e no Distrito Federal, contemplando 150 municípios diferentes escolhidos pelo próprio MEC e mediante manifestação de interesse por parte das prefeituras municipais.

**Plano de Expansão – Fase III** - Sua terceira fase, iniciada em 2011, estabeleceu um projeto de criação de 208 novas unidades até 2014, permanecendo o propósito de superação das desigualdades regionais e na viabilização das condições para acesso a cursos de formação profissional e tecnológica como ferramenta para melhoria de vida da população.

Como resultado, a expansão e interiorização das instituições federais de EPT partiu, em 2006, de um total de 144 unidades. Chegou em 2018, a 659 unidades em todo o país, das quais 643 já se encontram em funcionamento. Isto representou a construção de mais de 500 novas unidades, quantitativo maior do que o previsto nas três fases (que totalizava 400 novas unidades) (MEC, 2009)

O projeto do governo com essa expansão era não apenas levar educação para as cidades do interior e, conseqüentemente, mais afastadas dos grandes centros urbanos, mas também qualificar a mão-de-obra desses lugares para que, assim, eles possam entrar no mercado de trabalho tendo uma profissão, garantindo independência financeira e aumentando a produtividade dessas regiões. Indo ao encontro de Silva (2009), a principal meta dos IFs é promover a justiça social, equidade e inclusão social das classes trabalhadoras.

A Institucionalização dos Institutos é considerada pelo Governo como estratégia para o desenvolvimento local, regional e nacional e fortalecimento do processo de inserção cidadã de milhares de

brasileiros, melhorando-lhes a qualidade de vida (TURMENA E AZEVEDO, 2017, p. 1071).

Pela citação dos autores acima, fica ainda mais evidente a importância dos IFs tanto em atenção às classes de trabalhadores, oferecendo o ensino básico e profissional, quanto para a indústria, que terá oferta de mão-de-obra qualificada. Mas para que isso ocorra, deve-se levar em conta todo processo produtivo, principalmente o da cidade ao qual ele está inserido, pois o Instituto se relaciona à sua localidade, dando ênfase na produção local.

Por fim, podemos chegar à conclusão de que os Institutos Federais de Educação redesenharam os rumos da Educação Profissional e Tecnológica iniciados em 1909 com as Escolas de Aprendizes e Artífices no governo do Presidente Nilo Peçanha e, nos dias atuais, tem o intuito de fornecer educação e desenvolver as potencialidades de todas as regiões do país. Logo, é indiscutível mencionar que a expansão da EPT tem o objetivo de fortalecer e expandir o capital pelo Brasil. Nesse sentido, é possível concluir que, como o Brasil é um país que é regido pela égide do capital, as políticas educacionais estão intimamente voltadas para o desenvolvimento capitalista.

### **2.2.1 Breve histórico sobre o Instituto Federal de Educação do Piauí**

Até a chegada do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), a instituição passou por diversas transformações na sua estrutura tanto sob aspectos didáticos quanto de gerenciamento para se adequar também às diversas mudanças econômicas, sociais e políticas no decorrer dos anos. A primeira escola técnica instalada no Piauí foi a Escola de Aprendizes e Artífices, como já mencionada anteriormente nesse trabalho.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPI, a primeira instituição começou a funcionar em um prédio localizado na antiga Praça Aquidabã, hoje conhecida como praça Pedro II, em 1909. A escola contava, na época, com os cursos profissionalizantes das áreas de Arte Mecânica, Marcenaria, Sapataria e Fundição.

Em 1937, no governo de Getúlio Vargas, as Escolas de Aprendizes e Artífices virou o Liceu Industrial do Piauí, com o objetivo governamental de industrializar o

país usando a Rede de Escolas Profissionais como instrumento de formação de operários. Foi nesse período também a construção e inauguração de sua sede própria em terreno cedido pela Prefeitura Municipal de Teresina, na Praça Monsenhor Lopes, hoje Praça da Liberdade, onde funciona, atualmente, o IFPI Campus Teresina Central.

Em 1942, a instituição passou a ser chamada de Escola Industrial de Teresina, que dividiu as escolas da rede em industrial e técnica. As escolas industriais ficaram, geralmente, nos estados menos industrializados, como o Piauí. Ocorreu a ampliação das salas de aula e oficinas escolares. Em 1965, houve a inclusão do termo Federal, permitindo que a instituição pudesse criar cursos técnicos industriais.

Em 1967, a instituição foi promovida a Escola Técnica Federal do Piauí, com uma grande ampliação da estrutura geral da escola. Os cursos técnicos, antes apenas noturnos, passaram a ser diurnos e houve, também, a permissão da matrícula de mulheres, o que quadruplicou o número de estudantes no período de dois anos. Em 1986, houve a inauguração da primeira Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) na cidade de Floriano.

A transformação da Escola Técnica Federal do Piauí em Centro Federal de Educação tecnológica do Piauí (CEFET – PI) aconteceu em 1999 – ano em que ocorreu o primeiro vestibular da instituição. Em 2007, houve a implantação, em Teresina, de uma nova UNED, que hoje é o Campus Teresina Zona Sul, e no interior do Estado passaram a funcionar as unidades de Picos e Parnaíba.

Com a transformação de 38 unidades dos CEFET em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em 2008, o Governo Federal criou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Nessa época também começaram as ações de ensino a distância, com a atuação do IFPI em seis polos de apoio presencial. Em 2009, houve a expansão do IFPI para mais seis municípios: Angical, Corrente, Piripiri, Paulistana, São Raimundo Nonato e Uruçuí. Em 2013, entraram em funcionamento os campi de Pedro II, Oeiras, São João do Piauí e, em 2014, os de Campo Maior, Cocal e Valença.

Atualmente, são oferecidos cursos de formação inicial e continuada e cursos técnicos, na modalidade presencial ou a distância. Há, também, cursos superiores de Tecnologia, licenciaturas, bacharelados, além de diversas opções de especialização e mestrados.

### 2.2.1.1 Contribuição para o desenvolvimento local e regional

O IFPI, como todos os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, foi criado com o objetivo de levar educação profissional e básica de qualidade para as regiões mais interioranas, como também para a formação de mão-de-obra qualificada tanto para a indústria tanto local quanto regional.

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

- I. ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão; (BRASIL, 2008).

O Instituto Federal do Piauí tem sua Reitoria sediada na cidade de Teresina, capital do Estado, apresentando um total de 17 campi e mais 3 campi avançados por todo o Estado. As políticas de expansão nos Governos Lula e Dilma Rousseff garantiram a instalação desses campi nas mais diversas regiões do país, ofertando uma grande quantidade de cursos em todas as áreas.

O IFPI destaca-se, ainda, como instituição de referência nacional na formação de cidadãos críticos e éticos, dotados de sólida base científica e humanística e comprometidos com intervenções transformadoras na sociedade e com responsabilidade econômica e social, incluindo, a partir de 2015, a responsabilidade ambiental em suas estratégias.

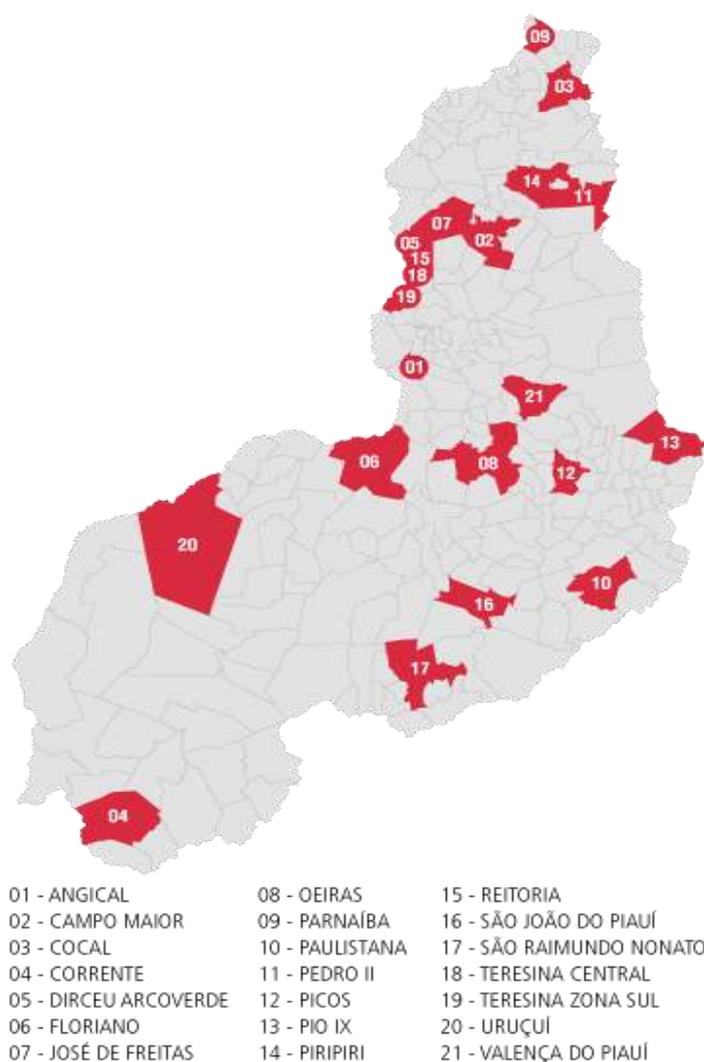
Atualmente, completando 107 anos de atuação no estado do Piauí e com a expansão da sua rede, o IFPI possui 17 campi (Teresina Central e Zona Sul, Floriano, Picos, Parnaíba, Uruçuí, Corrente, Angical, São Raimundo Nonato, Piripiri, Paulistana, Oeiras, Pedro II, São João do Piauí, Campo Maior, Cocal e Valença do Piauí.) e 3 campi avançados (Teresina Dirceu Arcoverde, José de Freitas e Pio IX.). (IFPI, 2018, p. 9).

A partir da Figura 1, podemos ver que o IFPI encontra-se distribuído por praticamente todo Estado do Piauí a partir de expansões que ocorreram em 2009, 2013 e 2014, fomentando, assim, o desenvolvimento de toda região.

Sua inserção regional, segundo o Plano Político Institucional (PPI) do Campus

Oeiras, de 2018, aponta que a economia do Piauí é baseada no setor de serviços (comércio), na indústria (química, têxtil e de bebidas), na agricultura (soja, algodão, arroz, cana de açúcar, mandioca, manga, caju) e na pecuária extensiva. A agricultura no Piauí desenvolveu-se paralelamente à pecuária como atividade quase que exclusivamente de subsistência.

**Figura 1 - Mapa do Piauí com a distribuição dos Campi do IFPI**



Fonte: IFPI, 2019

Ainda, segundo o PPI, merecem destaque a produção de mel, o caju, o setor terciário em Picos e a produção de biodiesel através da mamona em Floriano. Já no tocante à industrialização, ressalta-se a multinacional Bunge, instalada em Uruçuí para a exploração da soja. Todo esse contexto é importante para destacar a

importância da expansão dos Institutos Federais como forma de levar o capital para todas essas regiões, garantindo, assim, o desenvolvimento local e também de todo o Estado.

O campo de pesquisa desse trabalho é o Instituto Federal do Piauí – Campus Oeiras e é importante, também, destacar a sua inserção local para a qualificação da população e seu desenvolvimento econômico.

Oeiras está inserida no Território do Vale do Canindé e sua história começou ainda no século XVIII, tornando-se, assim, a cidade mais antiga do Piauí. Encontra-se localizada no centro-sul do Piauí e sua microrregião abrange o total de 16 municípios.

Segundo o PPI de 2018, a indústria do município é bem modesta se comparada com as suas cidades vizinhas Floriano e Picos. As principais são a de construção civil, leite, cajuína, cerâmica, etc. Já o comércio oeirense é bem significativo, predominando as tradicionais feiras, supermercados e autopeças (IFPI, 2018).

O IFPI - Campus Oeiras foi construído na terceira fase de expansão dos Institutos Federais e foi inaugurado em 25 de abril de 2013 e os cursos propostos para integrarem a grade curricular da instituição levaram em conta o contexto social, econômico e política no qual a cidade está inserida, mas sempre levando em consideração suas potencialidades e limitações. A instituição foi de grande relevância para a cidade, pois trouxe a oportunidade da população frequentar cursos técnicos, além do Ensino Médio Integrado. Desenvolveu a região, trazendo tecnologia e capacitando a mão-de-obra local, o que, conseqüentemente, foi responsável pelo crescimento do município.

### 3 POLÍTICAS PÚBLICAS

Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e decisões tomadas pelo governo em suas três esferas de poder, juntamente com a participação direta e indireta de entes públicos e privados. Para Teixeira (2002, p. 2), Políticas públicas “são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado”. Portanto, é preciso assumir que elas estão relacionadas com a questão do planejamento do poder público e esse planejamento será diretamente responsável pela qualidade de vida da sociedade como um todo. Fica explícito que elas asseguram os direitos de cidadania para vários grupos da sociedade ou de determinado seguimento em específico.

Pode-se dizer que, para elaborar uma política pública, é preciso definir os atores que farão parte de todo processo de elaboração e implementação dessas políticas. Neste contexto, Teixeira (2002) coloca que é importante decidir: quem decide o quê? Quando? Quais os benefícios? Para quem será destinado? Constatando que as políticas, para serem públicas, deve-se considerar quem serão os beneficiados com a execução desses programas, devendo levar em conta que todo seu processo de elaboração deve ser submetido ao debate da população.

As Políticas Públicas surgem, pois há um “Problema Político” que, de acordo com Secchi (2013), é uma carência ou um excesso que existe dentro da sociedade. Podemos citar como exemplo de problemas públicos: o aumento do desemprego, aumento da violência, problemas relacionados à saúde e educação, dentre outros, ou seja, esse problema está relacionado a qualquer área da sociedade. A Política Pública encaixa-se como um meio de intervenção para reduzir esses problemas, promovendo ações que visem a melhorias das condições da população. Isso ocorre por meio da elaboração de instrumentos como leis, obras, dentre outros que atendam às respectivas necessidades.

As políticas têm o papel de estabelecer direitos aos cidadãos para que esses possuam uma melhor qualidade de vida, mas tudo isso ocorre dentro de um processo. Neste contexto, Agum et al. (2015) deixa claro que, para que o processo ocorra, existe o ciclo da política pública, que não necessariamente é feita de forma linear e, conseqüentemente, não segue uma sequência pré-estabelecida. Mas esse ciclo é importante para entender toda a complexidade por traz da criação até a

implementação de todas as políticas. O mais preocupante, contudo, é constatar que essas políticas podem falhar quando são criadas e também na sua fase de implementação e execução, e isso ocorre devido a interesse e discordâncias políticas que impedem o total sucesso dos objetivos e metas.

Essas políticas públicas estão diretamente ligadas às questões políticas e como elas interferem na relação do Estado com a Sociedade. As políticas públicas que mais se aproximam da vida da população são as políticas sociais, como, por exemplo, políticas relacionadas à saúde, educação, transportes, mobilidade urbana, violência, etc.

Elas têm sido criadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo expressão do compromisso público de atuação numa determinada área em longo prazo. Entre as diversas políticas públicas, tais como a econômica, a ambiental, a de ciência e tecnologia, e outras, a política social é um tipo de “[...] política pública cuja expressão se dá através de um conjunto de princípios, diretrizes, objetivos e normas, de caráter permanente e abrangente, que orientam a atuação do poder público em uma determinada área.” (CARVALHO et al, 2003, p. 12).

Os autores deixam claro na citação anterior o porquê do surgimento das políticas públicas, tendo uma necessidade social como ponto de partida, que logo passa a ser uma obrigação do Estado para a sociedade. Esse é o motivo pelo qual é importante frisar a importância da implementação das políticas sociais, pois garantem direitos em todas as áreas e para toda sociedade. A única forma da sociedade garantir seus direitos é participando ativamente das decisões políticas para a melhoria do ambiente em que vivem.

Portanto, torna-se evidente que as políticas públicas promovem um substancial aumento na qualidade de vida de toda a sociedade, porém, por mais que sejam importantes e fundamentais, às vezes, ocorrem falhas no seu ciclo de criação e execução devido a algumas divergências políticas. Souza (2006, p. 40) afirma que o principal foco da política pública é

[...]...identificação do tipo de problema que a política pública visa corrigir, na chegada desse problema ao sistema político e à sociedade política, e nas instituições/regras que irão modelar a decisão e a implementação da política pública.

Por isso, fica evidente que elas, além de tudo, têm a capacidade de incentivar

as pessoas ao direito à cidadania. Espera-se, dessa forma, que os cidadãos possam ter conhecimento de todos os seus direitos e que possam exigir seu cumprimento juntos aos seus representantes.

### 3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Depois do entendimento das Políticas Públicas na contextualização geral, o capítulo a seguir tratará das Políticas Públicas voltadas para o ensino.

Antes de tudo, também precisamos entender o contexto das políticas públicas sociais, as quais as políticas educacionais estão inseridas. De acordo com a redação do artigo 6º da Constituição Federal de 1988:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

De acordo com Hofling (2001, p. 31) políticas públicas sociais estabelecem

[...] ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico (Hofling, 2001, p. 31).

Indo ao encontro de Hofling, Souza (2013, p. 36) afirma em seu trabalho que as políticas sociais

[...] caracterizam-se com um conjunto de medidas e programas que priorizam o atendimento às populações pobres, com o objetivo de diminuir as desigualdades sociais provocadas pelo mercado capitalista e sua política econômica”.

Na citação das autoras, fica evidente que essas políticas visam promover ações e intervenções com a função de atender as necessidades sociais, trazendo bem-estar para a população.

Baseado nisso, devemos entender, então, a educação como uma política pública social e educacional, onde a escola será o principal alvo de direcionamento dessas políticas e o foco de interação das mesmas será todo processo educacional. Segundo Ferreira e Santos (2017, p. 149), as políticas públicas educacionais estão “[...] diretamente ligadas à qualidade na educação e, conseqüentemente, a construção de uma nova ordem social, em que a cidadania seja construída

primeiramente nas famílias e, posteriormente, nas escolas e na sociedade”.

Fica evidente que a educação vai além do ambiente escolar, sendo tudo aquilo que você aprende na sociedade e principalmente na família. A educação só será voltada para o âmbito escolar quando ela estiver inserida dentro de um contexto de políticas públicas. Portanto, podemos concluir que as políticas públicas vão regulamentar todo o sistema de ensino com o objetivo de dar ao ensino público mais qualidade no processo de ensino-aprendizagem e na permanência dos alunos nas instituições, garantindo, assim, a conclusão dos estudos desses alunos.

### 3.2 BREVE HISTÓRICO SOBRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

As primeiras medidas tomadas por um governo para atenção aos estudantes remontam ao ano de 1928, quando o então presidente, Washington Luís, criou a Casa do Estudante Brasileiro, em Paris, e que, segundo Kowalski (2012), o governo ficava responsável pelo repasse dos recursos para que os estudantes pudessem manter-se na cidade européia. Cabe destacar que essa ação do governo visava à manutenção dos filhos da elite em Paris, pois eram os únicos que, durante a República Velha, tinham acesso ao Ensino Superior.

Agora, no Brasil, as primeiras medidas tomadas para ajuda aos estudantes ocorreram no Rio de Janeiro, em 1929, com a criação da Casa do Estudante do Brasil que, para Araújo (2007), tinha como objetivo o auxílio aos estudantes que não tinham como se manterem. Ao contrário do que ocorria em Paris, a Casa do Estudante no Brasil não tinha como diretriz atender os filhos da elite, e sim aqueles estudantes de famílias carentes.

Segundo Dutra e Santos (2017, p. 150),

No território nacional mais propriamente, as primeiras práticas de Assistência Estudantil (AE) remontam a década de 1930, atrelada à consolidação das primeiras universidades brasileiras do século XX, sob o governo de Getúlio Vargas.

A década de 1930 foi muito importante para que a Assistência Estudantil chegasse ao que conhecemos hoje. O contexto histórico remete à Era Vargas. Devido ao aumento da industrialização e modernização das cidades, era necessária a qualificação da mão-de-obra para atender a essa demanda.

Pinto et al (2015) ainda menciona a importância da promulgação do Decreto

n. 19.851 de 1931, que foi denominado de Estatuto das Universidades Brasileiras, fazendo com que o Estado reconhecesse a Assistência Estudantil. Esse decreto também ficou conhecido como Reforma Francisco Campos e tinha como objetivo a concessão de bolsas de estudos e assistência médica para os alunos carentes.

A Assistência Estudantil teve seu primeiro artigo em uma Constituição no ano de 1934 e, segundo Kowalski,

[...] a assistência estudantil passou a integrar a Constituição Federal de 1934, no artigo 157, prevendo-se a doação de fundos aos estudantes necessitados, através do fornecimento de material escolar, bolsa de estudo, assistência alimentar, dentária e médica (KOWALSKI, 2012, p. 87).

Percebemos, então, que o ano de 1934 foi de vitória para os estudantes quando a Assistência Estudantil passou a integrar o texto constitucional, no seu artigo 152, garantindo, assim, assistência para que os alunos mais necessitados continuassem e pudessem concluir os seus estudos.

Em 1937, surgiu a União Nacional dos Estudantes, que, segundo Dutra e Santos (2017), a Casa do Estudando do Rio de Janeiro com o apoio do Ministério da Educação realizaram o 1º Conselho Nacional dos Estudantes e juntos criaram a União Nacional dos Estudantes (UNE). A UNE é a entidade máxima dos estudantes e, desde sua origem, uma de suas principais preocupações foi referente à Assistência Estudantil.

Com a Constituição Federal de 1946, as políticas assistenciais estudantis foram ainda mais consolidadas. No seu artigo 172, “Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar.” (BRASIL, 1946). A Educação passa a ser direito de todos e a assistência estudantil obrigatória em todos os sistemas de ensino.

A década de 1960 foi de conquistas e retrocessos para a assistência estudantil e também para os estudantes. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1961, trouxe no seu Título XI o termo “Assistência Social Escolar”, trazendo para a Assistência Estudantil a característica de direito e não mais de assistencialismo.

Art. 90. Em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como

orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos.

Art. 91. A assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, através de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade (BRASIL, 1961).

O ano de 1964 foi de retrocessos para os estudantes, principalmente no que tange aos direitos já conquistados. Esse foi o ano do golpe militar e, com isso, a UNE passou a ser perseguida e teve sua sede no Rio de Janeiro invadida e incendiada. Conforme Dutra e Santos (2017, p. 152), “sua representatividade foi legalmente retirada através da Lei Suplicy de Lacerda passando a atuar na ilegalidade”. Já no ano de 1967, a nova Constituição, no seu artigo 168, menciona que “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana.” (BRASIL, 1967).

Mesmo no auge da ditadura, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 5.692/1971) foi reformada e, segundo Almeida (2017, p. 54), garantiu a “concessão de bolsas de estudos por meio do Programa Especial de Bolsa de Estudo (PEBE), o que viabilizou, por muitos anos, a permanência de educandos na escola.” Ainda no começo da década de 70, a partir do decreto n. 66.967, foi criada a Diretoria de Assistência Estudantil, órgão que era vinculado ao Ministério da Educação e Cultura.

Com a promulgação do Decreto n. 69.927, de 1972, foi criado em todo território nacional a Bolsa Trabalho, que no seu artigo 2º menciona que

Art. 2º. Caberá ao Programa "Bolsa de Trabalho" proporcionar a estudantes de todos os níveis de ensino oportunidades de exercício profissional em órgãos ou entidades públicas ou particulares, nos quais possam incorporar hábitos de trabalho intelectual ou desenvolver técnicas de estudo e de ação nas diferentes especialidades. (BRASIL, 1972).

Fica claro que a principal intenção desse decreto é preparar os estudantes para o mercado de trabalho e que sua prioridade eram os estudantes carentes, conforme destaca o artigo 5 do decreto “A distribuição de Bolsa de Trabalho a estudantes deverá aplicar-se prioritariamente àqueles carentes de recursos financeiros[...]”

Almeida (2017) aponta que a intenção do governo era integrar os estudantes dentro do processo de desenvolvimento econômico do país, pois o Brasil, naquela

época, estava passando pelo processo de “milagre econômico” em pleno período de ditadura e a prioridade do governo era acelerar o desenvolvimento do país. Mas é importante destacar que nesse período, mesmo com alguns programas, a assistência estudantil não teve conquistas efetivas, pois segundo Pinto et al (2015, p. 3) “[...] o regime era resistente à classe estudantil que, em sua maioria, era contrária ao regime militar.”

Ainda na década de 70, houve algumas tentativas de estruturação da Assistência Estudantil em todo país. Dutra e Santos (2017, p 152) mencionam a “[...] instituição do Departamento de Assistência Estudantil (DAE), vinculada ao Ministério da Educação (MEC)”. Ainda segundo Dutra e Santos (2017), esse departamento tinha como objetivo a instauração de políticas públicas assistenciais voltadas pra os estudantes universitários, garantindo moradia, alimentação, assistência médica e odontológica. Mas, nos governos posteriores, o DAE foi extinto (KOWALSKI, 2012).

Com a década de 80, veio o fim do regime militar e o conseqüente processo de redemocratização do país, resultando, assim, na Constituição Federal de 1988. Com a redemocratização do país, veio também a redemocratização do ensino, responsável para que várias políticas públicas voltadas para a educação surgissem. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988)

Com o fim do regime militar, o novo momento que se inicia no Brasil começa a ser propício para os debates acerca da assistência estudantil. É nesse contexto que, em 1987, foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, mais conhecido como FONAPRACE, e tinha como principal finalidade o fortalecimento das políticas estudantis dentro das Universidades brasileiras.

Baseado no que foi dito, Pinto et al (2015, p. 5) também concorda que “Este fórum teve, e continua tendo, função primordial na construção e nos debates sobre a Política de Assistência Estudantil das Universidades Federais, sendo que a partir de sua criação houve avanços significativos relacionados a esta política”. Sendo responsável por discutir, elaborar e propor ao MEC políticas estudantis de apoio aos estudantes (FONAPRACE, 2012).

O FONAPRACE ainda foi responsável por lutar por medidas tomadas pelo Governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando o governo

passou a limitar os recursos destinados à educação, o que acabou prejudicando as políticas públicas voltadas para a assistência estudantil. Fica bem claro da LDB de 1996, quando o Governo tira de suas prioridades a respeito da Assistência Estudantil.

Art. 71 Não constituirão despesas de manutenção e de desenvolvimento do ensino, aquelas realizadas com: IV - Programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social (BRASIL, 1996).

Ainda sobre a influência do FONAPRACE, em 2001, foi elaborado o Plano Nacional de Assistência Estudantil e, em 2007, junto com o MEC, iniciaram o processo de criação do PNAES, instituído pela Portaria Normativa n. 39 de 12 de dezembro de 2007. “Este foi um grande marco na história de luta pela AE no país, constituindo-se de uma importante conquista para aqueles que batalharam pela incorporação dessa pauta na agenda governamental” (DUTRA E SANTOS, 2007, p. 156).

Diante de todo esse processo de transformações significativas para a Assistência Estudantil, o PNAES foi transformado em Decreto Lei pelo, então Presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), Luís Inácio Lula da Silva, pelo Decreto Lei 7.234 de 10 de julho de 2010. É dentro desse contexto, também, que os Institutos de Educação, Ciência e Tecnologia passaram a fazer parte desse programa, priorizando os estudantes que se encontravam em maiores dificuldades de permanência na instituição, além de várias áreas em que a Assistência se desenvolvia, como alimentação, moradia, transporte, bolsas eventuais, dentre outras.

Nesse contexto, entre avanços e retrocessos, a Assistência Estudantil pode se sentir vitoriosa por conseguir entrar nas pautas governamentais, mas, mesmo que as discussões a respeito desses programas tenham se intensificado, o repasse da União ainda não é suficiente para atender a quantidade de alunos que ingressam nas Universidades e Institutos Federais a partir da democratização do acesso ao ensino e que precisam desse programa para garantir as condições de permanência, diminuir as taxas de evasão, garantindo, assim, a diminuição das desigualdades sociais.

### 3.3 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO POLÍTICA PÚBLICA

De acordo com a redação do artigo 205 da Constituição Federal de 1988:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Supõe-se, então, que a educação é de fundamental importância para o desenvolvimento intelectual do cidadão, dando capacidade para que o mesmo adentre no mercado de trabalho, garantindo, assim, a independência financeira que todos almejam.

Dentro desse contexto de direito de garantia de Educação a todos foi que ocorreu a expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, como já mencionados anteriormente. A missão dos Institutos é promover uma educação de excelência, direcionada às demandas sociais, voltadas mais especificamente para aquelas famílias que se encontram em maior vulnerabilidade social e econômica (IFPI, 2009)

Com a criação, em 2008, dos Institutos Federais de Educação voltados para oferecer cursos técnicos para a população menos favorecida, esses, na maioria das vezes de duração integral, foram também preciso criar políticas de assistência estudantil, garantindo, assim, que os alunos terminem o curso e logo ingressem no mercado de trabalho. Diferente dos cursos superiores, os alunos dos cursos técnicos não possuem horário para desenvolver atividades para aumentar a renda, por isso acabam desistindo, por não possuírem meios para manterem-se. Nessa perspectiva também surgiram tais políticas para atender a essa demanda, mais conhecidas como políticas de assistência estudantil.

Conforme Paixão et al (2017, p. 104), “por ser um curso integral, dificulta aos discentes a terem uma fonte de renda para suprir os seus gastos com livros, cópias de materiais, passagens, dentre outras necessidades.” Por meio desses contra tempos, e para não se prejudicarem na vida acadêmica, faz-se necessário a criação desses programas estudantis.

Oliveira e Passos (2016, p. 212) afirmam que:

[...] a assistência estudantil consiste num conjunto de ações desenvolvidas no âmbito da educação com a finalidade de contribuir

para o provimento das condições (materiais e imateriais) necessárias à permanência dos estudantes nas instituições educacionais.

Assis et al. também defende o mesmo conceito de Oliveira e Passos, acrescentando que

A assistência estudantil caracteriza-se como uma ação assistencial, busca atender as necessidades sociais básicas da população e está inserida no campo das Políticas Públicas de Educação Superior. Trata-se de uma política estruturada com a proposta de responder às demandas dos estudantes em situações de vulnerabilidade socioeconômica, que estão tendo sua participação ampliada no ensino superior público brasileiro, na perspectiva de inclusão social, produção do conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e qualidade de vida (ASSIS et al, 2013, p. 128).

De acordo com Lessa (2017, p. 159) “as primeiras experiências de assistência estudantil estiveram vinculadas ao Ensino Superior.” Visto que, além das dificuldades em acessar a educação superior, o aluno ainda apresentava as dificuldades de permanência e conclusão do curso. Então, após garantir o ingresso dos mesmos nas universidades, o Estado propõe instituir políticas públicas para garantir até o recebimento do diploma pelo aluno.

Desde 2008, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) está em vigor, a partir da portaria Normativa n. 39, de 12 de dezembro de 2007, do ministério da educação (MEC), e em 2010, tal instrumento legal é transformado no Decreto n. 7.234/2010. Esse programa busca em linhas gerais, fornecer subsídios para permanência nos cursos de graduação de alunos de baixa renda. Procura estabelecer uma ligação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão e apoio ao estudante, visando contribuir para que haja melhor desempenho acadêmico do aluno atendido, evitando também a repetição e a evasão (ASSIS, et al, 2013, p. 129).

No ano de 2007, com a portaria n. 39, as Universidades Federais já planejavam para que parte da sua dotação orçamentária fosse direcionada para receber os alunos que apresentassem algum tipo de vulnerabilidade socioeconômica. Já a partir do decreto n. 7.234 de 2010, os Institutos Federais também foram inseridos dentro dos programas de assistência estudantil a partir do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Maurício (2015) ainda complementa afirmando que, somente a partir dos anos 2000, essas políticas de assistência passaram a ganhar uma perspectiva de política governamental. Isso

ocorreu devido ao fato de, naquela época, as instituições ainda serem isoladas e possuíam poucos recursos, inviabilizando, assim, a efetivação das políticas que pudessem beneficiar uma grande quantidade de alunos.

Art. 2º São objetivos do PNAES: I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (DECRETO 7.234/10, p. 01).

De acordo com o PNAES, fica clara a sua intenção em não apenas facilitar o acesso dos menos favorecidos ao ensino, mas precisou garantir a permanência desses estudantes nessas universidades.

Com o constante crescimento das desigualdades sociais no Brasil, as instituições de ensino não ficaram de fora dessa realidade e, quando o assunto é concentração de renda, é perceptível quando os alunos ingressam nessas instituições por mérito, mas, por meio de suas condições sociais e econômicas, não tem como se manter. Assim, a assistência estudantil veio para garantir essa qualidade de vida para o estudante, assegurando que ele tenha um melhor rendimento acadêmico.

Alguns autores trabalham com a ideia de que, por mais que os programas estudantis garantam êxito e permanência nas instituições, jamais irão garantir qualidade de vida para os alunos. Nas palavras de Costa (2016, p. 362)

Embora a política de assistência estudantil garantida aos discentes, condições para a permanência na universidade, nem sempre será possível garantir uma melhor qualidade de vida; afinal, existem fatores que interferem no seu rendimento acadêmico que podem ou não está ligado ou não à sua qualidade de vida (COSTA, 2016, p. 362)

Ainda, segundo Costa (2016, p. 355), a definição de qualidade de vida se divide em dois pontos de vista

[...] do ponto de vista objetivo é a capacidade de qualidade de questões consideradas essenciais, qualidade do ambiente físico e social. Enquanto do ponto de vista subjetivo é a avaliação que cada um faz no conjunto de elementos que ele valoriza ou pode valorizar.

Costa (2016, p. 356) ainda afirma que o rendimento acadêmico pode ser

afetado por quatro domínios: físico, psicológico, relações sociais e relações ambientais. Para isso, é importante que o aluno seja orientado de forma a ministrar todos esses pontos de vista para que, assim, ele possa ter mérito na sua vida acadêmica. Fica claro nas palavras do autor que por mais que a assistência seja fundamental, irão aparecer fatores externos que poderão ou não afetar no desempenho dos alunos, tanto de forma negativa quanto de positiva.

Como mencionado anteriormente, a assistência estudantil começou nos cursos superiores, dentro das Universidades Públicas Federais. Foi assim que as discussões sobre inclusão social dentro do ensino superior começaram a ficar mais debatidas nos últimos anos.

A política de Assistência Estudantil dispõe de vários programas de inclusão, que vão dos Programas Universais, que tratam do atendimento ao aluno, do desenvolvimento técnico e científico até de alunos que possuem necessidades educacionais específicas, até os programas que tratam especificamente do aluno em vulnerabilidade social. Mas os principais programas que norteiam a Política de Assistência Estudantil são as Bolsas Permanentes, que beneficiam os discentes com bolsas entre R\$ 100 e R\$ 400 reais, que são destinadas a alunos que participaram do edital de seleção e que atenderam aos critérios específicos da mesma.

Baseado nisso, é importante entender qual o perfil do aluno bolsista e como ele percebe essa ajuda, se realmente assegura condições suficientes para ele se manter na universidade e conseguir o diploma ao final do curso. Conforme Machado e Pan (2014), para as classes mais necessitadas garantirem o acesso ao ensino, fez-se uso da reserva de vagas pelo sistema de cotas. Com isso, o perfil dos discentes das instituições de ensino começou a mudar, o que acarretou um grande percentual de evasão de alunos e, preocupado com isso, o governo passou a promover essas políticas de assistência estudantil para esses alunos menos favorecidos. Lessa (2017) concorda dizendo que essa política era urgente devido ao sucesso das políticas de cotas e por um ensino de qualidade.

Poucos são os estudos realizados para entender a percepção do discente sobre essas políticas de assistência estudantil dentro dos Institutos Federais. É analisado o perfil do estudante, como ele gasta a bolsa e se ela realmente consegue suprir as carências do estudante. Araújo et al (2011) fez esse estudo dentro de uma universidade pública e percebeu que, para a maioria dos estudantes, a bolsa não é

suficiente para as necessidades básicas acadêmicas precisando, assim, complementar a renda. Isso acontece, pois, no geral, o valor da bolsa é pífio, fazendo com que o aluno não consiga nem arcar com as despesas de deslocamento e alimentação.

Sendo assim, o estudo sobre a assistência estudantil é importante para entender o perfil do aluno, apurar suas necessidades e compreender melhor como esses benefícios afetam a capacidade intelectual deles para, assim, promover novas políticas de assistência que dêem suporte aos benefícios já existentes. De modo geral, podemos concluir que o Estado atua como autor das políticas públicas que tem como principal objetivo dar suporte ao aluno em vulnerabilidade social, diminuindo as desigualdades e, conseqüentemente, garantido o êxito acadêmico almejado pelas Instituições.

### **3.3.1 A assistência Estudantil no IFPI**

A assistência estudantil foi instituída no Instituto Federal do Piauí a partir do Decreto n. 7.234 de 2010 e tinha como finalidade:

Promover a ampliação das condições de acesso, permanência e êxito acadêmico por meio do desenvolvimento de ações que interferem no processo de ensino aprendizagem, apoiando a formação de estudantes e contribuir com igualdade de oportunidades e prevenção da evasão escolar. (IFPI, 2014, p. 13).

Após a expansão da Rede Federal no governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e a redemocratização do ensino, a população, que até então não tinha a menor condição de acesso a uma instituição pública, começou a ingressar nas Universidades e Institutos Federais. Mas, além das dificuldades de ingresso, os alunos começaram a encontrar dificuldades de permanência dentro dessas Instituições.

Foi com o intuito de mitigar esses problemas de permanência e êxito dos alunos que foi instituído pelo Instituto Federal de Educação do Piauí a Política de Assistência Estudantil (POLAE), que, dentre seus principais objetivos, destacamos: “promover condições de acesso, a permanência e a conclusão dos cursos pelos estudantes do IFPI, na perspectiva de inclusão social e redemocratização do ensino [...]” (IFPI, 2014, p. 14).

A organização dos programas da POLAE é realizada por meio de programas de atendimento universal e programas que prevêem atendimento aos estudantes que se encontram em vulnerabilidade social. Viana (2016, p. 24), em seu trabalho, destaca que o conceito de vulnerabilidade social

[...] está além do entendimento da pobreza como privação material e se constitui em decorrência dela e de outros aspectos como privação, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos, risco social [...].

Os programas universais destinados aos estudantes do IFPI tem função de atenção às necessidades básicas e, de acordo com o POLAE (2014), se dividem em três categorias:

1. Atendimento ao aluno, que contemplam a alimentação estudantil, assistência a saúde do estudante, acompanhamento e suporte ao ensino, além do incentivo à Participação político acadêmico, Cultural e Esportivo;

2. Desenvolvimento Técnico-Científico que se dividem em: Programa de acolhimento ao aluno ingressante (PRAEI), Projetos de Monitoria, Projetos de iniciação científica (PIBIC e PIBIC JR), projetos de extensão e projetos de visitas técnicas.

3. Atendimento de necessidades específicas dos alunos: onde o instituto desenvolve projetos para alunos com necessidades especiais específicas.

O outro programa que trata do atendimento ao aluno em vulnerabilidade social tem como principal objetivo dar o direito à igualdade de oportunidades, contribuindo para a permanência e êxito dos alunos para que, assim, eles possam concluir o curso. E, segundo a POLAE (2014, p. 23), as condições para ingressar nesse tipo de programa são:

1. estar regularmente matriculado;
2. possuir renda per capita de até um salário mínimo e meio;
3. apresentar condições de vulnerabilidade social, além de estar na iminência de evasão escolar em razão das suas condições financeiras.

A bolsa permanência é destinada aos alunos em todo o seu percurso acadêmico a partir de processo seletivo feito por edital desenvolvido pela Comissão

de Assistência Estudantil e as bolsas variam entre R\$ 100 e R\$ 400 reais a partir da análise feita pela Assistente Social junto aos questionários socioeconômicos respondidos pelos alunos. Os alunos não contemplados inicialmente podem participar do processo de reavaliação dos questionários para que mais alunos possam ser contemplados.

Diante disso, podemos concluir que, mesmo que as Políticas de Assistência Estudantil não garantam igualdade de oportunidade para todos, o IFPI possui uma Política Assistencial que ajuda, de fato, alunos que se encontram em vulnerabilidade social a se manterem no curso e, conseqüentemente, concluí-lo com êxito, tendo como perspectiva a inclusão social, formação ampliada, melhoria do desempenho acadêmico e, conseqüentemente, da qualidade de vida.

### 3.4 ENSINO MÉDIO INTEGRADO

Antes de iniciarmos o debate sobre o Ensino Médio Integrado, precisamos analisar, a princípio, a situação do Ensino Médio no Brasil.

Entende-se o Ensino Médio como a última etapa da educação básica e que, de acordo com dados do INEP, enfrenta muitos problemas há anos, como o alto índice de evasão, seja pela falta de atratividade do seu currículo, ou seja pelo fato de uma quantidade significativa de jovens brasileiros, entre 15 e 17, estarem fora das salas de aula, o que alavancou as matrículas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) (BRASIL, 2009). Isso é reflexo da atual situação socioeconômica brasileira, que atinge, principalmente, a classe trabalhadora, que é obrigado a entrar no mercado de trabalho antes dos 18 anos, e que se confirmam nas palavras de Ramos (2014, p. 18) quando ela afirma que:

Nas classes populares a presença do trabalho é intensa dentro desse contexto, pois a criança esta inserida no mundo do trabalho, mas perde a mediação do conhecimento, em decorrência de muitas delas não estarem nas escolas (RAMOS, 2014, p.18).

De acordo com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), o problema do ensino médio no Brasil está ligado ao projeto capitalista de sociedade no qual o Brasil está inserido. Ainda segundo os mesmos autores, sobre a sociedade capitalista brasileira, fica claro que

Por ser a escola uma instituição produzida dentro de determinadas relações sociais, este retrato só ganha melhor compreensão quando apreendido no interior da especificidade do projeto capitalista de sociedade, que foi sendo construída no Brasil (FRIGOTTO, CIAVATTA E RAMOS, 2012, p. 7)

Ou seja, para os autores, o país possui essa especificidade, que foi o longo processo de colonização ao qual passou, reforçando, assim, as estruturas de desigualdades, mantendo o privilégio das classes dominantes.

Ramos (2014) ainda afirma que o ensino médio é uma fase onde a concepção de educação é de fundamental importância para a vida dos jovens, pois é justamente na fase de transição para a vida adulta que ele é mais disputado pelo mercado. E foi com o intuito de não permitir que o jovem com menos de 18 anos ingresse no mercado de trabalho, aumentando, assim, as estatísticas do trabalho informal, que se pensou em diferentes formas de organização do ensino médio: o Ensino Médio Regular e o Ensino Médio Integrado a Educação Profissional. Moraes, Pilotto e Voigt apontam que:

Todavia não há como entender o ensino médio no Brasil sem tomá-lo em sua relação com o ensino profissional, visto que ambos concebem as duas faces, que deveriam ser inseparáveis, da mesma proposta: a formação de intelectuais e de operacionais da força produtiva (MORAES, PILOTTO e VOIGT, 2017, p. 115).

O Ensino Médio Integrado (EMI) tem como pressuposto básico fazer com que os alunos, ao concluírem o ensino médio, já estejam preparados para ingressar no mundo do trabalho, onde seu objetivo nada mais é do que uma integração de forma mais rápida com o mercado de trabalho. No entanto, devido ao que Lima e Almeida (2014) chamam de articulações e desarticulações dessa modalidade de ensino, é que se encontram os maiores desafios para sua implementação.

Moura (2013) afirma que essas duas formas de organizar o ensino são coerentes e podem até coexistirem. Mas, indo de encontro ao pensamento de Moura, Lima e Almeida (2014), apontam que, mesmo uma legislação vigente sobre a integração do ensino médio com a educação profissional, as atuais políticas educacionais direcionadas ao ensino médio demonstram mais desarticulação do que articulações entre escola e mercado de trabalho.

Dentro de todo esse contexto, em 23 de julho de 2004, foi aprovado o Decreto 5.154/2004, que veio discorrer sobre a Educação Técnica de Nível Médio. Esse

Decreto veio como uma forma de revogar o Decreto nº 2.208/1997 do Governo Fernando Henrique Cardoso, que tinha como objetivo dar à educação profissional um currículo próprio, mais flexível, que facilitaria a inserção do jovem no mercado de trabalho. Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 25) apontam que esse Decreto tinha a intenção de “não somente proibir a pretendida formação integrada, mas regulamentar formas fragmentadas e aligeiradas de educação profissional em função das alegadas necessidades do mercado”.

Claro que esse decreto foi criticado por vários estudiosos da época que defendiam a integração dos currículos do ensino médio com o ensino profissional. Eles justificavam que o Decreto 2.208/97 só aumentava ainda mais a dualidade que existia entre educação e trabalho, aprofundando mais ainda os conflitos sociais.

De acordo com o artigo 4º, § 1, o Decreto destaca que:

Artigo 4º - § 1 - A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

- integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;
- concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso;
- III - subseqüente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio (BRASIL, 2004).

De acordo com a redação do artigo, percebe-se que a Educação Profissional e Tecnológica para o Ensino Médio é oferecida na forma articulada e na forma subseqüente. A forma articulada divide-se em Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio, que ocorre quando o aluno possui uma matrícula para as duas modalidades de ensino, e na forma concomitante, onde o aluno possuirá duas matrículas, uma pra cada modalidade, podendo ser na mesma instituição ou não. Já a forma subseqüente será destinada apenas para cursos técnicos.

O Ensino Médio Integrado é uma possibilidade de se cursar o ensino médio hoje no Brasil e que, conforme Ciavatta (2012), essa modalidade de ensino pressupõe a existência de um projeto de sociedade que supere a dualidade de classe rompendo, assim, com um tipo de educação que é apenas mera preparação para o trabalho, onde o cidadão não deve apenas executar uma determinada tarefa, mas que seja também capaz de deliberar e tomar decisões.

### 3.5 EDUCAÇÃO E TRABALHO E SUA RELAÇÃO COM A DUALIDADE EDUCACIONAL

Quando se pensa em ensino médio integrado, pensa-se logo no que será integrado dentro dessa modalidade de ensino. Ciavatta (2012, p. 84) remete o seu termo ao sentido de “[...] completude, de compreensão das partes no seu todo ou na unidade do diverso, de tratar a educação como uma realidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam o processo educativo.”

A autora ainda afirma que, no caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico, “queremos que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho” (CIAVATTA, 2012, p. 84). O que se percebe nas palavras da autora é que o Ensino Médio Integrado tem como função romper com o dualismo na formação propedêutica de um lado e na formação pra o trabalho de outro, pois não é possível formar o trabalhador apenas para um trabalho específico, é preciso de uma educação geral.

Esse dualismo educacional no Brasil ainda é reflexo do seu processo de colonização que, devido à sua estrutura social desigual, acabou mantendo o poder e o privilégio nas mãos da classe dominante. Esse projeto de sociedade capitalista, ao qual o Brasil está inserido, acabou por provocar grande parte dos problemas que o ensino médio vem enfrentando.

Essa dualidade ficou mais evidente na época de escravidão do Brasil, onde os escravos realizavam todo trabalho manual, que era considerado pelo restante da população como degradante e humilhante. Esse contexto levou para a divisão social dos homens em classes: a classe dos homens livres, que tinha uma educação voltada para o trabalho operário, e a classe dos escravos, que tinha uma educação voltada para o trabalho braçal.

Como resultado desse reflexo, Ramos (2014) afirma que no Brasil a educação é organizada de forma diferente, para classes sociais diferentes, pois, enquanto que a educação da classe trabalhadora era focada só no fazer, com base no ensino técnico, a elite tinha uma educação de formação geral para ingresso no ensino superior. Corroborando com a autora, Lima e Ramos (2014, p. 78) apontam que “há apenas dois caminhos a seguir academicamente: ou o aluno fazia os estudos profissionais e, ao terminá-lo, ia para o mercado de trabalho, ou ia para a formação

geral e ingressava no ensino superior.”

Com o surgimento da Revolução Industrial, que se iniciou na Inglaterra, no século XVI, e que se estendeu durante os anos, intensificou o processo de desenvolvimento do capitalismo, quando o eixo da acumulação de capitais deixou de ser o comércio e passou a ser a produção, o que acabou gerando grandes transformações tanto de ordem social quanto políticas. O trabalhador acabou por perder suas ferramentas de geração de renda, passando a oferecer a única ferramenta que não lhe podia ser subtraída, sua mão-de-obra.

Com o advento da Segunda Revolução Industrial no século XIX, várias inovações técnicas foram surgindo, necessitando, assim, da especialização do operário dentro do processo produtivo. Isso ocorreu, segundo Antunes e Alves (2004), devido ao aumento da produção, pois quando surgiram as linhas de montagem, o processo ganhou mais agilidade, ampliando consideravelmente a produção.

Foi nesse período que a escola teve grande destaque nesse contexto de revoluções e transformações, sendo importante para a formação da mão-de-obra para compor a indústria. O ensino baseava-se na criação de escolas técnicas, que ensinavam procedimentos específicos que seriam utilizados dentro do processo de produção.

A partir da Revolução Industrial e do desenvolvimento do capitalismo, Frigotto (2012, p. 62) menciona que os seus avanços:

[...] são restritos e relativos, pois mantém a divisão dos seres humanos entre aqueles que detêm a propriedade privada do capital e aqueles que para se reproduzirem e manter as suas vidas e de seus filhos precisam ir ao mercado e vender sua força de trabalho, tendo em troca uma remuneração ou salário.

A partir dos apontamentos de Frigotto sobre essa separação entre quem detinha os meios de produção e quem oferecia mão-de-obra para indústria para que todo processo continuasse funcionando, fica evidente as definições de funções dentro do mundo capitalista sobre a formação educacional de quem mandava e de quem obedecia.

Kuenzer (2011), para conceituar essa separação, utilizou o termo dualidade estrutural assumida, visto que fica clara essa divisão. Kuenzer e Grabowsky mencionam que:

[...] havia clara definição entre as funções operacionais, técnicas, de gestão e de desenvolvimento de ciência e tecnologia típicas das formas tayloristas/fordistas de organizar o trabalho, as trajetórias educativas eram bem definidas e diferenciadas, de modo a atender às necessidades de disciplinamento dos trabalhadores e dirigentes. (KUENZER E GRABOWSKY, 2016, p. 24)

Com a superação do taylorismo/fordismo e com as mudanças tecnológicas, a força de trabalho e sua relação com o modo de produção tinham que ser reajustadas e adequadas para as novas mudanças que surgiam. Kuenzer e Grabowsky (2016) afirmam que essas novas mudanças tecnológicas precisavam de profissionais mais dinâmicos ao invés dos profissionais rígidos que apenas repetiam os movimentos.

Dentro dessas mudanças, Kuenzer (2007) afirma que essa dualidade estrutural assume nova forma, que ela chamou de dualidade estrutural negada, visto a superação da dualidade assumida. Kuenzer e Grabowsky corroboram com a ideia de que para essa dualidade ser superada.

[...] torna-se necessário substituir a formação especializada adquirida em cursos profissionalizantes voltados para ocupações parciais, pela formação geral adquirida através de escolarização ampliada, que abranja no mínimo a educação básica, a ser disponibilizada para todos os trabalhadores. (KUENZER E GRABOWSKY, 2016, p. 25)

Fica evidente na fala dos autores que, devido à nova forma de estruturação do mundo capitalista, há a necessidade de formar profissionais mais flexíveis, que percorram todo sistema produtivo, não justificando mais a formação apenas de trabalhadores especializados, assegurando, assim, uma nova reestruturação educacional com cursos de formação geral.

O rompimento dessa dualidade, que existe na educação, não é uma decisão que deve ocorrer somente na escola, mas de dentro de um campo maior, que vai além da educação, que é a sociedade como um todo. Não é dentro da escola que isso será resolvido, pois o problema de tudo isso é o modo de produção vigente, no caso o capitalismo (ARAÚJO E FRIGOTTO, 2015).

Dentro dessa perspectiva de superação de dualidades, não se pode apenas formar o trabalhador para atuar dentro do processo produtivo, mas sim formar o cidadão, que é aquele sujeito capaz de lutar pela sua emancipação, e que também seja capaz de lutar pela transformação da sociedade.

### **3.5.1 Marx, Engels, Gramsci e os conceitos norteadores do Ensino Médio Integrado**

Após discussões sobre o Ensino Médio no Brasil como etapa final da educação básica, levando-se em consideração a realidade da maioria das famílias brasileiras, onde os filhos precisam largar a escola para complementar a renda da família, vários educadores e pesquisadores buscaram a idealização de uma nova relação entre trabalho e educação, onde não haja a exploração das classes menos favorecidas.

Nesse sentido, instituiu-se o trabalho como princípio educativo, que considera a educação nas suas dimensões de adaptação e emancipação, tendo como um dos seus principais fundamentos a integração entre ciência, cultura e trabalho. Ramos (2007, p. 26) reconhece o princípio educativo do trabalho enquanto “[...] o trabalho orienta uma educação que reconhece a capacidade de todo ser humano de desenvolver-se de maneira produtiva, científica e cultural no seu processo de formação”.

Frigotto (2012) entende que o princípio educativo do trabalho deriva do simples fato dos homens serem seres naturais e que precisam sobreviver. Para que isso ocorra, é importante que se socialize desde sempre que tarefa de prover o sustento é comum a todos os seres vivos, evitando, assim, a exploração de grupos sociais sobre outros. “O trabalho, como princípio educativo, então, não é, primeiro e, sobretudo, uma técnica didática e metodológica no processo de aprendizagem, mas é um princípio ético-político” (FRIGOTTO, 2012, p. 60).

Nesse contexto estabelecido pelo autor, entende-se que o trabalho resultante da exploração de uma classe pela outra acabam por impor limites às condições emancipatorias de educação. Trata-se, então, de uma forma de trabalho que não se pensa para que seja realizada.

Mas antes de pensarmos toda essa questão, é importante entender e destacar as ideias defendidas por Marx, Engels e Gramsci sobre ciência, cultura, trabalho, educação e sociedade, que norteiam o ensino médio integrado.

Moura (2013) parte da ideia de que uma sociedade justa seja alcançada. Busca-se a formação integral, omnilateral ou politécnica, de forma pública e igualitária e sob a responsabilidade do Estado. O autor ainda destaca que essa perspectiva formativa ainda está a anos-luz distante da nossa realidade atual, que

diferenciam os sistemas de ensino de acordo com a segmentação social e, ainda em sua obra, faz o seguinte questionamento: “é possível dar passos nessa direção, mesmo em uma sociedade capitalista e periférica como a do nosso país?” (MOURA, 2013, p. 707).

O autor discute o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional de nível médio como uma possibilidade a ser trilhada nessa direção. Mas, para que isso ocorra, é importante recorrer às obras de Marx(2010), Engels(2010) e Gramsci(2004). A formação omnilateral, integral ou politécnica consta nas obras de Marx e Engels (2010), já a escola unitária se faz presente nas obras de Gramsci.

Ramos (2014) considera essa proposta de uma sociedade igualitária e justa em três dimensões: sentido da omnilateralidade, sentido da integração e da totalidade. A formação omnilateral supera a ideia da educação voltada para a técnica, promovendo a possibilidade de articulação entre educação e trabalho, trazendo a ideia de formação do sujeito como um todo e não de forma fragmentada, que nas ideias de Saviani (2007) é preciso formar o cidadão capaz de lutar pela transformação social e não apenas para o processo produtivo.

Já a formação politécnica, segundo Melo e Silva (2017, p. 190), surge “visando superar a formação profissional alienante, de modo a resgatar a formação humana em sua totalidade.” Na sociedade pretendida não é possível formar o trabalhador para sua adaptação ao trabalho, é preciso formar para que ele compreenda a realidade em que ele está inserido. A educação politécnica não deve ser confundida com a multiplicidade de técnicas ou qualificações como o próprio nome sugere, mas sim como um elemento associado ao seu desenvolvimento intelectual, psicológico, científico e cultural (FRIGOTTO, CIAVATTA E RAMOS, 2005)

Corroborando com os autores acima citados, Saviani ainda afirma que a politecnia:

[...] diz respeito aos domínios dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Está relacionado ao fundamento das diversas modalidades de trabalho e tem como base determinados princípios, determinados fundamentos que devem ser garantidos pela formação politécnica (SAVIANI, 2003, p. 140).

Agora, no que diz respeito à escola unitária, nas palavras do próprio Gramsci

(1982, p.121): “[...] deveria se propor a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa”.

A escola unitária tem seus fundamentos baseados na superação da fragmentação do trabalho manual e do trabalho intelectual. A formação do trabalhador tem que superar a ideia de que o trabalho é segmentado a partir das classes sociais, buscando-se uma unidade, uma escola unitária, que não fragmente o conhecimento humano.

Ramos (2014) indo ao encontro das ideias de Gramsci, 2004 aponta que a escola unitária também é uma utopia na superação da escola dualista, defendendo que ela não seja dividida pelas classes sociais, pois, segundo Moura (2013, p. 707), “formar, ainda na adolescência, o sujeito para uma determinada profissão potencializa a unilateralidade em detrimento da omnilateralidade.”

Os pensamentos tanto de Marx(2010) quanto de Engels(2010) exercem as mais diversas influências em todos os campos da atuação humana, como educação, política, filosofia, economia, dentre outros, levando-se em conta o contexto social da Inglaterra no século XIX, onde se instalou o regime capitalista, alterando toda a vida social e econômica da época. De início, esse modo de produção foi marcado por uma forma cruel de exploração: de um lado, a burguesia capitalista, que detinha a propriedade dos meios de produção, e, de outro lado, o proletariado, que tinha a sua força de trabalho explorada.

Dentro dos conjuntos das teorias marxistas, a educação não é levada para uma forma mais sistemática, pois Marx escreveu muito pouco sobre educação, mas ele sempre esteve preocupado com a questão educacional e pedagógica da época. Saviani (2003) destaca que, para o marxismo, a educação faz parte da dinâmica da política, e essa análise sobre as dimensões políticas da sociedade traz uma proposição político-pedagógico que reconhece que o papel mais importante não é apenas o desenvolvimento individual, mas sim o de colaborar para a transformação da sociedade.

Moura (2013, p. 708), em sua obra, aponta que “Quando, dentre as medidas propostas, os autores tratam do campo educacional explicitam, dentre outros aspectos, a unificação da educação com a produção material.” E ainda continua, afirmando que o primeiro passo para que isso aconteça é a partir da revolução operária, com a elevação do proletariado à condição de classe dominante (MOURA,

2013).

Fica evidente nas palavras do autor que Marx coloca a educação ao lado da classe trabalhadora para que ela lhe dê condições objetivas e também subjetivas de superar o capitalismo e a educação profissional deve superar os limites do que é apenas técnico e repetitivo para o trabalhador. Embora a educação profissional, dentro do capitalismo, não tenha condições de unir teoria e prática, essa união será o principal meio de oposição ao capitalismo.

No contexto dessa integração entre teoria e prática, proposta por Marx, Moura, Silva e Filho (2015, p. 1060), em sua obra, citam que Marx aponta que a educação da classe trabalhadora deve compreender

Primeiramente: Educação mental [intelectual].

Segundo: Educação física, tal como é dada em escolas de ginástica e pelo exercício militar.

Terceiro: Instrução tecnológica, que transmite os princípios gerais de todos os processos de produção e, simultaneamente, inicia a criança e o jovem no uso prático e manejo dos instrumentos elementares de todos os ofícios (MARX, MOURA, SILVA E FILHO, 2015, p. 1060).

Ao tratar destas três formas de educação, Marx está direcionando para a educação integral do ser humano, para uma formação omnilateral, que foi incorporada ao marxismo como educação politécnica ou politecnia. Mas, segundo Marx e Engels (2010), como já mencionado anteriormente, a materialização da politecnia em seu sentido pleno só poderá ser materializada em uma sociedade futura, onde a classe trabalhadora tenha tomado o poder.

Dentro dessa mesma perspectiva de formação integral, destacamos também a importância de Antônio Gramsci, que se apoiou nas ideias de Marx, mas, que, apesar disso, em algumas questões, não chegaram às mesmas soluções. É importante destacar que Marx e Engels viveram na Inglaterra durante o século XIX no contexto da Revolução Industrial e da hegemonia capitalista, enquanto Gramsci viveu na Itália, no século XX, concluindo que as bases materiais para aplicação das suas obras foram distintas.

Enquanto Marx e Engels apontam que a tomada do poder desse ser pela revolta armada de forma imediata, para Gramsci, a revolução não é armada, e sim cultural, que devem ser controlados por aqueles que estão à frente do processo de tomada do poder, ou seja, primeiro precisa-se conquistar a hegemonia para que, aí,

possa ser levado ao poder.

Mesmo com algumas oposições, Moura (2013, p. 710) destaca que:

As concepções de Gramsci a respeito da escola unitária e de formação humana integral, omnilateral ou politécnica, provenientes de Marx e de Engels, não colidem. Ao contrário, compreende-se que são complementares, tendo quem vista que Gramsci aprofunda um aspecto da politécnica anunciado, mas não muito explorado pelos autores alemães, qual seja: a dimensão intelectual, cultural e humanística.

A princípio, a discussão de Gramsci é pensar numa escola unitária, que tenha tanto a base da educação profissional quanto a base da educação intelectual humanizada. Ele chegou a essa ideia quando percebeu que as escolas que estavam surgindo no século XX estavam preocupadas apenas com a técnica da profissionalização, como se a educação servisse apenas para os meios técnicos profissionais. Foi nesse contexto que ele organizou a ideia da escola unitária, que além da educação voltada apenas para a técnica, deve-se levar em consideração o processo intelectual e moral do trabalhador.

Sobre essa humanização, Moura (2013, p. 711) afirma que:

[...] o humanismo não pode ser compreendido em sua forma tradicional, liberal, voltado para o ensino memorístico, mas se trata de um humanismo que contribua para o desenvolvimento, nos sujeitos, da capacidade de criação intelectual e prática, além de servir para a compreensão da totalidade social, tendo o trabalho como princípio educativo como sua base. (MOURA, 2013, p. 711)

Gramsci percebe que é a partir da instrução humana que a sociedade conseguirá revitalizar o processo social das desigualdades, da falta de inclusão, da questão dos processos culturais e da dispersão das ideias que propriamente não se contribuem de maneira efetiva para a formação da democracia.

De acordo com Gomes:

Para Gramsci, o resultado do processo educativo é a tomada de consciência do indivíduo sobre si mesmo e o desenvolvimento das habilidades físicas e intelectuais [...] Para ele, pensar e organizar o pensamento eram atividades complexas e difíceis quando comparadas a qualificação profissional de um operário. Ele não queria desmerecer a qualificação profissional, mas considerava que essa modalidade de formação deveria ocorrer em um momento distinto e posterior ao desenvolvimento intelectual. Com isso, defende que ao vivenciar uma formação educativa de longa data e ao adquirir a disciplina de estudos, o jovem não teria dificuldade para se qualificar

profissionalmente, pois o desenvolvimento físico e intelectual são condições necessárias à profissionalização (GOMES, 2018, p. 12).

Gramsci critica a profissionalização adiantada do estudante, pois suas consequências serão a impossibilidade de se criar um homem autônomo e emancipado, buscando, assim, a formação que propicie que as classes menos favorecidas não tenham apenas uma qualificação técnica para apenas inserção no mundo do trabalho, mas que também adquira uma formação geral para participação como cidadão dentro da sociedade. Para Gramsci, seja em caráter universitário, ou não, a formação profissional deverá ser posterior à escola unitária, de cultura geral e fundamentada no princípio educativo do trabalho (MOURA, 2013).

É importante destacar que o Ensino Médio Integrado não deve ser confundido com a educação politécnica, pois tanto Marx e Engels quanto Gramsci consideram a politecnia e a escola unitária apenas numa perspectiva futura. Moura (2013) destaca que as condições da época impediam a materialização dessas ideias, ressaltando, ainda, que essa realidade se encontra no Brasil nos dias de hoje.

Mas recorrendo a Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), o ensino médio integrado, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para que ocorra a travessia para uma nova realidade. Essa travessia para uma nova realidade mencionada pelos autores é a construção de uma sociedade futura e coloca o Ensino Médio Integrado como a origem da formação humana integral, omnilateral e politécnica.

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### 4.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

De acordo com Bell (2008), várias são as maneiras de se definir uma pesquisa, onde cada uma se utiliza de diversas metodologias. Com base nisso e levando em consideração a presente pesquisa, a autora apresenta uma abordagem descritiva e exploratória no que diz respeito aos seus objetivos. No que se refere à sua metodologia de coleta de dados, a pesquisa classifica-se como de metodologia mista, por apresentar abordagens tanto de natureza quantitativa quanto qualitativa.

Gil (2010) afirma que as pesquisas descritivas têm como principal finalidade descrever as características de determinada população ou fenômeno, além de estabelecer relações entre determinadas variáveis. Portanto, dentro dessa pesquisa, o pesquisador pode estudar as características de determinado grupo, como : idade, sexo, renda familiar, escolaridade, etc., podendo levantar algumas hipóteses para depois afirmá-las ou negá-las.

Marconi e Lakatos (2010) concordam com a afirmação acima e ainda afirmam que, nesse tipo de pesquisa, o pesquisador observa a população ou fenômeno sem interferência neles, pois, além da análise da população, o pesquisador também pode observar e analisar fenômenos. E, Segundo Prodanov e Freitas (2013), esse tipo de pesquisa envolve o uso de técnicas padronizadas de coletas de dados, como o questionário e observação sistemática.

Já no que se diz respeito às pesquisas exploratórias, Gil (2010) e Marconi e Lakatos (2010) concordam que esse tipo de pesquisa tem como objetivo propor hipóteses, um maior grau de familiaridade do pesquisador com o ambiente, com a intenção de deixar a realização da pesquisa mais explícita. Portanto, fica claro que esse tipo de pesquisa tem como objetivo propor uma maior quantidade de informações para que ela se torne uma pesquisa mais clara e precisa.

Agora no que se diz respeito à metodologia de coleta e análise de dados, a análise qualitativa, segundo Flick (2013), é um tipo de análise que evita hipóteses e operacionalizações, além de não estar moldado na mensuração. Ou seja, nesse tipo de pesquisa não existe a preocupação em mostrar dados estatísticos exatos e sua coleta de dados se dá, predominantemente, por meio da coleta não estruturada.

Gil (2010) menciona que não há algo predefinido para orientar os

pesquisadores e que isso depende basicamente do estilo de pesquisa de cada um.

Nas pesquisas quantitativas, Prodanov e Freitas (2013) afirmam que tudo o que se analisa deve ser mensurado, ou seja, tudo deve se transformar em números que, posteriormente, serão classificados e analisados. E que, segundo Silva e Menezes (2005), requer, obrigatoriamente, o uso de técnicas estatísticas.

No que se refere à metodologia de natureza mista, ela se caracteriza por trazer tanto informações de natureza qualitativa como quantitativa. E que se confirmam nas palavras de Creswell (2007), que diz que a pesquisa mista envolve tanto a obtenção de informações numéricas como textuais, de forma que o banco de informações final tenham tanto informações quantitativas como qualitativas.

Nesse método, os dados são coletados e analisados para serem estudados na mesma pesquisa, garantindo, assim, um maior aprofundamento sobre o que se está pesquisando.

## 4.2 PARTICIPANTES

Responderam a essa pesquisa 32 alunos do 3ª ano do Ensino Médio Integrado ao Técnico de Agropecuária, de um total de 34 alunos, estes atendidos, ou não, pelo Programa de Assistência Estudantil do IFPI - Campus Oeiras.

Optamos pelos alunos do 3º ano em virtude de suas experiências e vivências durante o curso do Ensino Médio na instituição, com o propósito de verificar o papel e a importância das Políticas de Assistência Estudantil no processo de permanência e êxito do aluno dentro dos cursos, além dos principais obstáculos surgidos durante os anos cursados.

Devido à grande escassez de trabalhos com o tema dessa dissertação verificado em análise bibliográfica feita, justifica-se a escolha dos alunos do ensino médio integrado ao técnico. A maioria dos trabalhos que tratam do tema aborda apenas os alunos bolsistas dos cursos de graduação, como também não leva em conta a percepção do aluno não bolsista, como isso impacta negativamente ou não no seu percurso acadêmico.

Os alunos responderam, no mês de fevereiro de 2020, os questionários para a coleta e análise de dados que irão compor o capítulo sobre análise e discussão dos dados desta pesquisa.

### 4.3 CAMPO DE PESQUISA

O campus da pesquisa escolhido foi o Instituto Federal do Piauí - Campus Oeiras. Em Oeiras, o campus foi inaugurado em 25/04/2013. Sua criação faz parte da implantação e da terceira fase de expansão da Rede Federal de Educação, que criou, em 2008, a partir da Lei 11.892, 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

No ano de 2019, foram registrados 400 alunos matriculados nos seguintes cursos:

- Técnico em Administração Integrado ao Médio;
- Técnico em Agricultura Integrado ao Médio;
- Técnico em Agropecuária Integrado ao Médio;
- Técnico em Agropecuária;
- Técnico em Administração;
- Técnico em Informática;
- Técnico em Comércio
- Licenciatura Plena em Física;
- Bacharelado em Administração;
- PROEJA

Os cursos de Ensino Médio Integrado ao Técnico são três: um no eixo de gestão e negócios, o de Técnico em Administração, com carga horária total de 3.300 horas; e dois no eixo dos recursos naturais, com carga horária de 3.630 horas, os Técnicos em Agropecuária e Agricultura, e são cursos com três anos de duração.

### 4.4 INSTRUMENTO

O instrumento utilizado nessa pesquisa foi o questionário, que, segundo Marconi e Lakatos (2010), é um instrumento de coleta de dados, composta por uma quantidade de questões que podem ser abertas ou fechados e que não precisam necessariamente da presença do pesquisador para que possa ser respondido.

Severino (2015, p. 125), em sua obra, menciona que o questionário é um “[...]”

conjunto de questões, sistematicamente articulado, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vista a conhecer a opinião dos mesmos sobre o assunto em estudo”. É importante a objetividade das questões para que elas sejam facilmente compreendidas pelos sujeitos pesquisados e sejam respondidas da forma mais objetiva possível também dentro do tema abordado.

Gil (2002, p. 121) ainda menciona que “construir um questionário consiste basicamente em traduzir objetivos da pesquisa em questões específicas”. Esse questionário foi constituído com base em todo o referencial teórico, levando em consideração, sobretudo, os objetivos da pesquisa, buscando a interpretação sobre o que é a Assistência Estudantil e o seu reflexo no percurso acadêmico dos alunos nas séries estudadas.

O questionário (Apêndice A) desenvolvido para essa pesquisa é composta por 35 questões, sendo elas 28 perguntas fechadas e 11 perguntas abertas. É preciso destacar que esse questionário é formado por duas partes: a primeira, constando 17 questões, trata de perguntas sobre o perfil socioeconômico, que deve ser respondida por todos os alunos; e uma segunda parte, composta de 18 questões, que analisaram a percepção sobre a assistência estudantil no Campus Oeiras. Dentro desse bloco, algumas serão respondidas apenas pelos alunos bolsistas e outras apenas pelos alunos não bolsistas. Antes de tudo, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética, que avaliou os aspectos éticos da pesquisa aplicada, número de protocolo CAAE (Certificado de Apresentação de Apreciação Ética) 15988619.1.0000.8052.

#### **4.4.1 Elaboração e avaliação do Produto Educacional**

Após levantamento e análise dos dados obtidos por meio de documentos e aplicação dos questionários, foi elaborado um produto educacional na forma de Guia Didático, visando a um melhor entendimento do discente sobre o que é e a importância da Assistência Estudantil.

O guia foi elaborado com base nas informações dos alunos apresentadas no questionário e também na coleta de informações em Editais e Projetos Pedagógicos elaborados pela própria Instituição de ensino. Ao final, apresentamos uma mensagem lúdica para os alunos na forma de história em quadrinhos sobre toda a política de Assistência Estudantil.

Após produção e diagramação do guia foi realizada sua avaliação junto a servidores do IFPI e IF Sertão-PE através de e-mail enviado aos mesmos junto com um questionário (Apêndice B) elaborado no Google Forms, contendo 12 questões, dentre elas, 8 fechadas pela escala Likert e 4 questões abertas. O E-mail foi enviado a 39 avaliadores , dentre eles alunos e servidores com esclarecimentos sobre o objeto da avaliação. O critério de escolha dos servidores foi atuar juntamente com a Assistência Estudantil no seu campus de lotação.

## 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

No presente capítulo serão apresentados os resultados deste estudo com o intuito de responder aos objetivos propostos, além de apresentar a análise dos dados que foram colhidos com base na aplicação do questionário aos alunos bolsistas e não-bolsistas dos 3º ano do Ensino Médio Integrado ao Técnico do curso de Agropecuária do IFPI – Campus Oeiras. Dentro dessa análise, destacaremos as características de cada aluno nos itens do questionário que tratam de traçar o perfil socioeconômico do mesmo. Na segunda seção foi analisada a percepção do aluno acerca do conhecimento e da compreensão sobre a Assistência Estudantil, os impactos no rendimento e no êxito acadêmico.

Ao todo, 32 alunos responderam aos questionários e todos os resultados serão analisados abaixo com a utilização de gráficos, quadros e tabelas que facilitem a compreensão do que se foi pesquisado. É importante destacar que este estudo se restringe à percepção dos alunos do 3º ano do Ensino Médio Integrado ao Técnico dos cursos de Agropecuária matriculados no ano de 2020. Estes alunos foram escolhidos em virtude de suas experiências e vivências durante o curso do Ensino Médio na instituição, com o propósito de verificar o papel e a importância das Políticas de Assistência Estudantil no processo de formação e conclusão do curso.

Após aplicação do questionário, as perguntas abertas foram analisadas e submetidas à análise de conteúdo proposta por Bardin. Dentre as técnicas deste tipo de análise, escolhemos a análise categorial, que, de acordo com Bardin (2011, p. 201), são “desdobramentos do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos”.

Ainda, segundo Bardin (2011), optou-se pela investigação do tema por ser mais rápida e eficaz quando aplicadas a discursos simples e diretos. Dentro deste contexto, todo o processo de análise seguiu as fases propostas pelo autor: pré-análise, exploração do material, tratamento do texto, inferência e interpretação (BARDIN, 2011).

### 5.1 PERFIL SOCIOECONOMICO DOS ALUNOS BENEFICIÁRIOS E NÃO BENEFICIÁRIOS

#### 5.1.1 Gênero

Dos indivíduos que responderam ao questionário, constatamos uma predominância de alunos do gênero feminino, representada por 53,12%, e alunos do gênero masculino, representados por 46,87%, corroborando com os dados obtidos juntamente com o setor de controle acadêmico do Campus. Partindo da história dos cursos das Ciências Agrárias, que durante muitos anos sempre foram cursos predominantemente masculinos, vemos com esses dados que as mulheres, atualmente, estão ocupando um espaço que antes lhes era negado, sejam por questões sociais ou culturais. Masiero et al (2015) coloca que cursos na área das ciências agrárias era um ramo considerado pesado e desprovido de vaidade para o público feminino, e foi sofrendo alterações. O que percebemos é uma nova construção cultural, visto que o fato deste tipo de curso apresentar um número muito mais significativo de homens do que mulheres não quer dizer que estas fossem proibidas de cursar este tipo de curso, mas, sim, afirmar que existia uma construção cultural que incentivava o homem a cursar cursos na área de agrárias, enquanto tal prática não era legitimada da mesma forma para a mulher, embora tal prática não lhe seja proibida. Ou seja, a cultura se colocava como uma demarcadora de condutas.

E quando recorremos ao PDI (2014), do Instituto Federal do Piauí, observamos um marco histórico para as mulheres do Estado. Em 1967, quando a Instituição se tornou a Escola Técnica Federal do Piauí, houve uma grande ampliação da sua estrutura e também a permissão para que as mulheres se matriculassem, o que quadruplicou o número de estudantes dentro desta Instituição de Ensino no período de apenas dois anos, o que permitiu que as mulheres conseguissem ganhar mais destaque dentro dos processos educativos de cursos que antes eram de predominância do sexo masculino.

Recorreremos a Castelo Branco (2005) para mostrar que antes da permissão de se matricular na Escola Técnica, a educação em Teresina ofertada para as mulheres se concentrava na Escola Normal Livre, fundada em 1909, que formavam as futuras professoras primárias. Com a possibilidade de cursar um curso técnico, fica evidente que as mulheres deixaram as funções domésticas ou de professoras e migraram para as mais variadas áreas no final da década de 1960.

E coadunando com Pinto (2015), a significativa representatividade de alunas nos cursos integrados segue a tendência nacional de sobreposição do número de

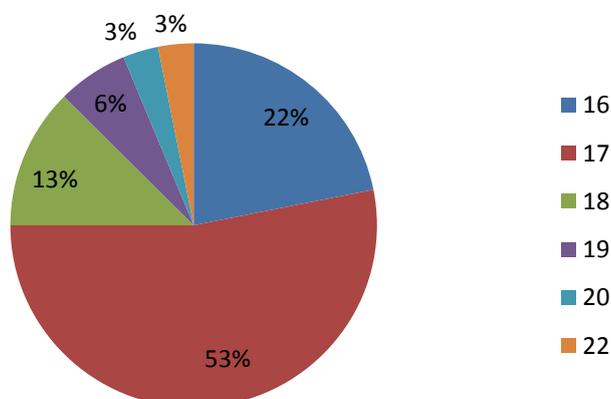
mulheres com nível de escolaridade superior ao dos homens, bem como a sua crescente inserção no mercado de trabalho. Se a porcentagem de mulheres que tem acesso ao conhecimento científico-tecnológico aumenta, estará aumentando, também, a porcentagem da população que pode alterar os indicadores de desenvolvimento socioeconômico de uma região.

### 5.1.2 Idade

A maioria dos respondentes da pesquisa são alunos com faixa etária entre os 16 e os 18 anos (87,15%) conforme mostra o gráfico 1. De acordo com o Ministério da Educação (2009), são as idades adequadas para alunos do Ensino Médio, não havendo, assim, grande distorção idade-série para os alunos do 3º ano do Campus Oeiras, já 12,49% dos indivíduos respondentes deste estudo são alunos com idade entre 19 e 22 anos que apresentam condições excepcionais como: histórico de reprovação em alguma etapa da vida, desistência dos estudos ou que, por algum motivo, tenham começado tarde os estudos.

Isso também fica evidente no estudo feito por Fritsch, Vitteli e Rocha (2014), que destacam que os estudantes com defasagem idade-série são alunos que possuem maiores taxas de reprovação e abandono escolar. Os autores ainda destacam que, apesar desses alunos receberem um conjunto de políticas a eles direcionadas, acabam por não surtir os efeitos esperados, que é garantir a permanência e o êxito desses alunos.

**Gráfico 1 - Percentual de idade dos alunos entrevistados**



Fonte: Autor da pesquisa (2020)

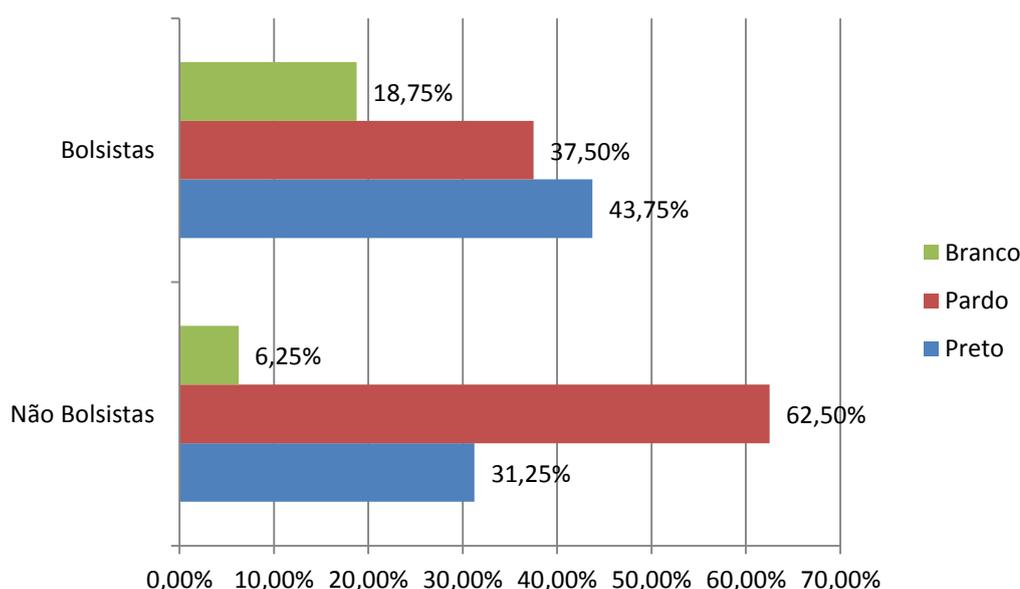
Cabe ressaltar que, apesar da maioria dos alunos atendidos pelo programa seja da faixa etária dos 16 aos 18 anos, alunos com idade acima também são atendidos pelo programa, uma vez que o critério para recebimento da bolsa é o enquadramento em situação de vulnerabilidade social e não idade.

### 5.1.3 Etnia

Antes da análise dos dados neste item, é importante destacar que os dados apresentados abaixo foram baseados na autodeclaração dos indivíduos entrevistados, onde 50% dos alunos se autodeclararam pardos, 37,5% pretos e apenas 12,5% brancos. Desse modo, os alunos que autodeclararam-se pretos e pardos somam o total de 87,5% dos alunos pesquisados.

Quando analisamos os alunos bolsistas e não bolsistas de forma distinta, percebemos, conforme o gráfico 2, que 81,25% dos alunos autodeclarados pretos e pardos são beneficiários da bolsa estudantil, enquanto que apenas 18,75% dos alunos brancos que responderam a pesquisa também fazem jus ao benefício. Já referente aos alunos não bolsistas, 93,75% dos autodeclarados pardos e pretos não recebem o benefício contra 6,25% dos alunos brancos que também não recebem o benefício.

**Gráfico 2 - Etnia dos alunos entrevistados**



Fonte: Autor da pesquisa (2020)

Os dados obtidos neste estudo reforçam o sucesso da política de cotas,

política esta que garantiu, nas Universidades e Institutos, que 50% das vagas fossem destinadas a alunos autodeclarados pretos ou pardos, garantindo a inserção significativa desses alunos dentro das instituições de ensino. Leite (2011) reforça a importância da política de cotas porque é notória a existência das desigualdades a serem enfrentadas pelos negros na nossa sociedade, pois, em média geral, possuem menos escolaridade, salários, saúde e moradia do que os brancos.

Essa inserção propiciou uma mudança no perfil dos alunos das instituições e, corroborando com Leite (2011) e recorrendo a Machado e Pan (2014), esse aumento de alunos das classes mais necessitadas teve como consequência um aumento dos percentuais de evasão, pois os mesmos não tinham como se manterem dentro das escolas e o Governo, preocupado com esses altos índices, começou a promover políticas de Assistência Estudantil para os alunos mais necessitados.

Ainda analisando o critério etnia do aluno bolsista, vimos uma taxa de quase 20% de alunos autodeclarados brancos que recebem o benefício no campus Oeiras e que, segundo Felipe (2018), esse motivo se dá pela tendência de queda da renda das famílias que antes não demandavam os serviços da assistência estudantil, uma vez que a maioria dos estudantes que recorrem a esse tipo de benefício ainda são estudantes que se autodeclararam pardos ou negros, como concluído na pesquisa. Recorreremos novamente a Leite (2011) para justificar o porquê de alunos brancos também participarem dos editais de seleção da política de assistência estudantil e, segundo a autora, é necessário considerar que as dificuldades encontradas pelos alunos negros são as mesmas encontradas por filhos de trabalhadores pobres não negros que chegam às portas das universidades e não conseguem adentrá-las, o que geralmente se deve a uma educação formal deficitária.

#### **5.1.4 Estado civil e quantidade de filhos**

De acordo com a pesquisa, constatamos que 100%, tanto dos alunos beneficiários como não beneficiários, são solteiros e não possuem filhos. Cabe ressaltar que, no caso de alunos que possuam um ou mais filhos, o campus não dispõe de nenhuma política que atenda a esses discentes, o que pode ser revisto pela Instituição para que os alunos tenham algum tipo de auxílio que garanta o bem-estar da criança e evite que os pais abandonem os estudos.

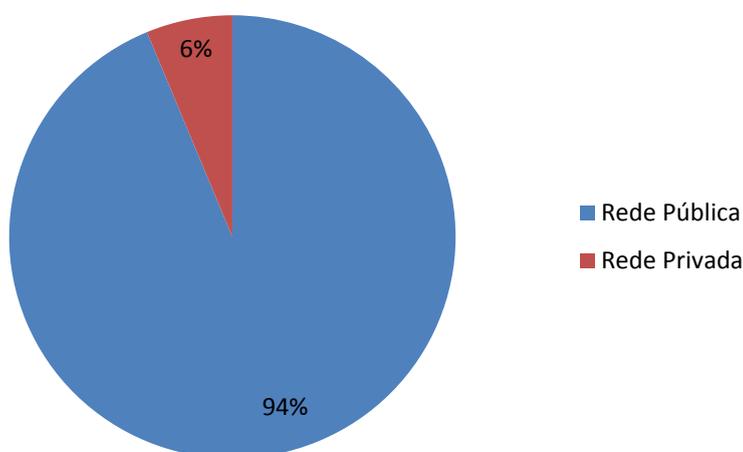
Recorreremos a Pinto et al (2015) para mostrar que em algumas instituições

públicas de ensino é concedido o pagamento de auxílio creche para estudantes através de repasse financeiro para o custeio parcial das despesas com seus dependentes até os 5 anos de idade e para que esses alunos não abandonem os estudos. Na dissertação de mestrado de Sousa Júnior (2018), o autor também menciona a prática do pagamento desse tipo de auxílio no Instituto Federal de Brasília (IFB), chamado de auxílio criança, para atendimento de alunos que possuem filhos até os 12 anos e não têm com quem deixar os filhos nos horários das aulas.

### 5.1.5 Escola de origem

No que se refere à escola de origem dos alunos pesquisados, observamos que 93,75% dos indivíduos pesquisados são oriundos da rede pública e apenas 6,25% advém de escolas particulares conforme gráfico 3.

**Gráfico 3 - Escola de origem dos alunos entrevistados**



Fonte: Autor da pesquisa (2020)

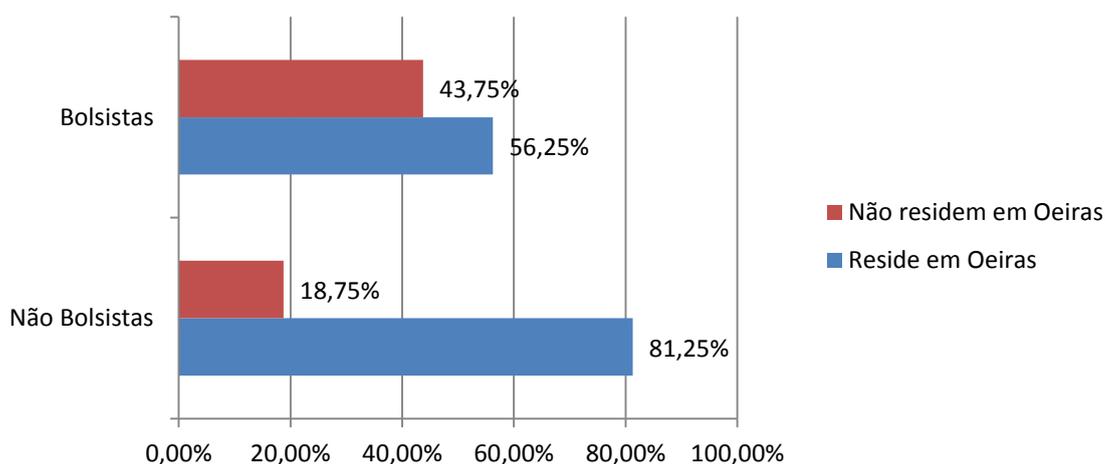
Quando comparados alunos beneficiários e não beneficiários, percebemos que a política de assistência estudantil do IFPI está em conformidade com a PNAES quando vemos que 100% dos alunos beneficiários concluíram o Ensino Fundamental em escola pública, já os alunos que responderam serem oriundos da rede particular, nenhum foi contemplado com o benefício.

### 5.1.6 Cidade em que reside

De acordo com a pesquisa, de todos os alunos observados, 68,35% dos alunos residem na cidade de Oeiras, enquanto 31,25% em cidades, povoados ou assentamentos vizinhos, conforme gráfico 4, o que facilita o acesso da população na qual o campus está inserido e, de acordo com o PDI (2014), também promove o desenvolvimento econômico das regiões vizinhas. Agora, quando se faz a análise separada, dos 16 alunos bolsistas que participaram da pesquisa, 43,75% não moram em Oeiras, enquanto os 16 alunos não bolsistas, apenas 18,75% não residem na cidade na qual o Campus está instalado (Gráfico 4). Esse valor acaba por ser alto quando se leva em consideração os gastos com deslocamento, já que as aulas acontecem entre 5 e 6 vezes na semana.

Indo ao encontro do estudo feito por Oliveira e Passos (2016) também no Instituto Federal do Piauí, a moradia não constitui fator de seleção, visto que nem todos os alunos que moram na zona rural foram contemplados com o benefício, enquanto que os alunos que moram nas regiões centrais da cidade da pesquisa não foram excluídos da seleção do programa. Isso se justifica porque em um mesmo tipo de moradia abrigam pessoas com situações familiares diferentes.

**Gráfico 4 - Onde residem os alunos entrevistados**



Fonte: Autor da pesquisa (2020)

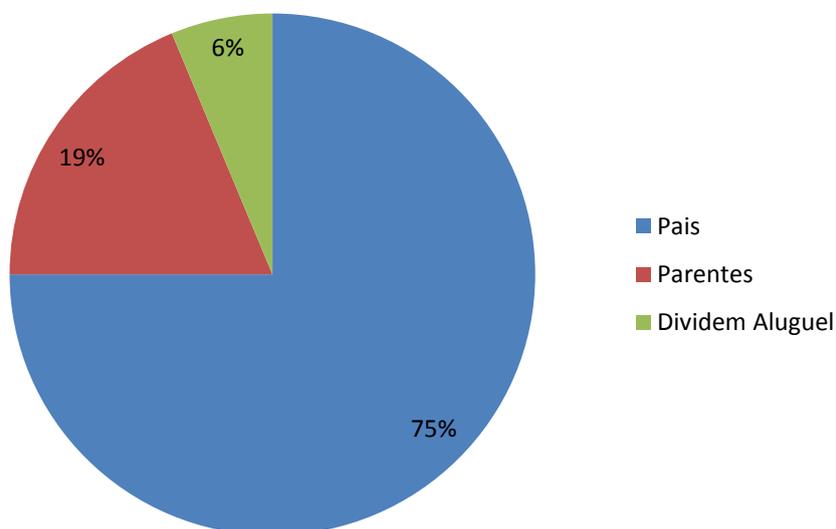
### 5.1.7 Situação e Renda Familiar

Por serem do Ensino Médio Integrado, esses alunos ainda estão em idade

escolar e, portanto, não trabalham, dependendo, em sua maioria, totalmente dos pais para permanecerem na escola. E, em muitos casos, se não fosse o benefício mensal, muitos deles não conseguiriam nem concluir os estudos.

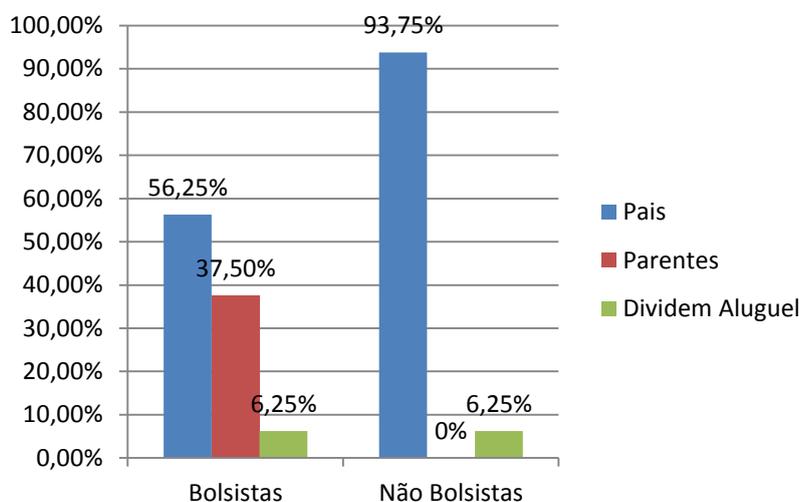
Quando questionado com quem eles moravam, 75% dos alunos responderam que moravam com os pais, 18,75% responderam que moravam com parentes e apenas 6,25% responderam que dividem aluguel conforme gráfico 5. Mas quando se analisam separadamente bolsistas e não bolsistas essa configuração muda.

### Gráfico 5 - Com quem os alunos entrevistados moram



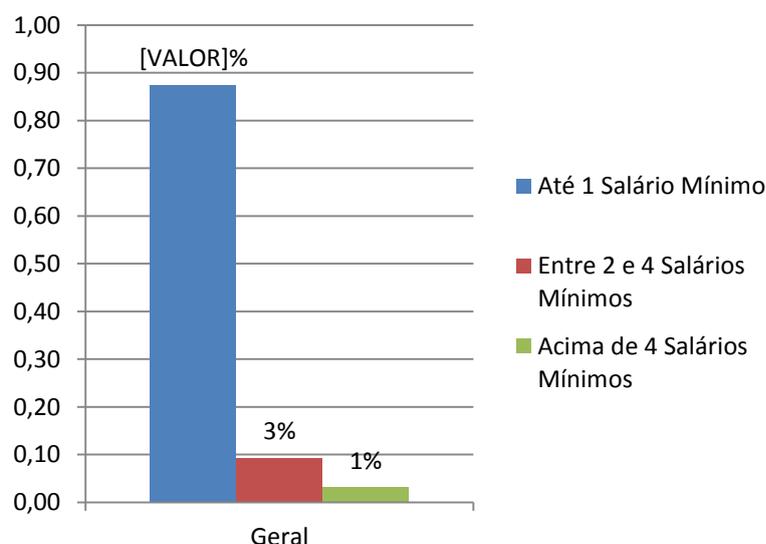
Fonte: Autor da pesquisa (2020)

Na análise dos alunos bolsistas, 56,25% afirmam que moram com os pais, 37,5% moram com parentes e 6,25% dividem aluguel, conforme gráfico 6. No caso dos alunos que moram com parentes, na sua maioria, os pais moram em cidades do interior o que acabava por inviabilizar os estudos dos filhos, restando a possibilidade de morar na casa de algum parente, e alguns usam o benefício com a finalidade de ajudar nas despesas de casa. Sabemos que, mesmo estando na casa de familiares, morar em outra cidade, muitas vezes longe da família, não é uma tarefa fácil, é uma mudança extremamente complicada e, sem dúvida, desafiadora para a vida de uma estudante. Já quando analisamos os alunos não bolsistas, 93,75% afirmam ainda que moram com os pais e que são sustentados por eles, enquanto ainda não ingressam no mercado de trabalho (Gráfico 6).

**Gráfico 6 - Com quem moram os alunos bolsistas e não bolsistas**

Fonte: Autor da pesquisa (2020)

Quando é analisada a renda familiar do aluno, vemos que a maioria absoluta vive com até um salário mínimo. Dos 32 alunos sujeitos da pesquisa, 87,5% responderam viver com até um salário mínimo por mês, enquanto apenas 3,12% alunos responderam viver com mais de 5 salários mínimos por mês de renda familiar, o que é algo não recorrente dentro dos Institutos Federais, já excluindo esse aluno de qualquer critério de vulnerabilidade social, como mostrado no gráfico 7.

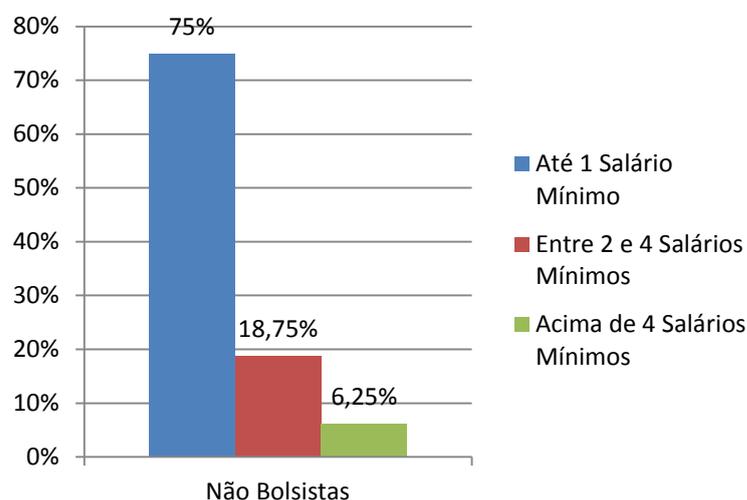
**Gráfico 7 - Renda Familiar Mensal**

Fonte: Autor da pesquisa (2020)

De acordo com a pesquisa e atendendo aos critérios do PNAES, onde o aluno

precisa comprovar renda familiar de até um salário mínimo e meio para fazer jus ao benefício, dos 16 alunos bolsistas pesquisados que vivem com até um salário mínimo por mês, todos recebem o benefício. Já os alunos que não recebem o auxílio, 75% afirmaram que vivem mensalmente com uma renda de até um salário mínimo, o percentual é menor, mas ainda continua alto, o que não atende, de fato, ao critério estabelecido pelo PNAES, conforme vemos no gráfico 8. Isso se justifica pela falta de um maior investimento nesse tipo de política, suficientes para que contemplem todos os alunos que atendam aos critérios exigidos pelo Programa de Assistência Estudantil.

**Gráfico 8 - Renda Familiar dos Alunos Não Bolsistas**



Fonte: Autor da pesquisa (2020)

Um dos critérios levados em consideração para a seleção dos alunos que receberam o benefício também está relacionado à quantidade de pessoas que moram na mesma casa. No geral, os alunos dividem a casa com, no máximo 4 pessoas, mas também há casos de que o aluno chega a dividir a moradia com até 9 pessoas, fazendo com que o único critério para a seleção do benefício não seja apenas o corte de renda, mas também levando em consideração situações familiares e de moradia.

Casas com mais moradores espera-se uma situação de maior proteção financeira, partindo do pressuposto que mais pessoas vão compor a renda familiar mensal, mas percebemos, quando recorremos ao estudo de Felipe (2018), que o que se percebe é justamente o contrário, pois a maioria absoluta dessas famílias

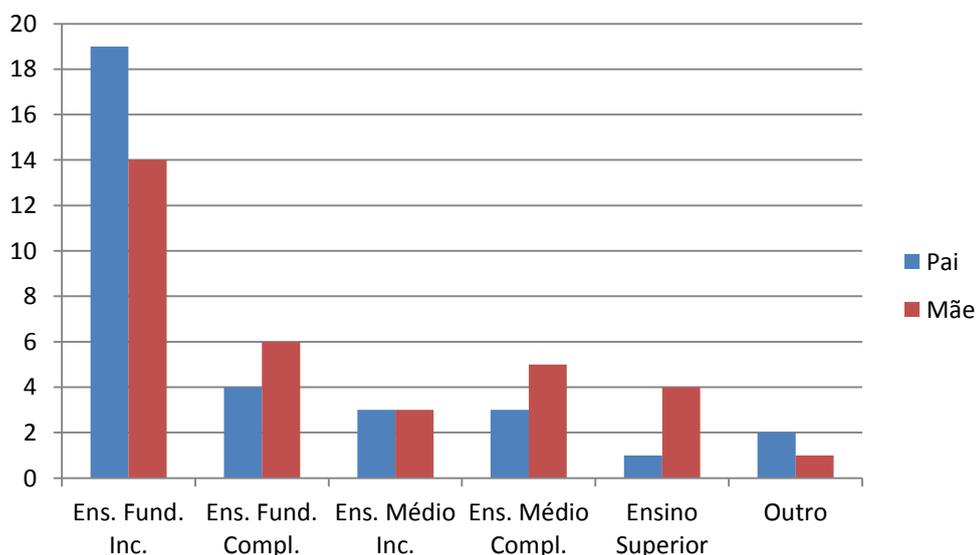
possui apenas um membro trabalhando.

### 5.1.8 Situação de emprego e escolaridade do pai e da mãe

Quando perguntado aos alunos sobre o grau de escolaridade do pai, dos 32 alunos pesquisados, apenas um aluno respondeu que o pai possui Ensino Superior. Em contraponto, 18 responderam que o pai possui até o Ensino Fundamental Incompleto, além de dois alunos que não souberem dar informações sobre a escolaridade do pai, conforme apresentado no gráfico 9.

Agora, quando perguntado sobre o grau de escolaridade da mãe, quatro alunos responderam que elas possuem o Ensino Superior, uma quantidade maior do que os pais que possuem o mesmo grau de escolaridade, e 14 alunos responderam que elas possuem até o Ensino Fundamental Incompleto, um número menor do que o dos pais que também apresentam o mesmo grau de escolaridade (Gráfico 9). Mas, apesar dessas variações, verifica-se que, no geral, os pais dos alunos analisados possuem um baixo grau de escolarização.

**Gráfico 9 - Nível de Escolaridade dos Pais dos alunos entrevistados**

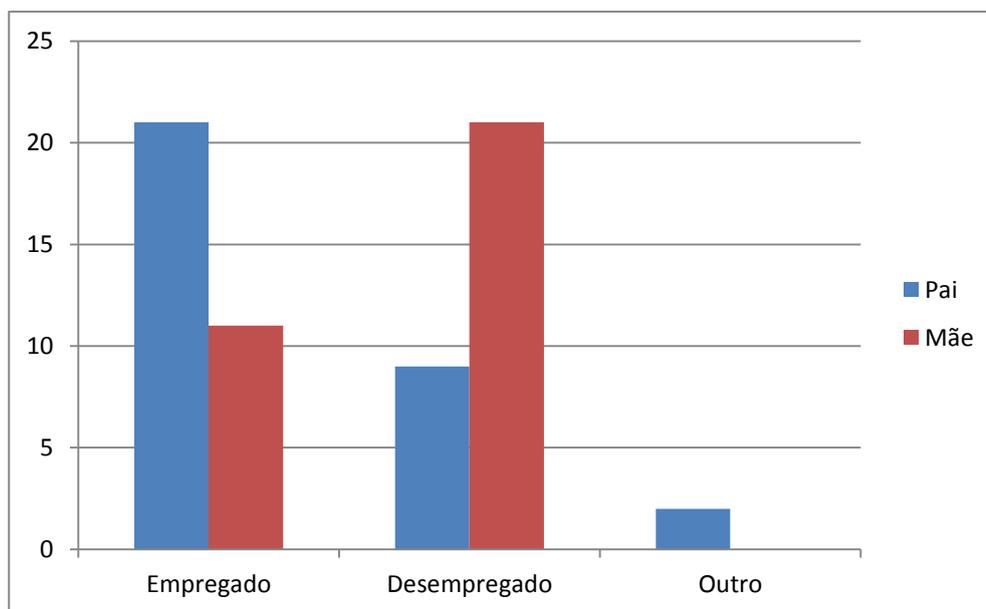


Fonte: Autor da pesquisa (2020)

Conforme gráfico 10, foi perguntado, também, aos 32 alunos, se o pai e a mãe possuem algum tipo de emprego. No caso dos pais, 21 dos alunos responderem que os mesmo estão empregados, contra nove que estão

desempregados. Dois alunos não responderam a pergunta por não terem informações do pai. Em relação à mãe, apenas 11 se encontram trabalhando, enquanto 21 estão desempregadas.

**Gráfico 10 - Empregabilidade dos pais dos alunos entrevistados**



Fonte: Autor da pesquisa (2020)

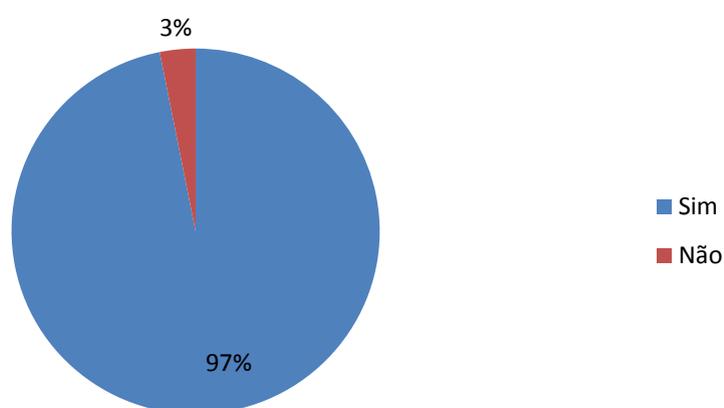
Em relação a isso, percebe-se que, por mais que o grau de escolarização da mãe seja maior em relação ao pai, elas ainda são a maioria do percentual de desempregadas da pesquisa, isso, geralmente, decorre da falta de oportunidade de emprego para as mulheres e, também, se relaciona ao fato das mulheres não poderem abandonar a casa, pois ainda precisam cuidar da família.

Devido à baixa renda familiar mensal e ao fato do pai ou da mãe estarem desempregados, muitos desses estudantes precisam complementar a renda familiar, recorrendo à busca pelo trabalho. Aproximando-se dos resultados desta pesquisa, Viana (2016) também destaca a importância da assistência estudantil nestes casos, pois ela pode ser considerada um apoio para que o aluno mantenha-se no sistema escolar, de modo que o trabalho possa ser um empecilho para a continuidade dos estudos, pois, muitas vezes, o aluno que não consegue conciliar rotina de estudos e trabalho, acaba por desistir dos estudos.

### 5.1.9 Percepção dos alunos sobre a POLAE

A segunda parte do questionário analisou a percepção sobre o nível de conhecimento sobre a Política de Assistência Estudantil e como ela afeta o êxito e rendimento acadêmico dos alunos bolsistas e não bolsistas. Foi perguntado aos alunos se eles tinham conhecimento do que era a Política de Assistência Estudantil promovida pelo IFPI - Campus Oeiras. Desses alunos, 96,87% responderam que sim, que sabiam o que era a Assistência Estudantil, enquanto que apenas 3,13% dos alunos afirmarem que não a conheciam, conforme gráfico 11.

**Gráfico 11 - Você conhece a Política de Assistência Estudantil?**



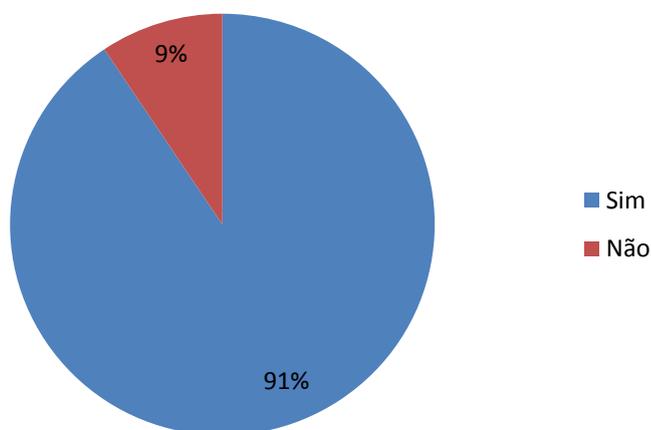
Fonte: Autor da pesquisa (2020)

Também foi questionado aos alunos se eles tinham conhecimento das atividades que eram desenvolvidas pela POLAE: 78,12% responderam que conheciam, já 21,87% não conhecem as atividades desenvolvidas pelo programa. A partir desses dados, analisamos que, por mais que os alunos conheçam a Assistência Estudantil, a percepção sobre essa política é um tanto limitada, pois eles veem toda a Política de Assistência Estudantil apenas como um repasse financeiro que eles recebem ao final de cada mês. E isso se percebe tanto sob a ótica dos alunos bolsistas como também dos não bolsistas, que acabam por desconhecer que a política de assistência estudantil vai além do repasse financeiro, incluindo apoio e orientação pedagógica, serviços de saúde (odontológico e psicológico), alimentação, transporte, visitas técnicas, dentre outros.

Viana (2016), no estudo feito no Instituto Federal de São Paulo (IFSP),

também percebeu que os alunos também compreendem a Assistência Estudantil apenas como um repasse financeiro que auxilia ao aluno se manter na escola, não compreendendo o programa na sua totalidade, apontando suas colocações pautadas apenas em suas necessidades reais do cotidiano. Quando recorremos a Maurício (2015), num estudo feito dentro de uma Universidade Estadual, percebemos que a visão do aluno já é bem diferente daquela de um aluno de Ensino Médio de um Instituto Federal. Na concepção do universitário, a Política de Assistência Estudantil é decisiva na permanência na Universidade e a bolsa ajuda muito, e, no estudo da autora, os alunos afirmam que a assistência é fundamental para democratizar as possibilidades de acesso e permanência no ensino superior e que a origem social dos alunos interfere sim na sua trajetória acadêmica e profissional.

**Gráfico 12 - Você sabe quais as atividades desenvolvidas pela Assistência Estudantil no *Campus***



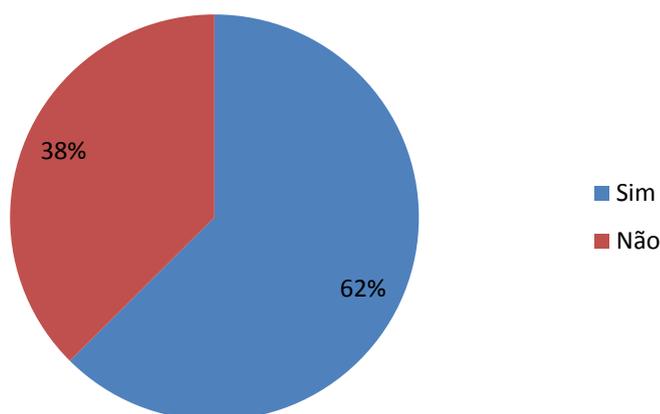
Fonte: Autor da pesquisa (2020)

Os alunos pesquisados também responderam sobre uma maior divulgação nas ações promovidas pela assistência estudantil. Todos os alunos, sem exceção, responderam que sentem falta de uma maior divulgação das ações desenvolvidas dentro do campus, que acaba por corroborar com os dados mencionados acima, limitando o conhecimento do aluno sobre o programa, já que, segundo os mesmos, as divulgações da assistência estudantil não são satisfatórias. O estudo feito por Paixão et al (2017), no IFES, e por Maurício (2015), na UFJF, se aproximam dos

resultados desta pesquisa quando ela constatou a necessidade de uma maior divulgação do Programa de Assistência Estudantil, afirmando que a dimensão divulgação dentro do IFES representa fragilidade. Os autores ainda destacam que essa dimensão merece atenção porque o objetivo central do programa é atender melhor o discente que necessita do auxílio.

Quando indagados se conheciam quais bolsas eram ofertadas pelo programa, conforme gráfico 13, dos alunos pesquisados, 62,5% responderam que conheciam as bolsas (todas ou algumas), já 37,5% não conheciam que bolsas eram essas. Isso mostra que até alunos beneficiários pelo programa desconhecem as ações e as bolsas ofertadas pelo programa.

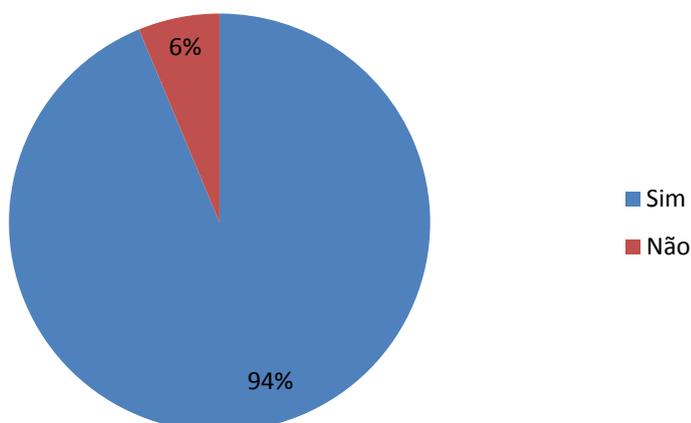
### **Gráfico 13 - Você conhece as bolsas ofertadas pela Assistência Estudantil no Campus**



Fonte: Autor da pesquisa (2020)

Em relação às informações de como conseguir a assistência estudantil e como concorrer ao recebimento das bolsas, 93,75% dos alunos responderam que sabiam como conseguir e também como concorrer ao auxílio, enquanto apenas 6,25% responderam desconhecer como se dava esse processo, conforme gráfico 14.

### **Gráfico 14 - Você sabe como conseguir a assistência estudantil no seu**

**campus?**

Fonte: Autor da pesquisa (2020)

A falta de uma divulgação mais efetiva da POLAE atrelado a um edital de difícil acesso para alguns, pois, muitas vezes disponível apenas no sítio do Instituto e com informações muitas vezes não claras, acaba por justificar porque tantos alunos, até mesmo aqueles que recebem o benefício, desconhecem o impacto que o auxílio causa no seu êxito acadêmico. Mas, quando perguntado sobre o caminho do acesso à bolsa, a maioria, quase absoluta, afirma conhecer e isso se deve ao fato da divulgação ser feita pouca antes da seleção dos alunos, com informações, muitas vezes, que fazem referência apenas ao benefício permanente sobre os prazos para concorrer o edital e a documentação necessária. E isso se percebe nas palavras dos alunos quando muitos afirmam que a Assistência Estudantil é apenas um auxílio financeiro para continuar nos estudos, como veremos na Tabela 1.

Foi, também, feita a seguinte pergunta aos alunos: “O que é a Assistência Estudantil para você?” e, para análise dessa pergunta, foram criadas categorias, conforme Tabela 1, a partir das respostas dadas pelos alunos e cada aluno foi identificado com um número cardinal.

**Tabela 1 - Categorias sobre a percepção dos alunos sobre a Assistência**

## Estudantil

Categoria 1 – Ajuda financeira	As respostas indicam que a POLAE é uma ajuda financeira para auxílio aos alunos de baixa renda continuar os estudos.
Categoria 2 – Permanência e êxito	Além de ajuda financeira, garante a permanência dos alunos na instituição
Categoria 3 – Ajudar em casa	A POLAE também serve como uma forma de ajudar nas despesas de casa.

Fonte: Autor da pesquisa (2020)

A tabela 1 compõe as três categorias construídas a partir da percepção do aluno sobre o que é a Assistência Estudantil. Compreende a ajuda financeira para os alunos de baixa renda como uma forma de permanecer na instituição e também como uma forma de ajudar com as despesas de casa. Essa percepção será vista no Quadro 1.

### Quadro 1 - Percepção dos alunos sobre a Assistência Estudantil

Categoria 1	Aluno 4	“É uma forma de ajuda financeira para os alunos que não possuem uma renda suficiente para dar suporte aos estudos.”
	Aluno 5	“É uma forma de ajudar o aluno que não tem uma boa renda familiar.”
	Aluno 6	“É uma forma de ajudar os alunos, a melhorar os estudos facilitando de alguma forma, melhorando a renda.”
	Aluno 9	“É uma ajuda que a escola dá para o aluno, ajudando o aluno nas despesas.”
	Aluno 14	“Para mim é uma ajuda de custo para os estudantes que não contem uma situação financeira favorável e que

		necessitam desse auxílio para se manter.”
	Aluno 28	“Para mim assistência estudantil é para ajudar alguns alunos que não tem condições financeiras.”
	Aluno 29	“É um benefício que ajuda os estudantes com baixa renda de acordo com suas necessidades.”
Categoria 2	Aluno 1	“Aonde visa a avaliação da forma de condições fornecidas pelo(a) aluno(a) de ver a escola, em busca de ajudar ao aluno permanecer na escola.”
	Aluno 2	“É uma forma de ajudar e incentivar o aluno a não desistir da escola, dos estudos.”
	Aluno 10	“É onde se dá algum benefício para o aluno de ajuda para que conclua seu estudo na instituição.”
	Aluno 27	“É um programa que ajuda o aluno a permanecer na instituição, com o intuito de oferecer bolsas para aqueles que precisa.”
Categoria 3	Aluno 19	“Eu uso para ajudar nas despesas de casa e quando sobre eu compro material escola, pois a renda em casa é muito baixa.”
	Aluno 22	“Resumidamente é uma ajuda familiar e é também um incentivo aos estudos.”
	Aluno 23	“É um benefício que vai ajudar de alguma forma nas contas. Ex: em uma conta comercial, em um aluguel”.
	Aluno 26	“Uma espécie de ajuda para o estudante em que os pais tem baixa renda familiar para auxílio ao mesmo, como aluguel, alimentação e até na compra do material escolar.”

Fonte: Autor da pesquisa (2020)

Analisando as respostas dos alunos, verificamos que a maioria percebe a assistência estudantil apenas como uma ajuda financeira, contribuindo para a compra de materiais, permanência na Instituição e, até mesmo, na ajuda em casa com despesas. É fato que a assistência ajuda os discentes no acesso e permanência na instituição, garantindo maior êxito e rendimento acadêmico, no entanto, os alunos não conhecem a política no seu todo, limitando-se, na sua grande maioria, a afirmarem que é apenas uma ajuda financeira.

Para um maior aprofundamento da pesquisa, trazemos Magalhães (2012), que destaca que a concepção da política de assistência estudantil deve ultrapassar a concepção de apenas um repasse financeiro, defendendo que a Assistência Estudantil deve considerar na formulação de suas ações o atendimento dos estudantes em seus mais diversos aspectos e necessidades, oferecendo condições para se transpor e superar obstáculos e dificuldades na sua trajetória acadêmica. E, também, nesse sentido, Vasconcelos (2010) afirma que a Assistência Estudantil deve transitar em todas as áreas dos direitos humanos, abarcando ações que promovam desde as condições ideais de saúde, acesso a instrumentais pedagógicos imprescindíveis para a formação profissional, acompanhamento das necessidades educativas especiais, até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante.

Outro fato percebido é o entendimento que os alunos têm sobre o critério de vulnerabilidade socioeconômica quando eles afirmam que o benefício é, em sua maioria, destinado a alunos de baixa renda, que é um dos objetivos do programa: democratizar o acesso ao ensino a todos. Mas a política também possui programas universais destinados a todos os alunos, que não levam em conta o corte de renda mensal por família. Para um melhor entendimento sobre vulnerabilidade social, recorreremos a Viana (2016), destacando que o conceito de vulnerabilidade social está além do entendimento da pobreza como privação material e se constitui em decorrência dela e de outros aspectos como privação, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos, risco social, dentre outros.

Analisamos, também, que os alunos não compreendem os auxílios transporte e alimentação como parte da assistência estudantil, que são justamente os programas universais mencionados anteriormente, pois não foi mencionado por nenhum aluno, já que o Instituto dispõe de ônibus e refeitório que atendem aos

alunos todos os dias. Também não mencionaram o apoio e acompanhamento pedagógico, odontológico e psicológico, benefícios esses também englobados pela assistência estudantil e que também são muito importantes para permanência e êxito do aluno.

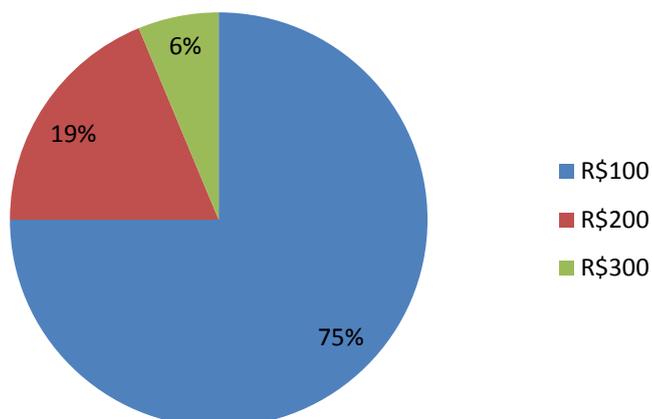
Por fim, por mais que os alunos tenham conhecimento sobre a importância da assistência estudantil dentro do seu percurso acadêmico, com o impacto que ela causa diretamente na sua qualidade de vida, quando lhe dão condições concretas para permanecer na Instituição e concluir o curso, podendo, em muitos casos, até ajudar em casa, afetando não somente sua vida acadêmica como também pessoal, esses alunos não têm conhecimento acerca da totalidade do programa, o que justificaria uma divulgação mais eficaz da POLAE de forma contínua e periódica, não somente perto da divulgação do edital e com informações limitadas ao benefício permanente.

#### **5.1.10 Impacto na vida do aluno bolsista**

Em relação aos alunos pesquisados, 50% responderam receber o auxílio permanente, e este tópico será destinado a verificar a percepção do discente sobre o impacto que esse auxílio provoca no seu rendimento escolar.

Foi perguntado o valor mensal da bolsa: 75% responderam que recebem mensalmente o valor de R\$ 100; 18,75% recebem R\$ 200 e apenas 6,25% recebem o valor máximo de R\$ 300. Com o intuito de poder contemplar a maior quantidade de alunos possível com o programa no IFPI – Campus Oeiras, grande parte das bolsas de R\$ 200, R\$ 300 e R\$ 400 foi fragmentada em bolsas de R\$ 100, deixando os valores maiores para os casos mais críticos de vulnerabilidade, conforme gráfico 15.

#### **Gráfico 15 - Valor recebido da bolsa pelos alunos bolsistas**

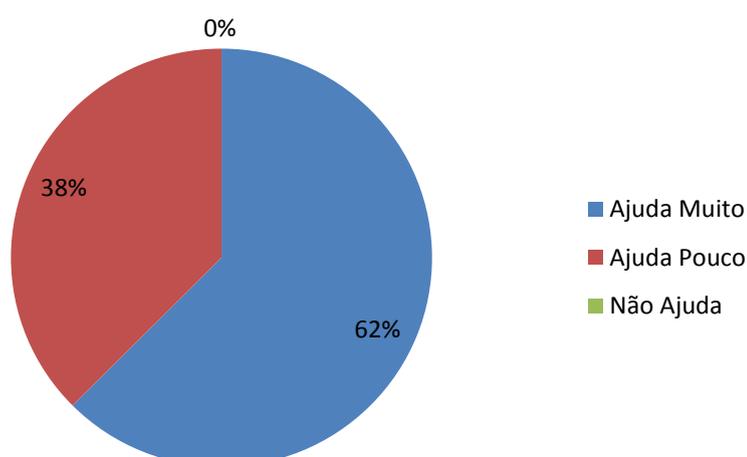


Fonte: Autor da pesquisa (2020)

Os alunos também responderam se esse valor recebido ajudava nas despesas de formação educacional, onde 62,5% responderam que ajudava muito e 37,5% responderam que ajudava pouco, mas que ajudava. Outra opção dada aos alunos era que a bolsa não ajudava de forma alguma, opção esta que não foi assinalada por nenhum aluno, conforme gráfico 16. No estudo feito por Araújo et al (2011) dentro de uma Universidade pública, os resultados divergem, pois, na pesquisa dos autores, a bolsa recebida não é suficiente para as necessidades básicas dos alunos, precisando, assim, complementar a renda.

Mas ao contrário do que ocorre nos cursos de Ensino Superior, o Ensino Médio Integrado, por ser um curso integral, Paixão et al (2017) afirma que dificulta ter uma fonte de renda para suprir seus gastos com livros, cópias de materiais, passagens, dentre outras necessidades. Mas, quando recorremos a Viana (2016), percebemos que esses alunos do Ensino Médio Integrado, mesmo não podendo trabalhar, também tem a preocupação dessa autonomia financeira para manterem os estudos e não comprometer a renda familiar.

**Gráfico 16 - O valor da bolsa ajuda nas despesas de formação educacional?**



Fonte: Autor da pesquisa (2020)

Os impactos da bolsa são grandes e os alunos percebem isso de forma clara pelas respostas dadas para a pergunta anterior, pois, com esse valor, é possível realizar a compra dos materiais escolares, dos livros, fardamento, no deslocamento até o instituto, possibilitando, também, até ajudar nas despesas de casa, como podemos ver nas palavras dos próprios alunos apresentadas no quadro 2.

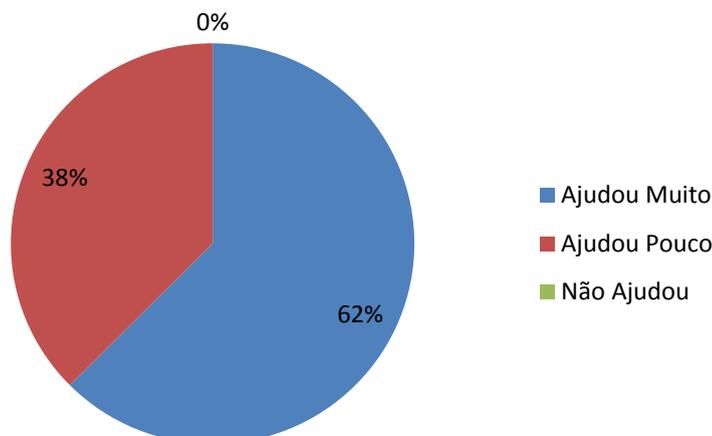
#### Quadro 2 - Percepção dos alunos sobre o impacto da Assistência Estudantil

Aluno 17	“Eu consegui ajudar nas despesas de casa. Comprar meus materiais, calçado e fardamento.”
Aluno 19	“Mudou muito, pois minha mãe só tinha uma pequena pensão do pai do meu irmão e o bolsa família. Ajudou na hora de comprar algum complemento material escolar e na compra da comida de casa.”

Aluno 20	“Me ajudou um pouco, mas ainda enfrento algumas dificuldades financeiras para me manter na instituição, não é suficiente o valor, mas contribui um pouco.”
Aluno 26	“Facilitou um pouco para os meus pais para que eles me mantivessem aqui na cidade.”
Aluno 28	“Melhorou, pois ajuda a comprar meus materiais escolar e um pouco no aluguel.”
Aluno 29	“Mudou um pouco na questão dos materiais escolar, apesar da bolsa permanente ser pouco, me ajudou nessa questão dos materiais.”
Aluno 32	“Melhorou o meu deslocamento da cidade para o interior, e em comprar os materiais escolares necessários como o fardamento e nos projetos.”

Fonte: Autor da pesquisa (2020)

Outro ponto questionado aos alunos era se o valor da bolsa ajudou a melhorar as notas no decorrer do ano. 62,5% dos alunos afirmaram que ajudou muito e 37,5% que ajudou pouco. Também foi dada a opção que não ajudou de forma alguma na melhora das notas, mas que não foi escolhido por nenhum aluno, conforme evidenciado no gráfico 17. Isso é um reflexo direto do impacto que a bolsa causa na vida acadêmica do aluno que ao permitir a compra de materiais para acompanharem as aulas, colabora assim para uma melhoria do seu desempenho acadêmico e também da sua frequência escolar, que é o requisito básico para que o aluno possa receber o benefício, ter no mínimo 75% de frequência durante as aulas.

**Gráfico 17 - A bolsa ajudou a melhorar suas notas no decorrer do ano?**

Fonte: Autor da pesquisa (2020)

A melhoria das condições psicológicas também é um fator causado pelo recebimento do auxílio, responsável por melhorar sua motivação para os estudos, aumenta sua qualidade de vida e conseqüentemente o seu rendimento acadêmico, como podemos verificar na fala do aluno 23 no quadro 3.

Mas antes recorreremos a Costa (2016) que destacou que mesmo que a política de assistência estudantil garanta aos discentes condições para permanência nas instituições públicas de ensino, nem sempre será possível garantir uma melhora na qualidade de vida, e que existem fatores que interferem no seu rendimento acadêmico que podem ou não está ligado a melhora na sua qualidade de vida. Fica claro nas palavras do autor que por mais que a assistência seja fundamental, poderão aparecer fatores que podem ou não interferir nessa qualidade de vida, e cabe ao aluno junto com a instituição administrar esses fatores.

### **Quadro 3 - Percepção do alunos sobre a Assistência Estudantil como fator para melhora na qualidade de vida**

Aluno 23	“Me ajudou a se dedicar mais por ser um bolsista, melhorar meu comportamento em sala, valorizar meu professor.”
----------	---

Fonte: Autor da pesquisa (2020)

Além de uma melhora no rendimento acadêmico foi perceptível também uma melhora na permanência desses alunos dentro da Instituição, pois sem a bolsa

muitos não conseguiriam concluir os estudos (Quadro 4).

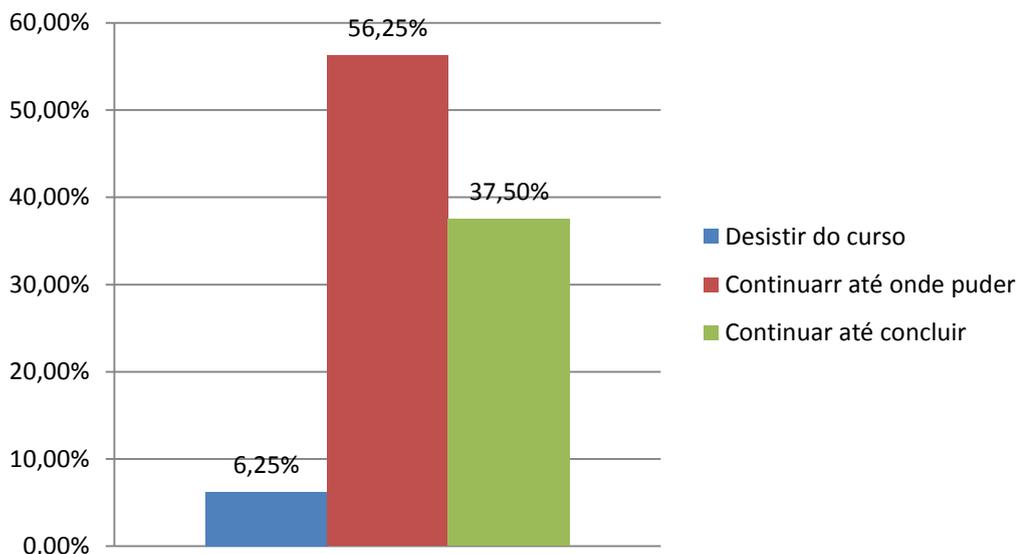
**Quadro 4 - Percepção dos alunos sobre assistência estudantil como fator para permanência**

Aluno 19	“Minha renda familiar é extremamente baixa e talvez não iria conseguir chegar no terceiro ano, graças a essa bolsa que me motivou a permanecer nesta instituição pois não conseguiria permanecer sem ela.”
Aluno 26	“Principalmente a dificuldade que meus passam para me sustentar e me manter aqui na cidade, pois os gastos são altos.”
Aluno 27	“Pelo fato de meus pais não ter muita condição para me manter na instituição, após eu ter recebido a bolsa ajudou bem a me manter aqui.”
Aluno 28	“Porque meus pais não tem muita condição de manter meus estudos fora da cidade que eu moro.”

Fonte: Autor da pesquisa (2020)

Com base na pergunta acima, também foi questionado aos alunos que, caso eles perdessem a bolsa, o que eles fariam. Dos 16 alunos pesquisados, 6,25% afirmaram que desistiriam do curso, 56,25% responderam que prosseguiriam até quando fosse possível e 37,5% responderam que, mesmo sem a bolsa, concluiriam de qualquer forma o curso, conforme gráfico 18. Esses dados também se repetem na pesquisa feita por Viana (2016) que aponta a assistência estudantil como mecanismo de direito social e que tem como finalidade a superação de obstáculos e dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o aluno se desenvolva bem durante o período de dedicação aos estudos e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando o percentual de abandono escolar.

**Gráfico 18 - Na hipótese de perder a bolsa no próximo ano, qual sua atitude?**



Fonte: Autor da pesquisa (2020)

Isso corrobora a afirmação de que a bolsa é de fundamental importância na permanência do aluno, pois um aluno que não consegue comprar o material solicitado, não consegue se alimentar adequadamente e está longe da família é um aluno que dificilmente conseguirá acompanhar as aulas e facilmente irá evadir-se.

Foi questionado aos alunos quais as motivações que eles tinham para participar do edital de seleção da bolsa e as mais citadas foram: ajuda financeira para se manterem na instituição, ajuda nas despesas de casa, permanência e deslocamento, conforme veremos no quadro 5 a seguir. A seleção dos alunos conforme o Decreto 7.234 (IFPI, 2014, p.10) tem vistas a escolher “[...] prioritariamente os que se encontram em situações de vulnerabilidade social”.

A realidade é que, com a expansão dos Institutos Federais, cresceu o número de alunos dentro das salas de aulas, mas os limites orçamentários para atender ao programa de assistência estudantil continuaram iguais e em alguns casos diminuíram. Na dissertação de Martendal (2012) ela analisou que os alunos do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) propuseram que aumentasse o corte de renda proposto, para que mais alunos pudessem participar dos editais de seleção, além de uma análise mais detalhada dos documentos solicitados, uma vez que muitos alunos não revelam sua real situação familiar. Os alunos também relataram na pesquisa da autora que fossem feitas mais visitas domiciliares, a fim de trazer novos elementos para subsidiarem o parecer dado pela Assistência Estudantil.

Os próprios alunos, quando questionados, levam a Assistência Estudantil para um viés mais assistencialista em que aqueles que mais merecem são os que mais precisam, corroborando com Oliveira e Passos (2016) de que tem que trazer para o foco da política aqueles que mais precisam para que o direito à educação seja efetivado. Nesse sentido, constitui um instrumento de universalização do ensino, pois possibilita a inclusão daqueles que não poderiam usufruir o direito fundamental a esse direito.

#### Quadro 5 - Percepção dos alunos sobre a Assistência Estudantil

Aluno 17:	“Para ajudar meus pais nas despesas de casa e minhas despesas pessoais.”
Aluno 18:	“Por eu morar muito longe do IFPI e por falta de renda.”
Aluno 19:	“Minha renda familiar é extremamente baixa e talvez não iria conseguir chegar no terceiro ano, graças a essa bolsa que me motivou a permanecer nesta instituição pois não conseguiria permanecer sem ela.”
Aluno 20:	“Para ajudar nos gastos em relação aos meus estudos, pois mora em outra cidade e minha mãe sustenta duas casas com apenas um salário mínimo, e só ela trabalha, então recorri ao programa para que facilitasse.”
Aluno 21:	“Dificuldades de me manter aqui.”
Aluno 22:	“Minha família é muito humilde e não estava em condições de comprar o meu material escolar.”
Aluno 23:	“Pela necessidade de um ganho a mais, porque vai uma ajuda nas contas de casa e vai ajudar no caso de um trabalho escolar.”

Aluno 24:	“Primeiramente eu pensei em participar por conta de meu pai não ter renda fixa, e se eu recebesse a bolsa iria me ajudar muito.”
Aluno 25:	“O fato de ter passado por algumas dificuldades financeiras e de saúde que de certa forma não me traria bons resultados com a [...] da bolsa pode amenizar a situação e ser mais ativa na instituição, o fato de também agora está morando na zona rural foi também um dos motivos.”
Aluno 26:	“Principalmente a dificuldade que meus passam para me sustentar e me manter aqui na cidade, pois os gastos são altos.”
Aluno 27:	“Pelo fato de meus pais não ter muita condição para me manter na instituição, após eu ter recebido a bolsa ajudou bem a me manter aqui.”
Aluno 28:	“Porque meus pais não têm muita condição de manter meus estudos fora da cidade que eu moro.”
Aluno 29:	“Já participei umas duas vezes, mas não consegui passar, devido isso eu tinha uma irmã que estudava aqui na instituição e ela recebia a bolsa permanente e participava de um projeto daí eu conversei com os servidores para que eles pudessem passar a bolsa permanente para mim e minha irmã ficou recebendo a bolsa do projeto.”
Aluno 30:	“O motivo é que meu pai é lavrador o que ele ganha não da muito para ele me dar o sustento totalmente, eu e os meus irmãos o que ganha é pouco, por isso a bolsa é fato que me ajuda a resolver muitas coisas, e resolve muito com os necessário.”
Aluno 31:	“O principal motivo é que minha mãe não tem condições para me manter financeiramente aqui em Oeiras. Ela não trabalha, só recebe o bolsa família e não tem como ela dividir o dinheiro para duas casas, até porque o dinheiro é pouco.”

Aluno 32:	“Pela distância da minha escola para a minha casa na zona rural, e ajudar nos materiais escolares.”
-----------	---

Fonte: Autor da pesquisa (2020)

E, para concluir, foi perguntado aos alunos quais impactos a bolsa causava na sua vida pessoal e o relato da maioria tem como maior satisfação pessoal ajudar financeiramente os pais como também evitar que esses tenham gastos a mais na educação dos filhos, conforme quadro 6.

**Quadro 6 - Percepção dos alunos sobre a assistência estudantil e seu impacto na renda familiar.**

Aluno 17:	“Sim, eu consigo ajudar nas despesas e tenho dinheiro para suprir alguma emergência.”
Aluno 19:	“Sim, se eu não recebesse eu não conseguiria comprar meu óculos, pois lá em casa minha mãe está atravessando por a maior crise financeira da vida dela. Uma mãe para manter 3 filhos.”
Aluno 26:	“Sim, quando há necessidade de compra de um material escolar ou algum outro tipo de compra referente a escola, já se torna um gasto a menos para os meus pais.”
Aluno 30:	“Sim, um impacto positivo muito bom e as vezes quando meu pai se apertou tive como ajudar.”
Aluno 31:	“Sim, ocorreu quando eu percebi que poderia estudar na instituição sem preocupar a minha mãe, pois ela não teria como me ajudar financeiramente.”
Aluno 32:	“Sim, pois facilita o meu deslocamento para a zona rural onde moram os meus familiares.”

Fonte: Autor da pesquisa (2020)

Portanto, de acordo com os alunos, mesmo que o valor da bolsa não seja suficiente para todas as despesas com a educação, ele ainda ajuda e consegue

impactar positivamente tanto na vida acadêmica quanto pessoal do bolsista, pois garante que os estudantes comprem material escolar, se alimentem melhor e consigam se deslocar para a instituição, além de ajudar os pais em casa, refletindo numa melhor desempenho acadêmico e na permanência nas aulas.

Vale ressaltar que os alunos, sejam eles bolsistas ou não, não pontuaram a assistência estudantil como um caminho para o ingresso no mercado de trabalho e possível mudança de vida. Vislumbram o benefício apenas como impactante a curto prazo, sendo uma ajuda financeira que irá mantê-los na instituição. A pesquisa realizada por Viana (2016) em outro Instituto Federal de Educação nesse sentido se distancia dos resultados desta perquirição, quando a autora afirma que na colocação dos alunos pesquisados eles valorizam a possibilidade de terem uma formação para inserção no mundo do trabalho, bem como sinalizam a possibilidade de poderem abrir seus horizontes intelectuais.

#### **5.1.11 Desafios para o aluno não bolsista**

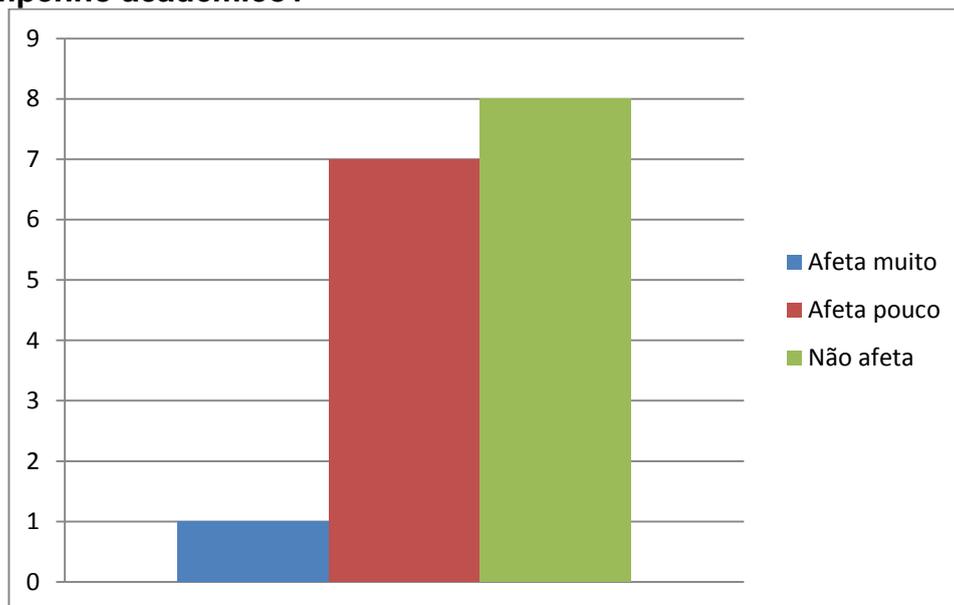
Após pesquisa bibliográfica para a construção do referencial teórico e maior aprofundamento sobre o tema, verificamos que a quase totalidade dos trabalhos na área limitam-se a pesquisar apenas os alunos que são beneficiários da política de assistência estudantil na forma de bolsa permanente, deixando de lado aqueles que não são contemplados pelo programa, mas que também precisam do auxílio, e isso acontece muitas vezes por conta de limitações orçamentárias que restringem a quantidade de bolsas fornecidas para os alunos da instituição.

Por conta disso, o que se questiona é se o IFPI Campus Oeiras ele cumpre o seu papel de Instituto Federal de Ensino, pois quando buscamos BRASIL (2009, p. 8) “o foco dos institutos federais é a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, bem como a busca de soluções técnicas e a geração de novas tecnologias”. Baseado nisso, é que essa pesquisa também ouviu as vozes desse grupo de alunos para evidenciar os principais desafios que eles enfrentam para permanecerem na instituição, que em sua maioria também são alunos de baixa renda familiar e se eles se sentem incluídos dentro do processo educativo.

Foi perguntado aos 16 alunos que responderam não serem beneficiários do programa de bolsa permanente se o fato de não receberem a bolsa afetava de

alguma forma o seu rendimento acadêmico. Dessa amostra, apenas 6,25% dos alunos responderam que afetava muito, 43,75% responderam que afetava pouco, enquanto 50% responderam que não afetava de forma alguma o seu desempenho acadêmico, conforme gráfico 19.

**Gráfico 19 - O Fato de não receber a bolsa afeta negativamente o seu desempenho acadêmico?**



Fonte: Autor da pesquisa (2020)

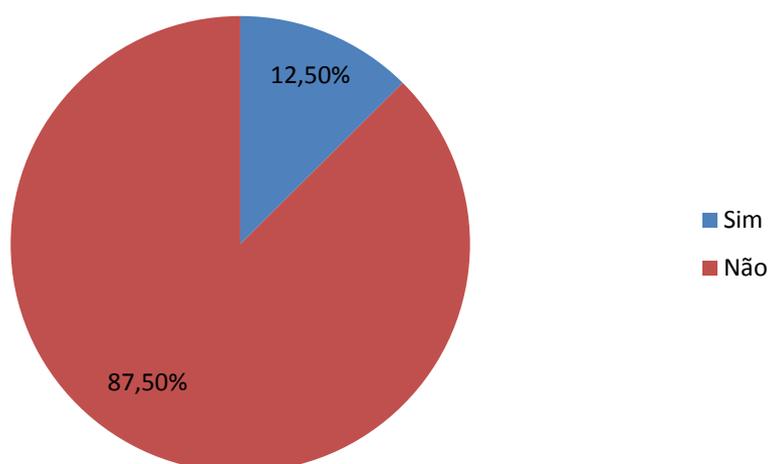
Porém, quando analisados de forma separada, percebemos que os alunos que responderam que não tinham o rendimento acadêmico afetado, na sua maioria são alunos que afirmam terem renda familiar mensal acima de 2 salários mínimos e que dividem casa com até três pessoas. Os alunos que afirmaram que são afetados de alguma forma, já apresentam uma situação salarial e de moradia inferiores, com alunos não contemplados pelo programa morando em outra cidade.

Foi questionado aos alunos não bolsistas se eles já pensaram em desistir do curso por não receberem o auxílio permanente, 12,5% responderam que sim, que já pensaram em desistir por não terem sido selecionados no edital, enquanto 87,50% afirmaram que nunca pensaram em desistir, conforme gráfico 20. Já afirmamos que para muitos alunos a assistência estudantil é apenas uma ajuda financeira que o aluno recebe mensalmente, mas o fato de muitos mesmo não recendo o auxílio terem respondido que não abandonariam o curso se da por meio da totalidade do programa, como auxílio alimentação e transporte, acompanhamento pedagógico e

psicológico, que também é primordial para permanência e êxito desse aluno dentro da escola.

É importante recorrer à pesquisa feita por Almeida et al. (2017) quando eles destacam que a realidade socioeconômica dos discentes é bastante desfavorável em razão da realidade da região em que estão inseridos, devido a isso os alunos criam bastante expectativas quanto ao ingresso na Instituição e como ela os ajudará a concluírem os estudos. Mas quando ingressam na instituição, acabam se decepcionando, porque o programa de assistência estudantil acaba não funcionando como o esperado, pois o que era pra ser uma ação positiva, acaba caindo no descrédito, contribuindo assim para o aumento da vulnerabilidade de alguns alunos que dependem exclusivamente desses recursos para concluírem os estudos.

#### **Gráfico 20 - Já pensou em desistir do curso por não receber a bolsa?**



Fonte: Autor da pesquisa (2020)

Agora, quando perguntado a esses alunos quais as principais dificuldades encontradas durante o período letivo por não receberem o auxílio permanente, percebemos que mesmo aqueles alunos que responderam não serem afetados relataram alguma dificuldade. Criamos novamente 4 categorias para analisar a opinião dos alunos, conforme quadro 6.

**Quadro 6 - Categorias sobre a percepção dos alunos não bolsistas**

Categoria 1 – Locomoção	Relato dos alunos que tem dificuldades no deslocamento até o Instituto.
Categoria 2 – Aquisição de material escolar	Relato dos alunos que tem dificuldades financeiras em comprar material escolar
Categoria 3 – Despesas de casas	Relato dos alunos que não conseguem ajudar nas despesas de casa.
Categoria 4 – Atividades extraclases	Alunos que tem dificuldade em participar de outras atividades da instituição.

Fonte: Autor da pesquisa (2020)

Quando analisada a importância do auxílio estudantil para os alunos bolsistas, percebemos o impacto positivo que ele causa tanto na vida pessoal como acadêmica do aluno, da mesma forma que vemos como a falta desse benefício surge como um desafio para muito desses alunos. Dentre as maiores dificuldades analisadas, verificamos dificuldade no deslocamento até a Instituição, dificuldades para aquisição de material para participar das aulas, de atividades extraclases, como dificuldade em ajudar nas despesas de casa, conforme fala dos alunos no quadro 7.

**Quadro 7 - Percepção sobre Assistência Estudantil pelos alunos não bolsistas**

Categoria 1	Aluno 1	“Por meio da locomoção, mas já foi um pouco amenizada, mas tem as despesas, e com o auxílio ajudaria na minha permanência no campus.”
	Aluno 16	“Pelo fato de eu morar longe da escola e o ônibus não vai até perto da placa onde é o lugar mais próximo já é uma dificuldade eu e minha mãe gasta muito com gasolina. Quando eu recebia a bolsa do PIBIC Jr ajudava muito.”

Fonte: Autor da pesquisa (2020)

Um dos desafios relatados pelos alunos é a dificuldade de deslocamento até o instituto. Apesar de a Instituição dispor de um ônibus escolar que faça o transporte dos alunos, com rota e horários específicos, muitas vezes, o ônibus não tem como cobrir toda a cidade, o que acaba deixando de fora alguns bairros onde os alunos

possuem residência. Como o IFPI está localizado na rodovia fora da cidade, a distância é longa para alguns alunos, que muitas vezes precisam gastar com gasolina para assistirem as aulas.

Outro ponto bastante relatado pelos alunos refere-se à dificuldade da aquisição de matérias, tanto para atividades desenvolvidas em sala de aula, como para compra de livros e apostilas. Foram muitos os relatos dessa natureza, conforme quadro 8.

**Quadro 8 - Relato dos alunos sobre dificuldades de aquisição de material.**

Categoria 2	Aluno 2	“Não conseguir todos os materiais necessários para as aulas e as vezes o fardamento por completo.”
	Aluno 3	“Por não poder adquirir materiais de sala de aula tendo em vista que o campus não consegue ofertar esse material.”
	Aluno 5	“Afeta apenas em comprar material escolar, para utilizar na aula.”
	Aluno 6	“Afeta apenas em comprar trabalhos escolares.”
	Aluno 7	“Afeta na hora da compra dos materiais, na hora de tirar Xerox, algo que precise na escola.”
	Aluno 8	“Ter que gastar dinheiro com a escola, retirando de outros fatores para a sobrevivência pessoal.”
	Aluno 10	“Por algumas vezes não ter como comprar materiais como: apostila, uso em projetos também.”
	Aluno 15	“O material está muito caro, na minha casa são três pessoas que precisam e com o dinheiro da bolsa que a escola oferece seria bem mais fácil ter todos os materiais além de outras coisas.”

Fonte: Autor da pesquisa (2020)

Nessa categoria os alunos pontuam a dificuldade de comprarem material para desenvolver as atividades promovidas em sala de aula e muitas vezes precisarem usar do dinheiro das despesas de casa para adquirirem esses materiais, comprometendo assim a renda familiar mensal com os estudos. O que acaba por ser

um entrave na permanência do aluno na instituição dificultando assim a conclusão do curso. Pois muito desses alunos que não recebem o auxílio, concordam que esse valor seria imprescindível para a compra de materiais fundamentais para as aulas, como lápis, caderno, livro, caneta, como também serviria para a compra de materiais para as atividades desenvolvidas em sala, como cartolinas, pincéis, etc., o que acaba por desestimular o interesse do aluno pelas aulas.

Isso vai de encontro ao que prega Silva (2009) e Turmena e Azevedo (2017) que afirmam que a institucionalização dos Institutos é considerada pelo governo como estratégia para o desenvolvimento local, regional e nacional fortalecendo assim o processo de inserção cidadã de milhares de brasileiros, melhorando-os sua qualidade de vida. Mas sabemos que isso não ocorre na sua totalidade, quando vemos que muitos alunos que precisam do benefício por também se enquadrarem nos quesitos de vulnerabilidade, mesmo assim não são contemplados.

Ainda recorreremos a Oliveira e Passos (2016) que destacam o principal intuito do auxílio estudantil: evitar que, por conta de insuficiência financeira, alguns alunos não consigam usufruir de um ensino médio público de qualidade e continuam afirmando que a prioridade é de alunos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, ampliando, assim, as suas possibilidades de bem estar. As autoras acabam por justificar que o motivo que muitos alunos não recebem a assistência estudantil é que dentro desse processo são privilegiados os mais pobres dentre os pobres, ainda que em detrimento da efetivação dessa política como direito social.

#### **Quadro 9 - Relato do aluno sobre impossibilidade de ajudar com as despesas de casa.**

Categoria 3	Aluno 12	“Em aluguel, compras e algumas outras compras como água, luz; como algumas outras despesas para me manter em outra cidade e longe dos meus pais.”
-------------	----------	---

Fonte: Autor da pesquisa (2020)

Outra categoria que foi pontuada por um aluno refere-se pela impossibilidade de ajudarem com as despesas de casa (quadro 9), mostrando assim a preocupação desses alunos com o comprometimento da renda mensal da família, que acaba

refletindo no seu êxito acadêmico. Precisamos recorrer à pesquisa feita por Viana (2016) para coadunar com o que foi exposto acima, a autora menciona que os alunos do Ensino Médio Integrado já possuem idade para inserção no mercado de trabalho e com isso há uma cobrança por parte dos próprios alunos, pois pelo fato de não estarem ainda exercendo um trabalho remunerado para ajudar nas despesas de casa e nem possuírem autonomia financeira para as suas próprias necessidades conforme quadro 10.

**Quadro 10 - Relato de aluno sobre dificuldades por não ser contemplado pelo programa**

Categoria 4	Aluno 14	“Por minha família não ter uma renda alta, eu tive dificuldade em alguns períodos, para realizar a compra de apostilas e de alguns materiais escolares, até mesmo blusa do interclasse.”
-------------	----------	--

Fonte: Autor da pesquisa (2020)

Muitas vezes por já terem o orçamento familiar comprometido por conta das contas mensais, os alunos relatam que às vezes não tem condições de participarem das atividades extraclases promovidas pelo Instituto, pois muitas vezes a instituição não custeia as despesas do próprio aluno. No próprio projeto pedagógico do Instituto se fala da importância dessas atividades como forma de complementar essas atividades discutidas em sala de aula. Então mesmo garantindo esse tipo de atividade, as despesas ficam a cargo do próprio aluno, que muitas vezes são obrigados a desistir de algum projeto ou atividade.

Em sua pesquisa Viana (2016) destaca a importância da participação dos alunos em atividades extraclasse como contribuição para êxito e permanência dos alunos, mas que deveria haver mais contribuição dos auxílios como possibilidade de maior participação dos estudantes.

Mesmo que o objetivo da assistência estudantil seja diminuir as desigualdades sociais e facilitar o acesso e permanência, em muitos casos a política acaba por não cumprir com o objetivo a que se destina. Isso decorre muitas vezes de cortes no orçamento destinados a educação, que afeta as mais variadas áreas, e uma delas é a assistência estudantil, que impossibilita que todos os alunos que necessitem do programa sejam contemplados. Muitas vezes não impactando apenas

na bolsa permanente, mas também na aquisição de material para o refeitório e no abastecimento do ônibus escolar para transporte dos alunos.

Essa limitação de auxílio estudantil apenas para alguns alunos vai de encontro o que sempre pregou o FONAPRACE (2000), afirmando que esse auxílio vai além de restaurantes universitários, moradia estudantil ou recursos financeiros. Ela deve ser ampliada de forma a democratizar o acesso e garantir uma universidade que, de fato, seja pública, gratuita e comprometida com a permanência de qualidade na educação superior.

## 6 PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional, que é apresentado nos mestrados profissionais como requisito parcial para a obtenção do título de mestre, deve ser “planejado, desenvolvido, e aplicado em contexto, momento no qual deve ser avaliado e analisado pelo mestrando” (IFES, 2017). Dentro desse contexto, cria-se uma metodologia de pesquisa em que serão construídos com todas as referências teóricas em educação, e que segundo Moreira (2004, p. 134) a pesquisa no mestrado profissional deve ter as seguintes características

[...] aplicada, descrevendo o desenvolvimento de processos ou produtos de natureza educacional, visando a melhoria do ensino na área específica, sugerindo-se fortemente que, em forma e conteúdo, este trabalho se constitua em material que possa ser utilizado por outros profissionais.

A construção do guia “A assistência estudantil mais próxima de você” foi resultado do produto educacional desta dissertação de mestrado, sendo utilizada como um recurso para uma maior aproximação do aluno com a Política de Assistência Estudantil, e ela foi elaborada com base nos próprios editais da POLAE já publicados e da cartilha de assistência estudantil do próprio Instituto Federal do Piauí.

A elaboração deste guia também se faz em consonância com o artigo 14, parágrafo único do Regulamento Geral do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica

Artigo 14 - Parágrafo único. O Trabalho de Conclusão Final constitui-se em um produto educacional que possua aplicabilidade imediata, considerando a tipologia definida pela Área de Ensino. O produto educacional deverá ser acompanhado de um relatório da pesquisa que contemple o processo de desenvolvimento/validação do produto, podendo ser construído em forma de dissertação ou artigo.

A publicação deste guia será feita no site institucional do Instituto Federal do Piauí – Campus Oeiras a princípio, podendo ser disponibilizado para os demais IF's, cujo destino será um arquivo em formato PDF. Todo início de semestre letivo, serão impressas algumas vias disponibilizadas aos alunos pela própria comissão de Assistência Estudantil, como também será compartilhada por meio de redes sociais com todos os alunos.

Junto ao guia (<http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/575539>) também apresentaremos a Assistência Estudantil de forma lúdica utilizando a história em quadrinhos (<http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/575540>). O objetivo é auxiliar o aluno em sua melhor compreensão da Assistência Estudantil por meio da junção da linguagem verbal e visual, aproximando os alunos dos personagens da história, tornando o fato narrado mais vivo e interessante. De acordo com Gonçalves (2016) essas duas formas de linguagem garantem uma compreensão mais ampla do conteúdo que se deseja passar ao leitor, que nesse caso será o aluno.

A partir da pesquisa bibliográfica feita sobre o tema, da pesquisa documental feita junto ao controle acadêmico da Instituição e dos questionários aplicados aos alunos, apresentamos uma proposta de guia para uma melhor divulgação sob o que é a assistência estudantil.

O guia didático “A assistência estudantil mais próxima de você” traz as principais informações sobre o que é a Assistência Estudantil, e se divide em 6 partes: 1) O que é a Assistência Estudantil? 2) Como saber se eu tenho direito? 3) Qual a documentação necessária? 4) Passo a passo para a concessão do benefício. 5) Eu posso ser desligado do programa? 6) Não fui contemplado! E agora? E ao final a história em quadrinhos.

O guia se destina a todos os alunos que compõem os Institutos Federais de Educação, alunos do Ensino Médio Integrado, alunos dos cursos técnicos como também aos alunos dos cursos superiores, e foram utilizados dois tipos de mídias para com o intuito de alcançar um maior público, de séries diferentes, com faixas etárias diferentes.

Nesse sentido, este guia visa um melhor suporte aos alunos sobre as informações básicas da Política de Assistência Estudantil, servindo também de apoio para melhor entender algumas questões recorrentes bastante burocráticas do edital. Esse edital é lançado a cada início de período letivo, para que os alunos possam concorrer a bolsa permanente a que todos almejam. O edital possui todas as informações necessárias para que o aluno possa concorrer ao benefício. Mas pelo fato de ser disponibilizado totalitariamente apenas no site da instituição, e em alguns casos no mural da escola, isso acaba dificultando o acesso de muitos alunos às informações importantes para concorrer ao auxílio.

Outro ponto agravante é o fato de o edital ser muito extenso o que acaba tirando de certo modo o interesse dos alunos na leitura, o que resulta, segundo

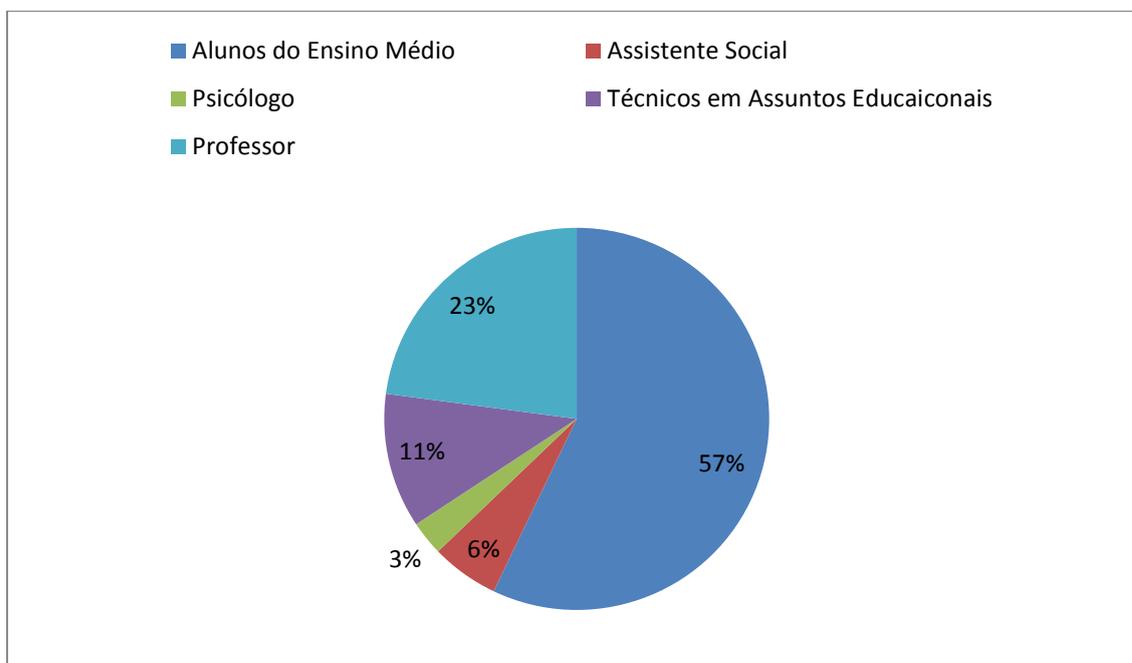
informações da própria comissão de assistência estudantil, de falta de conhecimento por parte dos alunos de quais benefícios o campus oferece, e como eles podem fazer para concorrer a cada uma das bolsas, fazendo com esses alunos, em alguns casos, percam os prazos impostos pelo edital.

Pretendemos mostrar com esse guia a importância da Assistência Estudantil e sua importância durante todo processo formativo do aluno, principalmente no Ensino Médio Integrado, ofertado por uma Instituição pública, gratuita e de qualidade.

## 6.1 A AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Após elaboração do produto educacional e sua diagramação, partimos para o momento da sua avaliação. Para que isso ocorresse, o Produto Educacional foi enviado aos alunos do ensino médio e servidores que trabalham direta e indiretamente com o Programa de Assistência Estudantil, e junto com o produto foi enviado um link do questionário de avaliação, com uma explicação sobre o objeto a ser avaliado. Justificamos a escolha dos servidores do IF pelo fato dos mesmos possuírem uma maior visão crítica e conhecimento necessário para avaliar a clareza das informações, conceitos e argumentos do produto.

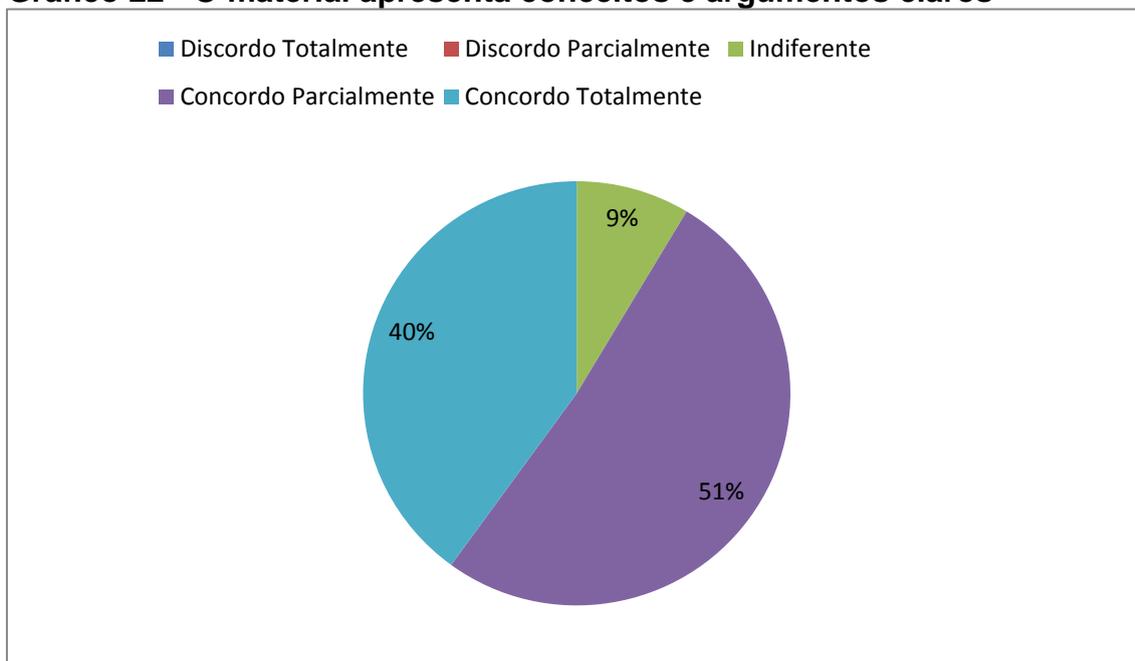
O produto junto com o link do questionário, este elaborado pelo Google Forms, foi enviado aos alunos e servidores do Instituto Federal de Educação do Piauí e o Sertão Pernambucano de alguns campi. Os servidores compõem a Comissão de Assistência Estudantil e comunidade acadêmica dos campi. Esse questionário tinha como finalidade avaliar a qualidade das informações dispostas no guia e o nível de clareza dos argumentos e da linguagem utilizada. Além disso, foi pedido pra que eles dessem sugestões e apontassem os pontos positivos e negativos do produto. Foram respondidos 39 questionários, sendo eles 57,1% respondido pelos alunos do ensino médio, 5,7% por Assistente Social, 2,9% por psicólogos, 11,4% por Técnicos em Assuntos Educacionais e 22,9% por professores dos campi, conforme gráfico 21.

**Gráfico 21 - Composição dos questionários**

Fonte: autor da pesquisa (2020)

Obtivemos a devolução de todos os questionários enviados, sendo que as informações contidas nele serão aqui analisadas. As respostas das questões fechadas serão apresentadas por meio de gráficos gerados pelo próprio Google Forms automaticamente, enquanto as 4 questões subjetivas tiveram seus conteúdos analisados individualmente e avaliadas as suas sugestões apontadas.

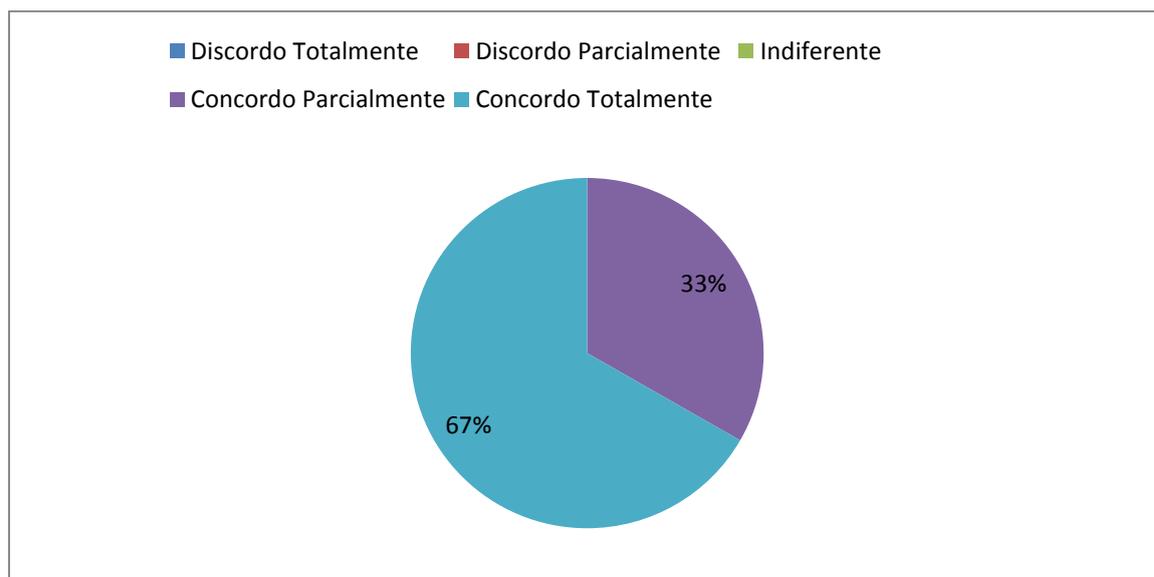
As questões fechadas são da 1 a 8 e dispunham como opções para as respostas: discordo totalmente, discordo parcialmente, indiferente, concordo parcialmente e concordo totalmente. No que diz respeito a considerar a produção do guia didático para nortear os discentes sobre um melhor esclarecimento sobre o Programa de Assistência Estudantil, por unanimidade responderam que concordavam totalmente na elaboração desse guia. Em seguida, ao serem questionados se o Produto Educacional apresenta conceitos e argumentos claros, 40% responderam que concordam totalmente, 51,4% responderam que concordam parcialmente com a afirmação, enquanto 8,6% responderam serem indiferentes (Gráfico 22).

**Gráfico 22 - O material apresenta conceitos e argumentos claros**

Fonte: Autor da pesquisa (2020)

Logo em seguida, é perguntado se a descrição do guia didático é suficientemente clara para um melhor entendimento do leitor, 40% responderam que concordam totalmente, 51,4% afirmaram concordar apenas parcialmente, já 8,6% responderem serem indiferentes com a afirmação, conforme gráfico 23.

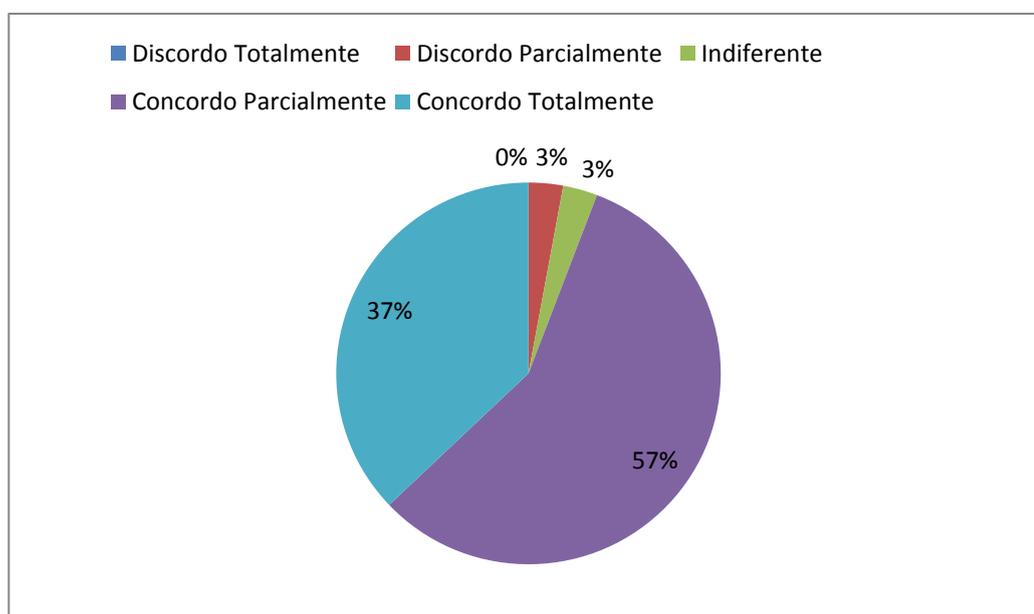
**Gráfico 23 - A descrição do guia didático é suficientemente clara para um melhor entendimento do leitor?**



Fonte: Autor da pesquisa (2020)

Quanto ao aspecto visual do produto educacional, 37,1% concordam totalmente, 57,1% concordam parcialmente, 2,9% são indiferentes e 2,9% discordam parcialmente sobre ele estar excelente (Gráfico 24).

#### Gráfico 24 - Quanto ao aspecto visual do guia didático, você considera ele excelente?

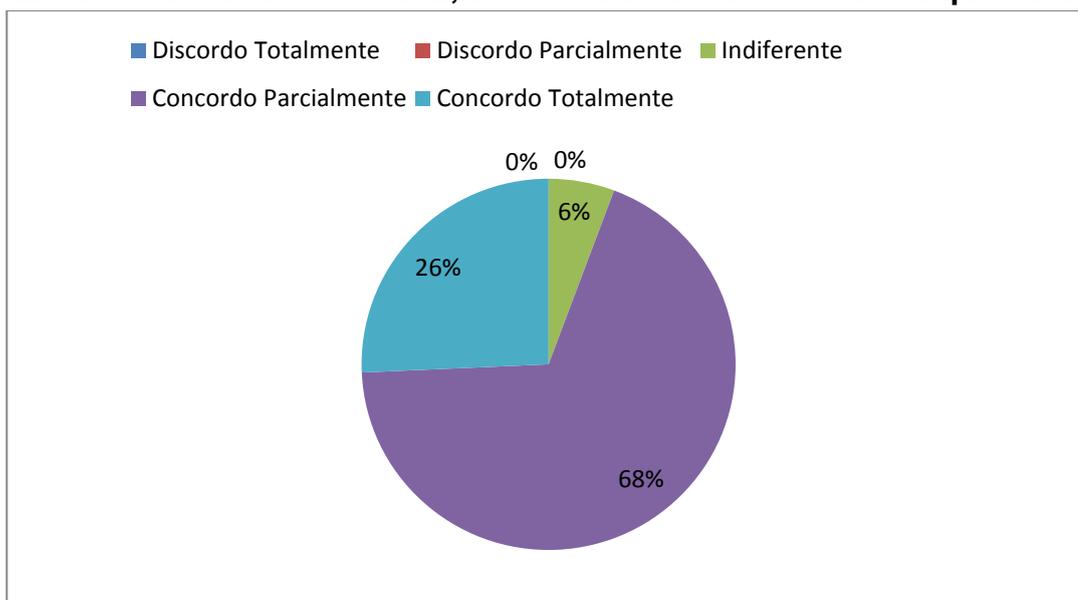


Fonte: autor da pesquisa (2020)

Foi questionado se eles consideravam de fácil compreensão as informações contidas no guia didático sobre o programa de assistência estudantil e 25,7% concordam totalmente que ele apresenta fácil compreensão nas informações, 68,6%

concordam apenas parcialmente e 5,7 são indiferentes a afirmação, conforme gráfico 25.

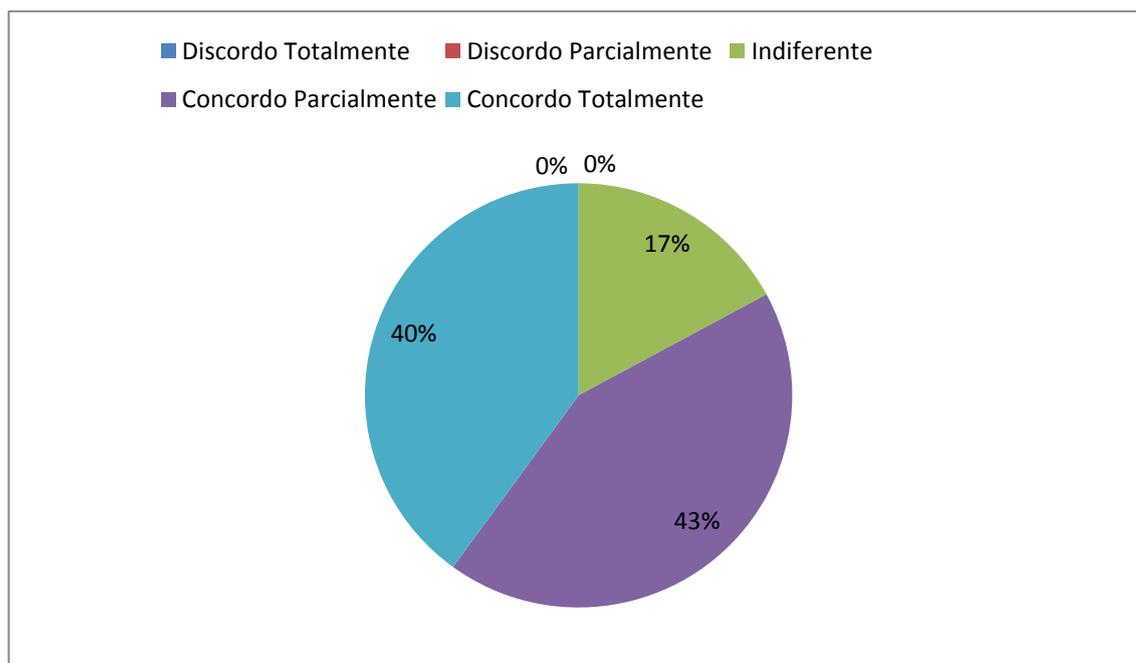
**Gráfico 25 - Em relação às informações contidas no guia didático sobre o programa de assistência estudantil, você considera ela de fácil compreensão?**



Fonte: Autor da pesquisa (2020)

No que tange à linguagem utilizada no guia, 40% concordaram totalmente que ela estava clara, que 42,9% concordaram apenas parcialmente e 17,1% são indiferentes com a afirmação conforme gráfico 26.

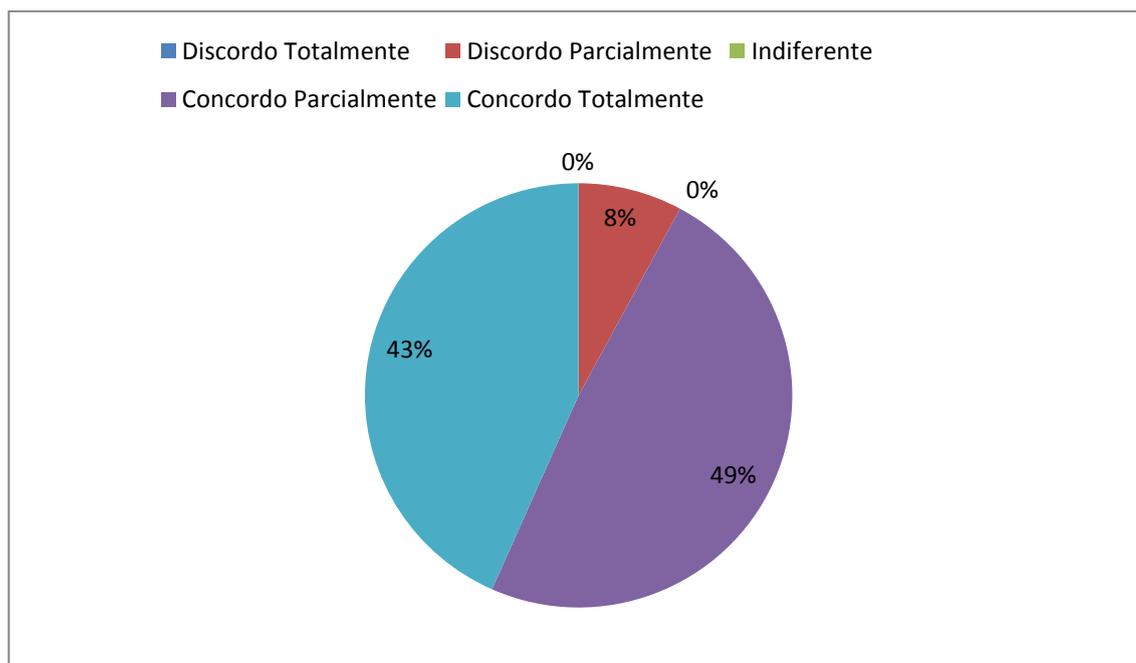
**Gráfico 26 - Quanto à linguagem utilizada no guia, você considera ela clara?**



Fonte: Autor da pesquisa (2020)

Também foi questionado aos servidores e alunos sobre a História em Quadrinhos que acompanha o Guia Didático. Foi perguntando se ela apresentava uma linguagem clara e de fácil compreensão. 45,7% concordaram totalmente sobre o questionamento, 51,4% concordaram em partes e apenas 2,9% discordaram parcialmente sobre a linguagem ser clara e de fácil compreensão (Gráfico 27).

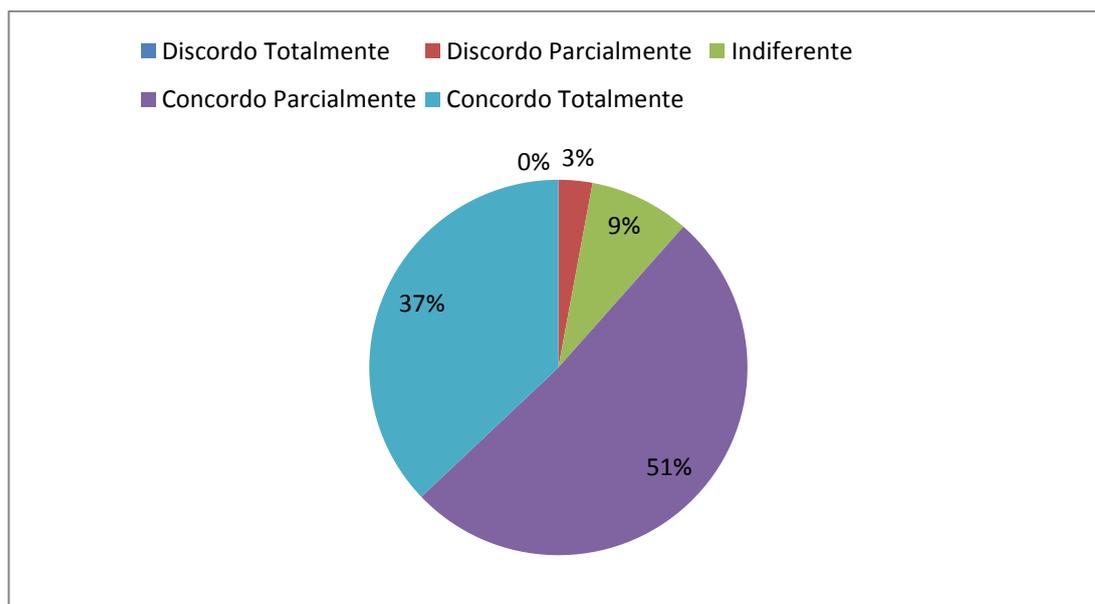
**Gráfico 27 - Quanto à História em Quadrinhos, quanto à sua linguagem, você acha que ela esta clara e de fácil compreensão?**



Fonte: Autor da pesquisa (2020)

No que tange à mensagem lúdica passada pela História em quadrinhos, 37,1% concordaram totalmente que ela conseguiu transmitir, 51,4% concordaram parcialmente que ela conseguiu transmitir a mensagem de maneira lúdica, 8,6% são indiferentes e 2,9% discordaram parcialmente conforme gráfico 28.

**Gráfico 28 - A história em quadrinhos conseguiu transmitir a mensagem de maneira lúdica?**



Fonte: Autor da pesquisa (2020)

Ao serem questionados sobre os pontos positivos e os pontos negativos do Produto Educacional, os servidores apresentaram as conclusões a esse respeito, sendo as respostas organizadas conforme quadro 11.

#### Quadro 11 - Pontos Positivos e pontos negativos do Produto Educacional

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• É lúdico e de leitura leve</li> <li>• Conteúdo instrutivo; organização e envolvimento do processo por meio de recursos visuais e a história em quadrinhos</li> <li>• Linguagem clara, objetiva. Bem didático.</li> <li>• A cartilha está bem didática e ajudará tanto os alunos como os profissionais da Instituição. Tem muita ilustração e isso atrai o leitor.</li> <li>• Disseminação de informações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não encontrei uma forma de visualizar em LIBRAS</li> <li>• Muita informação. Em alguns momentos um pouco cansativo.</li> <li>• Não visualizei</li> <li>• Não identifiquei pontos negativos</li> <li>• Não vi pontos negativos.</li> <li>• Pouca informação sobre a importância do bom rendimento e assiduidade do estudante para recebimento dos benefícios.</li> </ul>

<p>importantes aos alunos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Linguagem acessível aos estudantes, uso de ferramenta que prende a atenção dos alunos (história em quadrinhos), informações claras, conteúdo importante</li> <li>• Aproxima os alunos do funcionamento da política de assistência estudantil.</li> <li>• A forma clara e lúdica como a mensagem foi transmitida</li> <li>• Informações claras e acessíveis direcionadas ao esclarecimento do público estudantil a respeito da Assistência Estudantil.</li> <li>• A proposta de criar um material de mais fácil compreensão para o aluno. A ideia da história em quadrinhos é excelente.</li> <li>• Clareza e precisão nos conceitos e informações transmitidas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Descrição dos documentos para inscrição no edital de concessão de benefício ainda está insuficiente, os alunos tem muitas dúvidas quanto a essa parte e principalmente na questão do comprovante de rendimento da família.</li> <li>• Guia muito externo, fonte pequena, texto colorido em excesso. A história em quadrinho está extensa e precisa utilizar de uma linguagem que se aproxime do público jovem.</li> <li>• Nada a declarar</li> <li>• Não identifiquei nenhum ponto negativo.</li> <li>• Sobre o Guia o que considero como ponto negativo é o foco nos benefícios oferecidos no PAEVS e pouco espaço referente aos Programas Universais. Outro ponto é que o guia se assemelha a Cartilha da POLAE já disponibilizada pela instituição. E por último, refere-se ao conteúdo descrito na história em quadrinhos que não corresponde a realidade de assistência estudantil ofertada no IFPI.</li> <li>• Algumas imagens "travam" o</li> </ul>
---	---

	carregamento da página levando a uma demora na visualização
--	---

Fonte: Autor da pesquisa (2020)

Foi pedido aos servidores que apontassem, com suas próprias palavras, o que eles tinham achado do Produto Educacional elaborado. As respostas foram positivas, ou seja, os servidores consideram que a elaboração do Guia Didática é de fundamental importância para uma melhor compreensão sobre o Programa de Assistência Estudantil por parte do discente, conforme relatam abaixo:

“Maravilhoso! Esse tema é sempre apresentado de forma muito cansativa no início dos cursos dos alunos. Com isso, acabam ficando confusos. Com essa cartilha, o aluno terá mais facilidade para compreender a importância e a maneira correta de utilizar a assistência estudantil.”

“Produto excelente, quando estiver disponível para utilização nos campus, irei repassar aos alunos e demais colegas que trabalham na assistência estudantil.”

“Achei uma produção muito útil, pois revela de forma mais lúdica quais são as políticas de assistência estudantil disponíveis e como o estudante pode ter acesso a estas.”

“O produto traz informações importantes e de maneira clara e direta para os alunos que apresentem interesse em serem contemplados com os benefícios da Assistência Estudantil, pois são informações muito úteis e que necessitam de uma ampla divulgação.”

Apenas um servidor criticou parte do produto educacional, quando menciona que “A ideia do material é excelente, sobretudo a história em quadrinhos que se diferencia do material já disponibilizado pelo IFPI, mas necessita de uma reformulação do conteúdo a realidade do IFPI”. O servidor entendeu em partes a que se propunha o Produto Educacional quanto a ele poder ser utilizado por todos os Institutos Federais.

Quando perguntados sobre que sugestões eles dariam para melhoria do guia didático e da história em quadrinhos, os servidores expuseram as seguintes sugestões:

1. “Versão em LIBRAS.”
------------------------

2. “Resumir com textos mais sucintos e diretos para o aluno fazer consulta rápida.”
---

3. "Não entendi a produção de uma HQ e o guia. Um não seria suficiente."
4. "Uso de ferramenta lúdica para apresentação dos documentos de inscrição, os alunos apresentam muitas dúvidas quanto a isso."
5. "Ressaltar a leitura completa dos editais ou como ler um edital. Muitos alunos não leem o documento."
6. "Diminuiria a história em quadrinhos, está longa."
7. "Descrição sucinta dos profissionais que atuam na assistência estudantil, para conhecimentos dos estudantes."
8. "Sugiro que a história em quadrinhos seja mais sucinta, com informações mais diretas, evitando que se torne a leitura enfadonha para o aluno."
9. "Dentro do passo-a-passo, criar uma check list com os itens e documentos para serem entregues ao setor responsável."

Observamos, então, que, a partir da análise da avaliação feita pelos servidores do IFPI e do IF Sertão - PE, tanto o guia didático quanto a história em quadrinhos apresentam uma aceitação satisfatória por parte dos servidores que trabalham direta e indiretamente com o Programa de Assistência Estudantil, mas também é notável que muito ainda tem que aperfeiçoar para uma melhor utilização dos discentes. As sugestões apontadas pelos pesquisados contribuíram para uma melhoria no Guia didático e na História em Quadrinhos, que foi modificado para se tornar o mais didático possível.

Concluimos que o Produto Educacional atingiu o seu objetivo: passar para os alunos dos Institutos Federais de Educação de forma clara e objetiva o Programa de Assistência Estudantil e sua importância para o seu êxito e rendimento acadêmico.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No trabalho realizado, verificamos que os resultados não contrariaram o que se propôs a pesquisar, que era o impacto positivo no êxito e na permanência dos alunos bolsistas e as dificuldades que os alunos não bolsistas enfrentavam durante o percurso acadêmico. Esperamos ainda que os resultados dessa pesquisa sirvam de base para trabalhos futuros, já que, durante análise bibliográfica, nenhum trabalho que estude os alunos não bolsistas foi encontrado.

A pesquisa mostrou através de um panorama geral e histórico todo o processo de educação no Brasil, que durante vários anos tinha como objetivo atender apenas as classes sociais mais ricas. Isso mostra porque no Brasil por anos predominou a dualidade educacional, onde aos mais necessitados era destinado o ensino profissional para inserção direta no mercado de trabalho, e aos mais ricos era destinado o ensino intelectual, para ingresso nas Universidades. A própria assistência estudantil na sua gênese foi destinada a atender apenas os filhos da elite brasileira que estudavam em Paris.

A assistência estudantil passou durante os anos por momentos de conquistas e retrocessos, foi apenas com a Constituição Federal de 1988 e a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 é que a assistência estudantil passou a ser um direito destinado aos alunos das classes sociais menos favorecidas. E com a aprovação da Lei 11.892 de 2008 com a criação e expansão dos Institutos de Educação pelo Brasil, essa política de assistência estudantil teve o seu maior impulso.

Observamos, durante a pesquisa, que o IFPI se preocupa com o programa de assistência estudantil para os alunos, tendo elaborado a sua própria política de assistência estudantil dispondo de pagamento de bolsas permanentes para alunos que atendam aos critérios de vulnerabilidade sócio econômica, além dos programas universais que atendem a todos os alunos como refeitório e transporte, além de apoio e acompanhamento pedagógico, odontológico, psicológico, etc.

Então, essa pesquisa buscou analisar como os alunos percebem a importância da assistência estudantil em dois contextos: impacto no êxito e rendimento dos alunos bolsistas e desafios para os alunos não bolsistas.

O primeiro ponto analisado foi o perfil socioeconômico desses alunos, mostrando que o perfil dos alunos dos Institutos Federais são predominantemente os

mesmos: famílias numerosas e que recebem até um salário mínimo mensal e/ou benefícios do governo como bolsa família, pais e mães na maioria das vezes desempregados e que possuem até o ensino fundamental incompleto. Os alunos procuram por esses editais para conseguirem frequentar as aulas e concluírem os cursos, tentando assim por minimizar as desigualdades sociais que afetam a maioria desses alunos. Mas, infelizmente, devido a limitações orçamentárias, a Política acaba por não cumprir com o seu objetivo, visto que mesmo que o perfil socioeconômico do aluno justifique o recebimento da bolsa, nem todos são contemplados.

Outro ponto observado foi a percepção do aluno bolsista e não bolsista sobre a Política de Assistência Estudantil. O relato dos alunos mostrou que eles tiveram uma percepção muito limitada sobre o que é a política como um todo, destacando-a apenas como um repasse financeiro mensal, e que é importante para que eles consigam frequentar as aulas.

Mesmo com a percepção limitada sobre o programa, os alunos conseguiram identificar os benefícios que ele traz, e podemos ver nas palavras dos alunos beneficiários quando eles afirmam que com a bolsa conseguem comprar materiais para frequentar as aulas, como caderno, lápis, caneta, fardamento, conseguem ajudar no pagamento do aluguel já que muitos moram em cidades ou povoados vizinhos e não conseguem se deslocar todos os dias para Oeiras, além de ajudarem nas despesas de casa o que conseqüentemente melhora na sua frequência escolar e rendimento acadêmico.

Quando partimos para o contexto dos alunos não bolsistas, a realidade se inverte, devido as dificuldades que muitos alunos que não recebem o benefício tem para se manterem na Instituição. As principais queixas desses alunos são a dificuldade de locomoção até o Instituto, pois infelizmente o trajeto que o ônibus escolar faz não cobre todos os bairros de Oeiras, além da dificuldade de não conseguirem comprar materiais para acompanharem as aulas o que acaba afetando negativamente no seu desempenho acadêmico.

Analisando o que ocorre com esses alunos, percebemos que com o grupo dos alunos bolsistas, a POLAE consegue atender a necessidade desses alunos, mesmo muitos afirmando que o valor da bolsa não é suficiente, mas que consegue sim diminuir as taxas de evasão, garantindo permanência e êxito, mostrando assim a efetividade do programa.

Mesmo sendo efetiva, acaba por não cumprir com os seus objetivos, dando assim um caráter de seletividade para o programa, quando é feito o processo de seleção por meio de edital, e não de universalidade, que é o objetivo de toda política pública.

Junto com a elaboração desse trabalho, foi desenvolvido o Produto Educacional na forma de Guia intitulado “A política de Assistência Estudantil mais próxima de você” para que dessa forma sejam repensadas as formas de divulgação da POLAE para que os alunos tenham um maior e melhor compreensão da totalidade do programa e nos seus impactos na permanência e êxito em sala de aula, além de ser uma forma dos alunos entenderem melhor o funcionamento dos editais de seleção do programa em conjunto com eventos para uma melhor explanação sobre todos os programas que a política oferece ao aluno.

O produto se limitou a dois tipos de mídias, o guia didático e a história em quadrinhos, mas para trabalhos futuros, outras formas de mídia podem ser utilizadas, como por exemplo, um vídeo didático como também a possibilidade da produção de um vídeo com interpretação em libras.

Observamos que a pesquisa apresentou algumas limitações como: este estudo descreveu a percepção dos alunos do 3º ano do Ensino Médio Integrado do IFPI – Campus Oeiras sobre a Política de Assistência Estudantil desenvolvida no Campus. Consequentemente, não é possível estender os resultados obtidos para todos os Institutos Federais de Educação, pois analisamos apenas uma turma, de um determinado curso, e também devemos levar em consideração a realidade de cada campus.

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, identificamos questões correlatas que permitiriam o desenvolvimento de outros estudos para ampliação do entendimento sobre o tema abordado.

Como esse estudo limitou-se a apenas uma turma, tal proposta poderia ser aplicada em turmas de outros eixos, como também em séries iniciais do Ensino Médio. Trabalhos que também viessem a analisar como as diretorias dos campi e as comissões de assistência estudantil avaliam o impacto causado pela política também poderiam trazer uma maior compreensão sobre o impacto causado no êxito e rendimento acadêmico dos alunos.

## REFERÊNCIAS

AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. **Políticas Públicas: Conceitos e análise em revisão**. Agenda Política, São Carlos, v. 3, p.12-42, 2015.

ALMEIDA, ELIENE ESTEVÃO. **Gestão educacional e assistência estudantil: uma análise das práticas de gestão da assistência estudantil no Instituto Federal da Paraíba – Campus João Pessoa**. 2017. 114 f. Dissertação (Mestrado Profissional em políticas públicas, gestão e avaliação da educação superior). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004.

ARAÚJO, Maria Amélia Máximo de et al. O impacto da política pública de permanência estudantil na UNESP: a percepção do aluno bolsista. *Ciência em Extensão: São Paulo*, 2011. p.16-28.

ARAÚJO, W. S. (2016). **Das Escolas Técnicas Federais aos Institutos Federais: A licenciatura em Física no Campus Goiânia do IFG**. Dissertação (Mestrado em Ciência e Matemática). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

ARAÚJO, Fabricia Silva de; BEZERRA, Juliane Cristina Bisco. Tendências da política de assistência ao estudante no contexto da reforma universitária brasileira. In: Anais... **Jornada Internacional de Políticas Públicas**, São Luís: UFMA, 2007. Disponível em:

<<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoA/cff899684c7ef149b573Fabr%C3%ADcia%20Silva%20de%20Ara%C3%BAjo.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, Natal, p.61-80, 2015.

ASSIS, Anna Carolina Lili de et al. As políticas de assistência estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. **Revista Gestão Universitária na América Latina - Gual**, [s.l.], v. 6, n. 4, p.125-146, 1 dez. 2013.

BELL, Judith. **Projeto de pesquisa: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais**. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BEZERRA, Daniella de Souza. **ENSINO MÉDIO (DES)INTEGRADO: História, Fundamentos, Políticas e Planejamento Curricular**. Natal: IFRN, 2013.

BRASIL. **Constituição de 1946**. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: \_<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm)>\_. Acesso em 20 de maio 2019.

BRASIL. **Constituição de 1967**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1967. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm)>. Acesso em 21 de jun. 2019.

BRASIL. **Constituição de 1972**. Decreto nº 69.927, de 13 de janeiro de 1972. Institui em caráter nacional, o Programa “Bolsa de Trabalho”. Brasília, DF, 14 jan. 1972. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-69927-13-janeiro-1972-418292-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 maio 2019.

BRASIL. **Constituição DE 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 21 de jun. 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 4.024, 20 de dezembro de 1961. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 20 de jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Brasília, 2008a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm)>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

CAMARGOS, Ailton. EDUCAÇÃO NO BRASIL: Da colonização ao início da República. **Revista Brasileira de Educação e Cultura**, São Gotardo, n. , p.129-139, 2018. Semestral.

CARVALHO, Alysson et al (Org.). **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Ufmg, 2003.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Mulheres Plurais**. Teresina: Edições Bagaço, 2005.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

COSTA, Marcia Cristina. Os impactos da política de assistência estudantil no rendimento acadêmico. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, p.351- 366, 2016.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. Ensaio: **Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [s.l.], v. 25, n. 94, p.148-181, mar. 2017.

FELIPPE, J. M. S. Perfil socioeconômico dos estudantes demandantes e atendidos pela assistência estudantil no Instituto Federal Fluminense Campos-Centro. **Revista Eletrônica de Educação**, Campo dos Goitacazes, v. 12, n. 3, p. 852-866, set./2018. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/2341/740>>. Acesso em:

1º mai. 2020.

FERREIRA, C. S.; SANTOS, E. N. DOS. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: APONTAMENTOS SOBRE O DIREITO SOCIAL DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO. **Revista Labor**, v. 1, n. 11, p. 143-155, 16 mar. 2017.

FLICK, Uwe. **Introdução a Metodologia da Pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; e RAMOS, Marise Nogueira (Orgs.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino Médio Integrado**: Concepções e Contradições. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

FRITSCH, Rosângela; VITELLI, Ricardo; ROCHA, Cleonice Silveira. Defasagem idade-série em escolas estaduais de ensino médio do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 95, n. 238, p. 218-236, jan./2014. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/about/contact>>. Acesso em: 1º mai. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, Campinas, p.30-41, 2001.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IFPI). **Plano de Desenvolvimento Institucional 2015 – 2019**. Portaria nº 145, de 31 de janeiro de 2014; Portaria nº 3.129, de 4 de novembro de 2014. Teresina, 2014.

KOWALSKI, A. V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 179 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

KUENZER, Acacia Zeneida. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educação & Sociedade**, [s.l.], v. 28, n. 100, p.1153-1178, out. 2007. FapUNIFESP (SciELO).

KUENZER, Acacia Zeneida. EM e EP na produção flexível: A dualidade invertida. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p.43-55, 2011.

GRABOWSKY, Gabriel; KUENZER, Acácia Zeneida. A produção do conhecimento no campo da Educação Profissional no regime de acumulação flexível. **Holos**, v. 6, p.22–32, 2016.

GOMES, Jarbas Maurício. **Gramsci Educador**: Uma Leitura das Cartas a Delio e Giuliano (1929-1937). **Intinerarius Reflectionis**, Jataí, p.1-22, 2018.

GONÇALVES, Davi Colombo. **História em quadrinhos como recurso didático para o ensino de física na educação de jovens e adultos**. 2016. 107 f. Dissertação (Mestrado Profissional Nacional em Ensino de Física), Universidade Federal de Santa Catarina, Araraguá, 2016.

LESSA, Simone Eliza do Carmo. Assistência Estudantil brasileira e a experiência da UERJ: entre a inovação e o atraso na atenção ao estudante. **Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, p.155- 175, 2017.

LIMA, Marcelo; ALMEIDA, Jaqueline Ferreira de. Ensino médio integrado: prescrições e realidade. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, Vitória, p.76-85, 2014.

MACEDO, Pedro Clei Sanches. Educação Profissional e desenvolvimento territorial: a expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s.l.], v. 2, n. 13, p.94-106, 18 dez. 2017.

MACHADO, Jardel Pelissari; PAN, Miriam Aparecida Graciano de Souza. Política Pública e Subjetividade: a assistência estudantil na universidade. **Textos Contextos**, Porto Alegre, v. 13, p.184-198, 2014.

MAGALHÃES, R. P. Desigualdade, pobreza e educação superior no Brasil. In: FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS – Fonaprace. **Revista comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Uberlândia: UFU- PROEX, 2012. p. 88-97.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis**. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTENDAL, Luciana. **Programa de Atendimento a Estudantes em situação de vulnerabilidade social: aproximações avaliativas sobre sua implementação e gestão**. 2012. 126 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MASIERO, B. G. et al. O ENSINO AGRÍCOLA DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA VISTO SOB A ÓTICA FEMININA: RESGATE ORAL E DOCUMENTAL DAS PRIMEIRAS “AGRICOLINAS”. **Revista de Extensão do Instituto Federal Catarinense**. Florianópolis: ano 1, n 3. Junho de 2015.

MAURÍCIO, Nathanni Marrelli Matos. Programa Bolsa Permanênica: percepção dos alunos beneficiários da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Araguaína. **Revista Científica do Itpac**, Araguaína, v. 8, p.1-13, 9 ago. 2015.

MELO, M. S.; SILVA, R. R. Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: os desafios na consolidação de uma educação politécnica. In: ARAÚJO, A. C.; SILVA, C. N. N. (Org.) **Ensino médio integrado no Brasil**: fundamentos, práticas e desafios. Brasília: Ed. IFB, 2017.p. 184-198.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Expansão da Rede Federal. 2009**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco-es/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em: 14 maio 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Histórico. 2009**. Disponível em: <<http://centenariorede.mec.gov.br/index.php/historico>>. Acesso em: 15 maio 2019.

MORAES, Laurinda Ines Souza de; PILLOTTO, Silvia Sell Duarte; VOIGT, Jane Mery Richter. Políticas públicas para educação profissional: década de 1990 e a desvinculação do ensino médio e técnico. **Revista OnLine de Política e Gestão Educacional**, São Paulo, p.108-124, 2017. Disponível em: <<file:///C:/Users/ELIAS/Downloads/9784-27537-1-PB.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2019.

MOREIRA, M. A. O mestrado (profissional) em ensino. **Revista Brasileira de Pós Graduação**. Brasília: ano 1, n 1. Julho de 2004. p. 131-142

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral?. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, p.705-720, 2013.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro. Politecnicidade e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, p. 1057-1080, 2015.

OLIVEIRA, R.(Org.). **Jovens, ensino médio e educação profissional**: políticas públicas em debate. São Paulo: Papyrus, 2012.

OLIVEIRA, Amanda Marques de; PASSOS, Guiomar de Oliveira. Assistência Estudantil do IFPI aos Mais Pobres: Focalização Assegurando o Direito à Educação. **Revista Fsa**, [s.l.], v. 13, n. 5, p.207-229, 1 ago. 2016. **Revista FSA**. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.12819/2016.13.5.12>>

OTRANTO, C. R. . Criação e implantação dos Institutos de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETS. **RETTA**, 2010. v. I, n. 01, p. 89-108.

PAIVA, Francisco da Silva. Ensino técnico: uma breve história. **Revista Húmus**, São Luís, v. 8, p.35-49, 2013.

PAIXÃO, Marcus Vinicius Sandoval et al. A percepção de discentes do IFES – Campus Santa Teresa sobre a assistência estudantil. **Conhecimento & Diversidade**, [s.l.], v. 8, n. 16, p.100-112, 22 maio 2017. Centro Universitario La Salle. UNILASALLE. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18316/rcd.v8i16.2575>>.

PINTO, Caroline Casagrande; DAVID, Marcus Vinícius; MACHADO, Carla Silva. A

política de assistência estudantil no Brasil: o caso da Universidade Federal de Juiz de Fora. 2015. **XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU**. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/136109/101\\_00215.pdf?s equen ce=1&isAllowed=y&gt;](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/136109/101_00215.pdf?s equen ce=1&isAllowed=y&gt;). Acesso em: 20 maio 2019.

PINTO, Jucinara de Castro Almeida. **Desempenho Acadêmico e Fatores Socioeconômicos**: uma análise no Ensino Médio Integrado do IFBA/Campus Barreiras. 2015. 110 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador, 2015.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUEVEDO, M. de. (2016). **Verticalização nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: Concepções e desafios no IFRS. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2016.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino Médio integrado: da conceituação à operacionalização. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, Vitória, v. 19, p.15-29, 2014.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da Politecnicia. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 131-52, mar. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v1n1/10.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-80, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas** – Conceitos, esquemas de análise, casos práticos 2ª edição. Editora Cengage Learning: Curitiba, 2013.

SEVERINO, A. J. Ética e pesquisa: autonomia e heteronomia na prática científica. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, v. 45, p.776-791, 2015.

SILVA, C. J. R. **Institutos Federais – Lei 11.982 de 29 de novembro de 2008: comentários e reflexões**. Natal/RN: IFRN, 2009.

SOUSA JUNIOR, Rudimar Machado. **A política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Brasília**: percepção e avaliação dos alunos beneficiários e seus reflexos nas vidas acadêmicas e pessoal. 2018. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária) Instituto Politécnico de Santarém, Escola Superior de Educação, Santarém, 2018.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: Uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, p.20-45, 2006.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. **Políticas Públicas**, Salvador, p.1-11, 2002.

TURMENA, Leandro; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: os Institutos Federais em questão. **Revista Diálogo Educacional**, [s.l.], v. 17, n. 54, p.1068-1084, 27 set. 2017. Pontifícia Universidade Católica do Parana – PUCPR.

VASCONCELOS, N. B. Programa nacional de assistência estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino Em Re-vista**, v. 17, n. 2, p. 599-616, jul./dez. 2010.

VIANA, Daniella Araujo Facchini. **O programa de assistência estudantil e a cidadania**: perspectivas dos alunos do ensino técnico integrado ao médio. 2016. 201 f. Dissertação (Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino – FAE), São João da Boa Vista, 2016.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski; SOUZA JUNIOR, Antonio de. A educação profissional no Brasil. **Interações**, Lisboa, v. 12, p.152-169, 2016.

## APÊNDICES

**APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS BOLSISTAS E NÃO BOLSISTAS**

1. Nome \_\_\_\_\_
2. Idade: \_\_\_\_\_
3. Curso: \_\_\_\_\_ Turno: \_\_\_\_\_
4. Sexo: ( ) M ( ) F
5. Cor: ( ) Branco ( ) Pardo ( ) Preto ( ) Nenhum
6. Situação Conjugal: \_\_\_\_\_
7. Tem filhos: ( ) Sim ( ) Não Se sim, quantos? \_\_\_\_\_
8. Terminou o ensino fundamental em escola: ( ) Pública ( ) Privada
9. Entrou pelo sistema de cotas: ( ) Sim ( ) Não
10. Mora em Oeiras: ( ) Sim ( ) Não Se não, em qual cidade: \_\_\_\_\_
11. Com quem mora: ( ) Pais ( ) Parentes ( ) Sozinho ( ) Divide aluguel
12. Nível de escolaridade do pai: ( ) Ens. Fundamental Incompleto ( ) Ens. Fundamental Completo ( ) Ens. Médio Incompleto ( ) Ens. Médio Completo ( ) Ens. Superior ( ) Outro: \_\_\_\_\_
13. Nível de escolaridade mãe: ( ) Ens. Fundamental Incompleto ( ) Ens. Fundamental Completo ( ) Ens. Médio Incompleto ( ) Ens. Médio Completo ( ) Ens. Superior ( ) Outro: \_\_\_\_\_
14. Pai trabalha? ( ) Sim ( ) Não
15. Mãe trabalha? ( ) Sim ( ) Não
16. Qual a renda familiar mensal: ( ) até 1 salário mínimo ( ) entre 2 e 4 Salários mínimos ( ) acima de 5 salários mínimos
17. Já abandonou os estudos: ( ) Sim ( ) Não Se sim, qual motivo: \_

**SOBRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**

1. O que é a Assistência Estudantil para você?

---

---

---

2. Você recebe bolsa permanente: ( ) SIM ( ) NÃO

Se o aluno responder que SIM, responder às questões de 3 a 14. Se o aluno responder que NÃO, responder as questões de 15 a 18.

### QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS BOLSISTAS

3. Qual o valor do seu benefício: ( ) 100 ( ) 150 ( ) 200 ( ) 300 ( ) 400

4. O valor da bolsa ajuda nas despesas de formação educacional:

( ) Ajuda muito ( ) Ajudo pouco ( ) Não ajuda

5. Se o valor da bolsa não ajuda nas suas despesas de formação, qual renda complementar você usa mensalmente?

---

---

---

---

6. Como você se considera informado em relação a Política de Assistência Estudantil: ( ) Muito Informado ( ) Informado ( ) Pouco Informado ( ) Não tenho informações

7. Quais os critérios você utiliza para o gasto do recurso da bolsa: ( ) Orientação dos pais ( ) Não recebe orientação dos pais ( ) o que necessita durante o mês ( ) urgência ( ) tem um planejamento Prévio ( ) Outros: \_\_\_\_\_

8. Na sua opinião, os critérios de seleção do benefício são justos ou injustos?

( ) Justos ( ) Injustos

9. Na hipótese de perder a bolsa no próximo ano, qual a sua atitude? ( ) Desistir do curso ( ) continuar no curso até onde puder ( ) continuar até concluir o curso ( )

Outro: \_\_\_\_\_

10. Como você avalia a importância da bolsa de assistência estudantil: ( ) Muito Importante ( ) Importante ( ) Pouco importante

11. A bolsa ajudou a melhorar suas notas no decorrer do ano:

( ) Ajudou muito ( ) Ajudou um pouco ( ) Não ajudou

12. Na sua opinião, de 0 a 10, como bolsista qual o seu desempenho acadêmico até o momento?

---

---

---

13. O que mudou na sua vida após receber a Bolsa Permanente?

---

---

---

---

14. Quais os motivos que levam você a participar do edital do Programa de Assistência Estudantil?

---

---

---

---

15. Em sua opinião, os critérios de seleção do benefício são justos ou injustos? ( )  
Justos ( ) Injustos

### **QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS NÃO BOLSISTAS**

16. O fato de não receber a bolsa afeta negativamente no seu rendimento acadêmico: ( ) Afeta muito ( ) Afeta pouco ( ) Não afeta

17. Já pensou em desistir do curso por não receber bolsa? ( ) Sim ( ) Não

18. Caso você tenha dificuldades na sua permanência no IFPI e no seu desempenho acadêmico, você atribui isso a falta da bolsa estudantil?

---

---

---

## **APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL**

### **Formulário para avaliação do produto educacional**

O presente questionário tem como objetivo avaliar nosso produto educacional (Cartilha informativa), fruto da dissertação de mestrado do ProfEPT - Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, cujo título é: **“POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: análise sob a ótica dos alunos do curso de Agropecuária do IFPI – Campus Oeiras”**. Este questionário tem como objetivo avaliar e colher sugestões sobre o Guia sobre Assistência Estudantil elaborado para subsidiar os discentes do Ensino Médio Integrado sobre um melhor e maior esclarecimento sobre o Programa de Assistência Estudantil dentro do Instituto Federal de Educação. Junto ao guia, apresentaremos uma história em quadrinhos para transmitir aos alunos a mensagem de forma lúdica.

São responsáveis pela pesquisa o Mestrando João Paulo Lira Martins e sua orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristiane Ayala de Oliveira – IF Sertão - PE – Campus Salgueiro.

Salientamos que as informações desta pesquisa são confidenciais, sendo divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a participação dos voluntários.

Após responder ao questionário, é só clicar em enviar e as suas informações serão acrescentadas à pesquisa. A pesquisa ficara aberta até o dia 26/06/2020.

Contamos com sua colaboração!

A sua resposta é de grande importância para o enriquecimento do produto educacional apresentado.

Nome: \*

Perfil que se enquadra \*

a) Professor

- b) TAE - Técnico em Assuntos Educacionais
- c) Pedagogo
- d) Diretor
- e) Psicólogo
- f) Assistente Social
- g) Nutricionista
- h) Estudante

Local de Trabalho ou estudo \*

Cidade \*

1. Você considera importante a produção do guia didático para nortear os discentes para um melhor esclarecimento sobre o Programa de Assistência Estudantil? \*

- a) Discordo Totalmente
- b) Discordo
- c) Indiferente
- d) Concordo
- e) Concordo Totalmente

2. O material apresenta conceitos e argumentos claros? \*

- a) Discordo Totalmente
- b) Discordo
- c) Indiferente
- d) Concordo
- e) Concordo Totalmente

3. A descrição do guia didático é suficientemente clara para um melhor entendimento do leitor? \*

- a) Discordo Totalmente
- b) Discordo
- c) Indiferente
- d) Concordo
- e) Concordo Totalmente

4. Quanto ao aspecto visual do guia didático, você considera ele excelente: \*
- a) Discordo Totalmente
  - b) Discordo
  - c) Indiferente
  - d) Concordo
  - e) Concordo Totalmente
5. Em relação às informações contidas no guia didático sobre o programa de assistência estudantil, você considera ela de fácil compreensão? \*
- a) Discordo Totalmente
  - b) Discordo
  - c) Indiferente
  - d) Concordo
  - e) Concordo Totalmente
6. Quanto a linguagem utilizada no guia, você considera ela clara \*
- a) Discordo Totalmente
  - b) Discordo
  - c) Indiferente
  - d) Concordo
  - e) Concordo Totalmente
7. Quanto à História em Quadrinhos, quanto à sua linguagem, você acha que ela esta clara e de fácil compreensão? \*
- a) Discordo Totalmente
  - b) Discordo
  - c) Indiferente
  - d) Concordo
  - e) Concordo Totalmente
8. A história em quadrinhos conseguiu transmitir a mensagem de maneira lúdica? \*

- a) Discordo Totalmente
- b) Discordo
- c) Indiferente
- d) Concordo
- e) Concordo Totalmente

9. Aponte os pontos positivos do Produto Educacional. \*
10. Aponte os pontos negativos do Produto Educacional. \*
11. Quais as sugestões de melhoria para o Produto Educacional? \*

Com suas palavras, o que você achou do produto? \*

---

---

---

**APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO*****INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO  
PERNAMBUCANO –  
CAMPUS SALGUEIRO*****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO  
(PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS - Resolução Nº 466/12 CNS**

Convidamos você para participar, como voluntário (a), da pesquisa: Política de Assistência Estudantil no Ensino Médio Integrado ao Técnico: perspectiva do aluno bolsista e não bolsista, que está sob a responsabilidade do pesquisador João Paulo Lira Martins, residente na rua Coronel Mundico Sá, 23, Centro, CEP 64.500-000 e-mail [joaopaulolira@ifpi.edu.br](mailto:joaopaulolira@ifpi.edu.br), telefone (86) 99958-5300 (Inclusive ligações a cobrar) e está sob a orientação da: Profª Dra. Cristiane Ayala de Oliveira, Telefones para contato: (35) 99834-1482, e-mail ([cristiane.ayala@ifsertao-pe.edu.br](mailto:cristiane.ayala@ifsertao-pe.edu.br)).

Também participam desta pesquisa: Plínia de Carvalho Bezerra Telefones: (89) 98107-6686. E-mail: [plinia.bezerra@ifpi.edu.br](mailto:plinia.bezerra@ifpi.edu.br)

Ao ler este documento, caso haja alguma dúvida, pergunte à pessoa que está lhe entrevistando, para que o/a senhor/a esteja bem esclarecido (a) sobre tudo que está respondendo. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, caso aceite em fazer parte do estudo, rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa o (a) Sr. (a) não será penalizado (a) de forma alguma. Também garantimos que o (a) Senhor (a) tem o direito de retirar o consentimento da sua participação em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer penalidade.

Essa pesquisa tem como objetivo analisar como as Políticas de Assistência Estudantil impactam no percurso acadêmico a partir do ponto de vista do discente. A coleta de dados será realizada com os alunos do Ensino Médio Integrado ao Técnico do Instituto Federal de Educação do Piauí – Campus Oeiras, não participarão da pesquisa os alunos do curso técnico e superior. Sua participação no estudo consistirá num preenchimento de um questionário composto por questões abertas

sobre sua percepção acerca da política de Assistência Estudantil do Campus Oeiras e o preenchimento do questionário terá duração máxima de 30 minutos. A pesquisa será aplicada uma única vez, caso seja preciso repetir o questionário, O (A) Sr(a). será avisado com antecedência.

Os riscos com essa pesquisa são mínimos, como, por exemplo, a insegurança quanto ao sigilo das informações coletadas. Para minimizar este risco, atentaremos para a garantia e zelo pelo sigilo de todas as informações coletadas, conforme preconizado na Resolução Nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Ressaltamos que caso você, como participante desta pesquisa, venha a sofrer qualquer tipo de dano, previsto ou não neste Termo de Consentimento, resultante de sua participação neste estudo, além do direito à assistência integral, você tem direito à indenização, conforme também preconizado na Resolução Nº 466/2012 do CNS.

A sua participação nesta pesquisa poderá lhe trazer benefícios diretos ou indiretos. Você poderá se beneficiar diretamente, pois o preenchimento dos questionários poderá ser um momento de reflexão do seu importante papel como mediador do conhecimento. Quanto aos benefícios indiretos, mesmo que não imediatos, poderão surgir por meio de propagação de informações que serão úteis para identificar o perfil dos alunos bolsistas e não bolsistas, como eles avaliam o Programa da Assistência Estudantil, percebendo como ela interfere na vida acadêmica de cada aluno.

Os dados coletados nesta pesquisa na forma de questionários ficarão armazenados em pastas de arquivos, sob a responsabilidade da Orientadora Prof.<sup>a</sup> Dra. Cristiane Ayala de Oliveira, no Instituto Federal de Educação do Sertão Pernambucano – Campus Salgueiro, BR 232, KM 508, s/n, Zona Rural, CEP 56.000-000, Salgueiro - PE pelo período de no mínimo 5 anos.

O (a) senhor (a) não pagará nada para participar desta pesquisa. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do IF SERTÃO-PE no endereço: Reitoria – Anexo, Rua Valério Pereira, 72, sala 201, Centro, Petrolina-PE, CEP 5604-060, Telefone: (87) 2101-2359 / Ramal 104, <http://www.ifsertao-pe.edu.br/index.php/comite-de-etica-em-pesquisa>, [cep@ifsertao-](mailto:cep@ifsertao-)

[pe.edu.br](http://pe.edu.br); ou poderá consultar a Comissão nacional de Ética em Pesquisa, Telefone (61)3315-5877, [conep.cep@saude.gov.br](mailto:conep.cep@saude.gov.br).

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente, que deve existir nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

---

(assinatura do pesquisador)

## CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, abaixo assinado, após a leitura deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo Política de Assistência Estudantil no Ensino Médio Integrado ao Técnico: perspectivas dos alunos bolsistas e não bolsistas como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/assistência/tratamento).

Local e data \_\_\_\_\_

Assinatura do participante: \_\_\_\_\_

**Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar. (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):**

NOME:	NOME:
ASSINATURA:	ASSINATURA:

## **APÊNDICE D – TERMOS DE ASSENTIMENTO**

### **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO – CAMPUS SALGUEIRO**

#### **REGISTRO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA ADULTOS NÃO ALFABETIZADOS, CRIANÇAS, ADOLESCENTES E PESSOAS LEGALMENTE INCAPAZES (Resolução Nº 466/12 CNS; resolução nº 510/16 CNS)**

#### **O que é assentimento?**

**O assentimento significa que você concorda em fazer parte de um grupo, da sua faixa de idade, para participar de uma pesquisa. Serão respeitados seus direitos e você receberá todas as informações por mais simples que possam parecer.**

Convidamos você para participar, como voluntário (a), da pesquisa: Política de Assistência Estudantil no Ensino Médio Integrado ao Técnico: perspectiva do aluno bolsista e não bolsista, que está sob a responsabilidade do pesquisador João Paulo Lira Martins, residente na rua Coronel Mundico Sá, 23, Centro, CEP 64.500-000 e-mail [joaopaulolira@ifpi.edu.br](mailto:joaopaulolira@ifpi.edu.br), telefone (86) 99958-5300 (Inclusive ligações a cobrar) e está sob a orientação da: Profª Dra. Cristiane Ayala de Oliveira, Telefones para contato: (35) 99834-1482, e-mail ([cristiane.ayala@ifsertao-pe.edu.br](mailto:cristiane.ayala@ifsertao-pe.edu.br)).

Também participam desta pesquisa: Plínia de Carvalho Bezerra Telefones: (89) 98107-6686. E-mail: [plinia.bezerra@ifpi.edu.br](mailto:plinia.bezerra@ifpi.edu.br)

Essa pesquisa tem como objetivo analisar como as Políticas de Assistência Estudantil impactam no percurso acadêmico a partir do ponto de vista do discente, a coleta de dados será realizada com os alunos do Ensino Médio Integrado ao Técnico do Instituto Federal de Educação do Piauí – Campus Oeiras, não participarão da pesquisa os alunos do curso técnico e superior. Sua participação no estudo consistirá num preenchimento de um questionário composto por questões abertas e fechadas sobre sua percepção acerca da política de Assistência Estudantil do Campus Oeiras e o preenchimento do questionário terá duração máxima de 30 minutos. A pesquisa será aplicada uma única vez por turma selecionada, caso seja preciso repetir o questionário, o aluno será avisado com antecedência.

Os riscos com essa pesquisa são mínimos, como por exemplo, a insegurança quanto ao sigilo das informações coletadas. Para minimizar este risco, atentar-se-á para a garantia e zelo pelo sigilo de todas as informações coletadas, conforme preconizado na Resolução Nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Ressaltamos que caso você, como participante desta pesquisa, venha a sofrer qualquer tipo de dano, previsto ou não neste Termo de Consentimento, resultante de sua participação neste estudo, além do direito à assistência integral, você tem direito à indenização, conforme também preconizado na Resolução Nº 466/2012 do CNS.

A sua participação nesta pesquisa poderá lhe trazer benefícios diretos ou indiretos. Você poderá se beneficiar diretamente, pois o preenchimento dos questionários poderá ser um momento de reflexão do seu importante papel como aluno. Quanto aos benefícios indiretos, mesmo que não imediatos, poderão surgir por meio da propagação de informações que serão úteis para identificar o perfil dos alunos bolsistas e não bolsistas e como eles avaliam o seu rendimento acadêmico a partir do Programa de Assistência Estudantil.

## **ASSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DO SUJEITO COMO VOLUNTÁRIO (A)**

Este Termo de Assentimento poderá conter informações que você não entenda. Caso haja alguma dúvida, pergunte à pessoa que está lhe entrevistando, seus pais e/ou seu responsável legal para que esteja bem esclarecido (a) sobre sua participação na pesquisa.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar em fazer parte do estudo, assine este documento que será rubricado e assinado por seus pais ou seu responsável legal, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Você tem o direito de desistir da participação na pesquisa em qualquer tempo, sem qualquer penalidade.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a participação dos voluntários.

Os dados coletados nesta pesquisa (Gravações, entrevistas, fotos, filmagens, etc), ficarão armazenados em (Pastas de arquivo, computador pessoal), sob a responsabilidade do pesquisador, no endereço (Informado acima ou colocar o endereço do local), pelo período mínimo de 05 anos.

O/A voluntário/a não pagará nada para participar desta pesquisa. Se houver necessidade, as despesas para a participação serão assumidas ou ressarcidas pelos pesquisadores. Fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IF SERTÃO-PE no endereço: Reitoria – Anexo, Rua Valério Pereira, 72, sala 201, Centro, Petrolina-PE, CEP 5604-060, Telefone: (87) 2101-2359 / Ramal 104, que tem horário de funcionamento de segunda à quinta-feira das 8h às 12h e das 14h às

18h. [http://www.ifsertao-pe.edu.br/index.php/comite-de-etica-em-pesquisa, cep@ifsertao-pe.edu.br](http://www.ifsertao-pe.edu.br/index.php/comite-de-etica-em-pesquisa,cep@ifsertao-pe.edu.br).

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente, que deve existir nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade, objetivando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

---

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

---

Assinatura do (a) Voluntário (a)

---

Assinatura do(a) Responsável Legal ou Pais

## ASSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DO SUJEITO COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu,

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_, portador(a) do documento de Identidade:  
 \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_ (se  
 já tiver documento), fui informado(a) dos objetivos da pesquisa de maneira clara/  
 detalhada e esclareci minhas dúvidas.

Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável legal poderá modificar a decisão de minha participação se assim o desejar, mesmo já tendo assinado o consentimento/ assentimento.

Declaro que concordo em participar dessa pesquisa. Recebi uma cópia deste termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Local e data \_\_\_\_\_ , \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do (da) Participante/ Voluntário (a)

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do (a) Responsável Legal ou Pais

**Presenciamos a realização de esclarecimentos sobre a pesquisa, aceite do sujeito em participar da pesquisa, bem como o assentimento do responsável legal ou pais do voluntário (a).**

NOME COMPLETO:	NOME COMPLETO:
ASSINATURA:	ASSINATURA:

**OBs. 02 Testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores.**

**ANEXOS**

**INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO  
PERNAMBUCANO CAMPUS SALGUEIRO  
MESTRADO PROFISSIONAL  
EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TÉCNOLÓGICA**



**Assistência estudantil  
mais próxima de você.**

**Autor: João Paulo Lira Martins**

**Orientadora: Cristiane Ayala de Oliveira**

# AUTORES



João Paulo Lira Martins possui graduação em Administração pela Universidade Estadual do Piauí (2014), e MBA em Logística pelo Instituto de Estudos Empresariais de Teresina. Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica no IF Sertão - Campus Salgueiro - PE. É administrador do IFPI - Campus Oeiras.



Cristiane Ayala de Oliveira possui graduação em Tecnologia em Agropecuária: Sistemas de Produção pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS (2007), foi bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul - FAPERGS no projeto "Diagnóstico Socioeconômico-Ambiental da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (2005-2007). Possui outra graduação em Tecnologia em Agroindústria, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IF Farroupilha (2009). Possui Formação pedagógica através do Programa Especial de Formação de Professores (PEG) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM2010). É Especialista em Processamento e Controle de Qualidade de Carne Leite e Ovos pela Universidade Federal de Lavras - UFLA/MG (2009) e Mestre em Ciência e Tecnologia de Alimentos pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (2011). Foi bolsista de mestrado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (2010-2011). Possui Doutorado (2015) através do Programa de Pós-Graduação em Ciência dos Alimentos pela Universidade Federal de Lavras - UFLA na linha de pesquisa de Carnes e Derivados, onde foi bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq - período de março de 2011 a setembro de 2012). Desde setembro de 2012, é professora do quadro efetivo do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sertão Pernambucano - IF Sertão-PE - Campus Salgueiro, ministrando aulas para o Curso Superior de Tecnologia em Alimentos. Tem experiência na área de Agronomia, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Química dos Alimentos, Processamento e Controle de Qualidade de produtos de Origem Animal e Vegetal. Foi coordenadora do Curso Superior de Tecnologia em Alimentos do IF SertãoPE - Campus Salgueiro nos biênios 2015-2016 e 2017-2018. Desde agosto de 2018, é Coordenadora de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação do IF Sertão Pernambucano – Campus Salgueiro. É também docente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT, no Campus que é lotada.

Martins, João Paulo Lira Martins

M386a Assistência estudantil mais próxima de você/João Paulo Lira Martins, Cristiane Ayala de Oliveira.  
II, 16 f: il.

Produto Educacional desenvolvido como parte da dissertação intitulada “Política de assistência estudantil no ensino médio integrado: análise sob a ótica dos alunos dos curso de agropecuária do IFPI – Campus Oeiras” apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF Sertão PE) / Campus Salgueiro, Salgueiro, PE, 2020.

Orientador (a): Profª Drª Cristiane Ayala de Oliveira.

1. Políticas Públicas Educacionais 2. Assistência Estudantil 3. Ensino médio integrado - Educação Profissional e Tecnológica I. Título II. Oliveira, Cristiane Ayala de.

CDD 378.013

Ficha Catalográfica Elaborada pela Bibliotecária Naira Michelle Alves Pereira CRB 4/1891

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	3
1 O QUE É A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL?.....	4
2 COMO SABER SE TENHO DIREITO?.....	9
3 QUAL A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA?.....	11
4 PASSO-A-PASSO PARA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO.....	13
5 EU POSSO SER DESLIGADO DO PROGRAMA?.....	14
6 NÃO FUI CONTEMPLADO! E AGORA?.....	15
7 CONCLUSÃO.....	15
REFERÊNCIAS.....	15
HISTÓRIA EM QUADRINHOS.....	16

## APRESENTAÇÃO

Você não sabe o que é a Política de Assistência ou tem interesse em saber mais sobre o assunto? O intuito deste guia é justamente orientar os alunos sobre o que é a assistência estudantil, como ela se compõe, quem tem direito aos benefícios e o passo-a-passo para suprimir a concessão dos benefícios.

O guia “Assistência estudantil mais próxima de você” é um produto de uma dissertação de mestrado do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional - PROFEPT, intitulada a Política de Assistência Estudantil no Ensino Médio Integrado: uma análise a partir da percepção do educando.

Esse guia foi realizado para ressaltar a importância da Assistência Estudantil, relacionando também esta política aos aspectos sociais, pedagógicos e psicológicos do educando como parte do processo educativo.

Para uma melhor compreensão do guia, ele será dividido em 6 partes: a primeira trata do que é a assistência estudantil e como ela é composta; a segunda parte trata dos critérios de elegibilidade que os alunos devem estar inseridos para terem o direito de concorrer ao edital dos benefícios; a terceira parte traz um check-list sobre a documentação necessária e pedida nos processos de seleção dos benefícios; a quarta parte traz um passo-a-passo para a concessão dos benefícios, a quinta traz os critérios de desligamento do programa e a sexta mostra outros meios de conseguir auxílios caso não seja contemplado com a bolsa permanente.

Espera-se que esse guia possa contribuir para um melhor aprofundamento sobre o tema e a sua verdadeira importância dentro do percurso formativo do educando



## 1. O QUE É A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL?

Olá aluno!!! Você ainda não sabe o que é a assistência estudantil? Pois bem, esse guia didático irá tirar todas as suas dúvidas a respeito dessa política pública que tem como objetivo reduzir as desigualdades socioeconômicas promovendo assim a justiça social durante todo o seu percurso acadêmico.

Mas não é só isso caro aluno, a assistência estudantil visa além de garantir o seu acesso ao IFPI, sua permanência e seu êxito acadêmico, para que você tenha sucesso durante todo o seu ensino médio, técnico ou superior e assim receba o seu tão almejado diploma.

mas a assistência estudantil vai além disto, e vamos mostrar pra você direitinho em como ela se divide!!!

Primeiramente temos os Programas Universais, que são destinados a todos vocês, sem exceção, e que ainda se dividem em três grupos:

- Atendimento ao estudante
- Desenvolvimento técnico científico
- Necessidades educacionais específicas

Temos um segundo grupo que se destinam aos alunos que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica, e que são compostas pelos seguintes benefícios:

- Benefício permanente
- Benefício atleta
- Benefício cultura
- Benefício moradia estudantil
- Benefício eventual.

Agora que você sabe em como eles se dividem, vamos explicar cada um deles ...



## **1. Atendimento ao Estudante:**

A) **ALIMENTAÇÃO ESTUDANTIL:** Atendimento ao estudante em suas necessidades básicas de alimentação, de forma gratuita, através da utilização do restaurante do campus.

B) **ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO ESTUDANTE:** É disponibilizada ao estudante a assistência à sua saúde através de atendimento médico, odontológico, de enfermagem e psicológico de forma gratuita, objetivando a promoção e a prevenção da saúde, na perspectiva da educação em saúde por meio da adoção de hábitos de vida saudáveis, colaborando com o bem-estar físico, psíquico e social dos estudantes.

C) **ACOMPANHAMENTO E SUPORTE AO ENSINO:** Objetiva a orientação educacional, no sentido de preparar o estudante para enfrentar os desafios cotidianos da vida acadêmica e atuar como protagonista do seu processo educativo. É o acompanhamento do processo ensino-aprendizagem, através da orientação pedagógica e psicossocial com monitoramento de frequência e aproveitamento escolar e do envolvimento da família nesse processo.

D) **INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO POLÍTICO-ACADÊMICA, CULTURAL E ESPORTIVA:** Fortalece e incentiva a formação e a participação política do estudante, bem como a sua participação em eventos culturais e/ou desportivos em âmbito nacional.



## **2. Desenvolvimento Técnico-científico:**

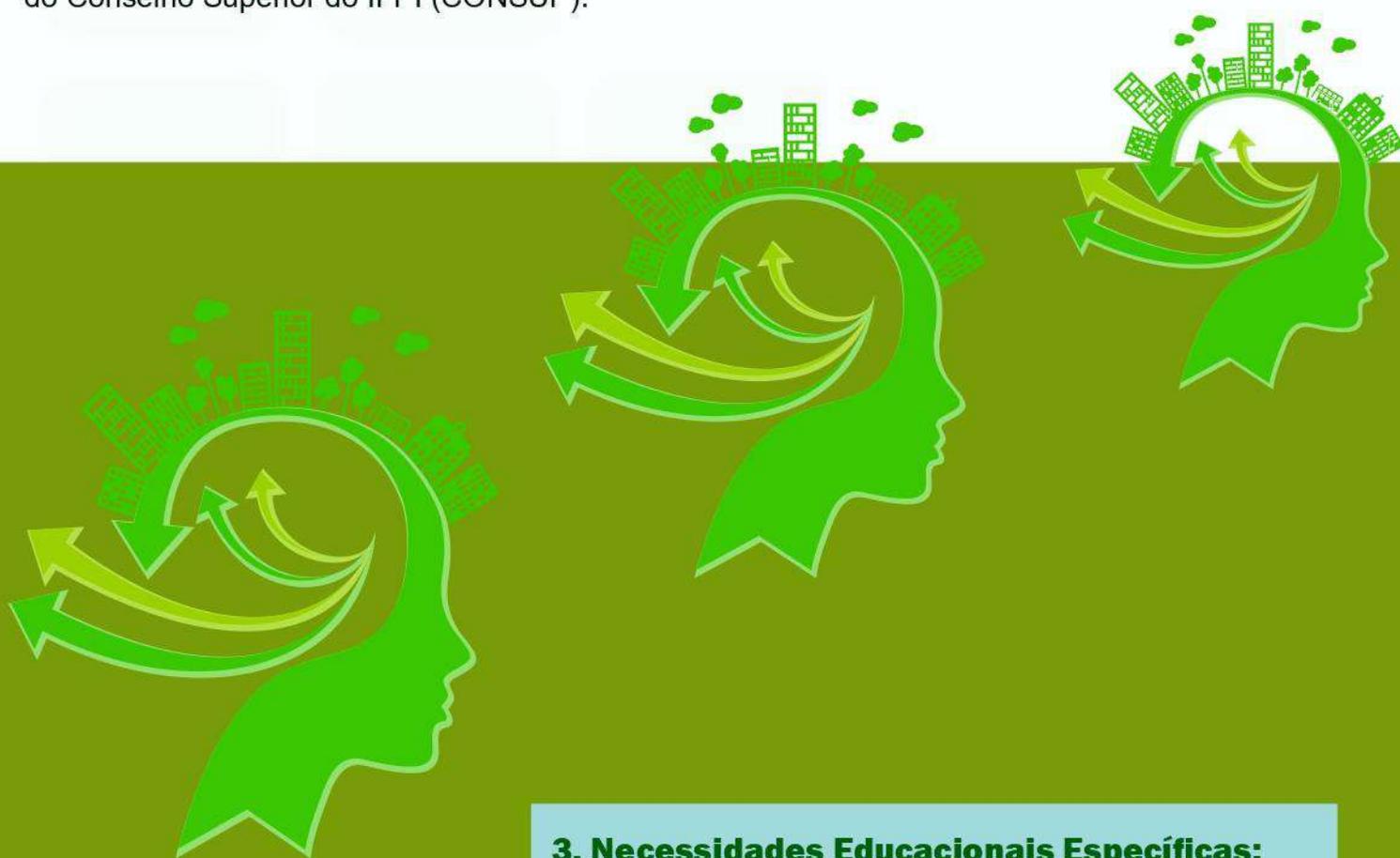
A) PROGRAMA DE ACOLHIMENTO AO ESTUDANTE INGRESSANTE (PRAEI): Voltado para o estudante ingressante no Ensino Médio Integrado, este programa oferece apoio nas suas dificuldades de aprendizagem de conteúdos fundamentais da Educação Básica nas disciplinas de Matemática, Física, Química e Língua Portuguesa, objetivando minimizar deficiências em relação à aprendizagem, com vistas a favorecer um melhor desempenho acadêmico. Para isso, são oferecidas aulas das referidas disciplinas ministradas por estudantes monitores selecionados por edital específico do Programa.

B) PROJETOS DE MONITORIA: A monitoria é uma atividade discente que auxilia o professor, monitorando grupos de estudantes em projeto acadêmico ou com dificuldade de aprendizagem. A seleção de monitores é feita conforme Resolução nº 12/2016 do Conselho Superior do IFPI (CONSUP).

C) PROJETOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA: Oportuniza aos estudantes de cursos técnicos e de graduação o contato direto com a atividade científica e de pesquisa. Esses projetos são desenvolvidos através do: PIBIC - Programa de Bolsa de Iniciação Científica - incentiva a participação de estudantes do Ensino Superior em projetos de pesquisa; PIBIC Jr. - Programa de Bolsa de Iniciação Científica Júnior - incentiva a participação de estudantes do Ensino Médio Integrado em projetos de pesquisa; PIBIC IT - Programa de Bolsa de Iniciação Científica Inovação Tecnológica - incentiva a participação de estudantes do Ensino Médio Integrado em projetos de Inovação Tecnológica. A participação dos estudantes nos Projetos PIBIC/PIBIC Jr./PIBIC IT ocorre através de editais ou processos seletivos. Os estudantes participantes recebem bolsa de incentivo a sua pesquisa.

D) **PROJETOS DE EXTENSÃO:** Permitem a participação efetiva de estudantes em Projetos de Extensão que possam intervir para o benefício da comunidade externa do IFPI, bem como para o crescimento acadêmico do estudante, contribuindo, assim, para sua formação acadêmica, profissional e cidadã. A participação dos estudantes nos Projetos de Extensão ocorre através de editais ou processos seletivos sob a responsabilidade da Coordenação de Extensão. Os projetos de extensão acima mencionados são aqueles cujos recursos são oriundos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

E) **PROJETOS DE VISITAS TÉCNICAS:** São projetos que preveem a participação de estudante em visitas técnicas ou eventos acadêmicos, científicos e culturais em nível nacional, que apresentam uma relação teórico-prática do ensino a partir de experiência em outras instituições e/ou espaços educativos, atendendo às necessidades dos respectivos cursos e proporcionando a troca de experiência e/ou enriquecimento curricular. Refere-se à ajuda de custo, (bolsa deslocamento) aos estudantes, a fim de subsidiar sua participação nas visitas. Tais visitas técnicas são orientadas pela Resolução 062/2014 do Conselho Superior do IFPI (CONSUP).



### 3. Necessidades Educacionais Específicas:

Apoio às atividades de inclusão social a estudantes com necessidades educacionais específicas. As ações são operacionalizadas pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE).

#### PROGRAMA DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE EM VULNERABILIDADE SOCIAL

O Programa é implementado através da concessão dos seguintes benefícios:

1. **BENEFÍCIO PERMANENTE:** Benefício concedido ao estudante durante o percurso acadêmico. Os estudantes são selecionados através de edital lançado no início do ano letivo.

O estudante selecionado para o benefício permanente recebe um dos seguintes valores: R\$ 100,00 (cem reais), R\$ 150 (cento e cinquenta reais), R\$ 200 (duzentos reais),

R\$ 300 (trezentos reais) e R\$ 400,00 (quatrocentos reais), definidos a partir de análise socioeconômica, considerando a renda per capita familiar e os agravantes sociais.

**2.BENEFÍCIO ATLETA:** Corresponde ao repasse financeiro ao estudante atleta, como incentivo à participação em atividades desportivas de representação do IFPI. O Benefício Atleta é concedido ao estudante durante seu percurso acadêmico e enquanto comprovar semestralmente a sua participação em atividades desportivas de representação do IFPI.

**3.BENEFÍCIO CULTURA:** Corresponde ao repasse financeiro ao estudante, como incentivo à participação em atividades culturais de representação do IFPI. O Benefício Cultura é concedido ao estudante durante seu percurso acadêmico e enquanto comprovar a sua participação em atividades culturais de representação do IFPI.

O valor dos benefícios Atleta e Cultura obedecerá à escala de valores apresentados pelo Benefício Permanente.

**4.BENEFÍCIO MORADIA ESTUDANTIL:** Trata-se de recursos financeiros, repassados aos campi, para assegurar o funcionamento e a manutenção de moradia ou alojamento estudantil nos campi que já dispõem desse serviço ou para aqueles que, dependendo da disponibilidade de recurso financeiro, estrutura física e recursos humanos, comprovar tal necessidade junto à Reitoria. Para usufruir do benefício da Moradia Estudantil, os estudantes devem ser migrantes em vulnerabilidade socioeconômica, sendo selecionados através de edital ou processo seletivo de acordo com o número de vagas oferecidas.



**ATENÇÃO!!! Este tipo de benefício não é oferecido em todos os Campi, consulte o seu campus sobre a disponibilidade desse auxílio**



5. **Benefício Eventual:** Disponibilizado ao estudante que vivencia situação extraordinária de vulnerabilidade socioeconômica agravante que possa interferir no contexto acadêmico. O benefício busca suprir necessidades extraordinárias de materiais de apoio ao desenvolvimento das atividades educacionais, tais como: fardamento escolar, óculos, aparelho auditivo, entre outros.

- Se você não sabe o que é situação de vulnerabilidade socioeconômica, a gente te explica: o termo vulnerabilidade socioeconômica refere a situação de grupo de pessoas com poucos recursos financeiros, de moradia, educação e também de falta de acesso a oportunidades não somente para o seu desenvolvimento acadêmico, como também seu desenvolvimento como cidadão.
- **SE LIGUE:** Busque informações no seu Campus também sobre o auxílio creche, que garante um valor para que você pai ou mãe não deixe de frequentar as aulas por não terem com quem deixar os filhos. O auxílio creche ainda não é disponibilizado pelo IFPI, mas faça com que o campus faça ações institucionais para esse auxílio, pois ela é um direito garantido no Programa de Assistência Estudantil.



## 2. COMO SABER SE TENHO DIREITO?



Depois de conhecer os tipos de benefícios e como eles se dividem, é importante que você saiba a quais benefícios você tem direito, então vamos lá!!

Para você ter direito aos benefícios de suporte ao aluno é muito fácil, basta que você seja um aluno regularmente matriculado, mas para isso você precisa de uma frequência mínima de 75% de aulas, caso contrário você perde direito aos benefícios, que são muito importantes para você! Já para os programas e projetos de desenvolvimento científico, você tem que ficar atento para o lançamento dos editais com as informações necessárias para que você possa participar.

Agora para que você faça jus ao recebimento do benefício referente ao Programa de Atendimento ao aluno em vulnerabilidade social, você deve prestar atenção a alguns critérios muito importantes, que são eles:

- você deve estar regularmente matriculado;
- você e sua família devem possuir renda per capita de até um salário mínimo e meio;
- você e sua família também devem apresentar condições de vulnerabilidade social, lembra que falamos disso mais acima?;
- você deve estar na iminência de evasão escolar em razão das condições socioeconômicas.

Seu ingresso no programa está condicionado à seleção socioeconômica através de edital específico sendo reavaliada sua situação socioeconômica no final do período letivo ou no início do período letivo subsequente para verificação de continuidade do benefício.

Já para receber o benefício eventual você deve observar os critérios do benefício permanente além de apresentar os documentos comprobatórios que justifiquem a necessidade do benefício.

**FIQUE LIGADO:** a solicitação do benefício eventual pode ser feita em qualquer período do semestre letivo!!!

Sendo ainda importante destacar que o benefício eventual só será concedido mediante disponibilidade de recursos financeiros e a relevância do benefício no seu processo de ensino-aprendizagem.



**OBS:** apenas os estudantes da modalidade presencial são contemplados com os benefícios.



### **3. QUAL A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA?**

Aluno, para que você possa concorrer ao benefício permanente, você deverá apresentar junto a Assistente Social alguns documentos que serão listados abaixo, em forma de check-list!! Para evitar que você perca os prazos de entrega de documentação e fique de fora da seleção dos estudantes beneficiários, confira cada documento solicitado e se todos conferem com os solicitados abaixo:

A documentação exigida é dividida em 5 anexos, que você confere a baixo:

- a) Requerimento de inscrição (Anexo II)
- b) Documentos de identificação pessoal e familiar (descritos no Anexo I);
- c) Documentos que comprovem a renda familiar (descritos no Anexo I);
- d) Documentos para comprovação dos agravantes sociais, conforme o caso. (descritos no Anexo I)
- e) Declaração de (não) recebimento de bolsa/benefício (Anexo VI);
- f) Declaração - Quadro da composição familiar (Anexo IX)



OS MODELOS DOS ANEXOS ESTÃO NO EDITAL DE SELEÇÃO. ESSE GUIA SERVE PARA CONSULTA E MELHOR ENTENDIMENTO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, MAS NÃO SUBSTITUI O EDITAL.



**FIQUE ATENTO:** no requerimento você precisa identificar o benefício que você quer receber, pois você só tem direito de receber apenas um benefício.

**MAS ATENÇÃO NOVAMENTE:** como você já sabe, os auxílios pagos com os recursos da assistência estudantil não podem ser cumulativos. **MAS TEMOS UMA SITUAÇÃO NO QUAL ISSO PODE ACONTECER, QUE É NO CASO DO RECEBIMENTO DO BENEFÍCIO EVENTUAL!!!!**

E não se esqueça que a documentação não será aceita fora do prazo estabelecido, e caso você não entregue toda documentação completa, você será excluído do processo.

## 4. PASSO-A-PASSO PARA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO

O passo-a-passo para a concessão do benefício que você tem que seguir é o seguinte:



01

Você deve esperar o lançamento do edital ao qual você deve ler completo, pois lá são informados os critérios, prazos e documentações necessárias para requerer o benefício. Mas se você tiver dificuldades de acesso ao edital.



02

Após leitura do edital ou do nosso guia, você deverá efetuar a inscrição e juntar toda documentação necessária que deverá ser entregue junto a Assistente Social em data e hora que será divulgada para todos os alunos.



03

Após a entrega da documentação, a Assistente Social irá fazer a análise documental para saber se você entregou a documentação exigida corretamente.



04

Logo depois, será feita entrevista com todos os alunos que entregaram a documentação no prazo e corretamente, e em alguns casos, se for necessário, será feita visita domiciliar.



05

O resultado será divulgado no site do IFPI ([www.ifpi.edu.br](http://www.ifpi.edu.br)) e também nos murais do seu Campus!



06

Caso você se sinta prejudicado com o resultado, você pode contestar o resultado divulgado preliminarmente através de recurso contra o resultado!



07

Divulgação de um novo resultado novamente no site do IFPI e nos murais do campus.



**ATENÇÃO:** O estudante que desejar interpor recurso contra o resultado do processo seletivo, poderá fazê-lo preenchendo o formulário disponível no Anexo VIII do Edital e entregar até 24h após a divulgação do resultado para a Assistente Social.

Em caso de dúvidas, procure o setor de serviço social do seu campus. Caso não possua um, se dirija a coordenação pedagógica ou direção de ensino do campus para maiores informações!

## 5. EU POSSO SER DESLIGADO DO PROGRAMA?

Sim caro aluno, existem algumas situações em que você pode sim ser desligado do programa de assistência estudantil, então fique ligado em quais são eles:

- Caso você tranque sua matrícula ou abandone a escola;
- Você também não pode cometer nenhum tipo de ato indisciplinar grave previsto na Organização Didática da Instituição;
- Você lembra dos critérios para ser considerado em vulnerabilidade social? Então, caso você supere esses requisitos, você será desligado do programa, para que também seja dada oportunidade para outros colegas;
- Se você tiver várias faltas sem justificativa também será um motivo;
- E caso você também tenha interesse em desligar-se do programa, você pode informar para a Assistente Social, para que o seu benefício seja suspenso.

**Mas caso você seja assíduo nas aulas, mantenha as notas sempre acima da média, e continue se enquadrando nos critérios de vulnerabilidade social, você não corre o risco de perder a bolsa!!**



**LEMBRETE:** a renovação do benefício não é automática, viu? Você deve ficar atento aos prazos de reavaliação do programa, para que você continue recebendo a bolsa!!



**ATENÇÃO PARA O LEMBRETE 2:** Durante as férias os benefícios serão suspensos!!!

## 6. NÃO FUI CONTEMPLADO! E AGORA?

Infelizmente nem todos vocês que participam do processo de seleção dos benefícios são selecionados, e isso vai ocorrer por dois motivos:



- Os benefícios dependem de dotações orçamentárias e de recursos disponíveis, o que na maioria das vezes impossibilita o pagamento do benefício para todos vocês!
- Caso você não tenha sido contemplado com o benefício é porque você pode também não ter se enquadrado nos critérios de vulnerabilidade socioeconômica.

Só que pra vocês que não foram contemplados com o benefício, nem tudo está perdido, sabe por quê? Pois vocês também tem condições de pleitear outros benefícios, como as bolsas de extensão e bolsas de pesquisa, além de participar de alguma atividade de estágio ou de monitoria, para conseguir algum tipo de recurso financeiro que também possa lhe auxiliar durante o percurso acadêmico.

### CONCLUSÃO

Esperamos que, por meio desse guia, possamos ter contribuído para a sua atualização a respeito das principais informações sobre a assistência estudantil e assim facilitar a sua compreensão sobre seus direitos e procedimentos para acesso aos benefícios. Evitando, com isso, que você que fique de fora do programa ou que haja algum mal entendimento por falta de esclarecimentos.



Então desejamos uma jornada fantástica de aprendizado, conhecimento e descobertas, além do mais importante: **NUNCA DESISTA!!**

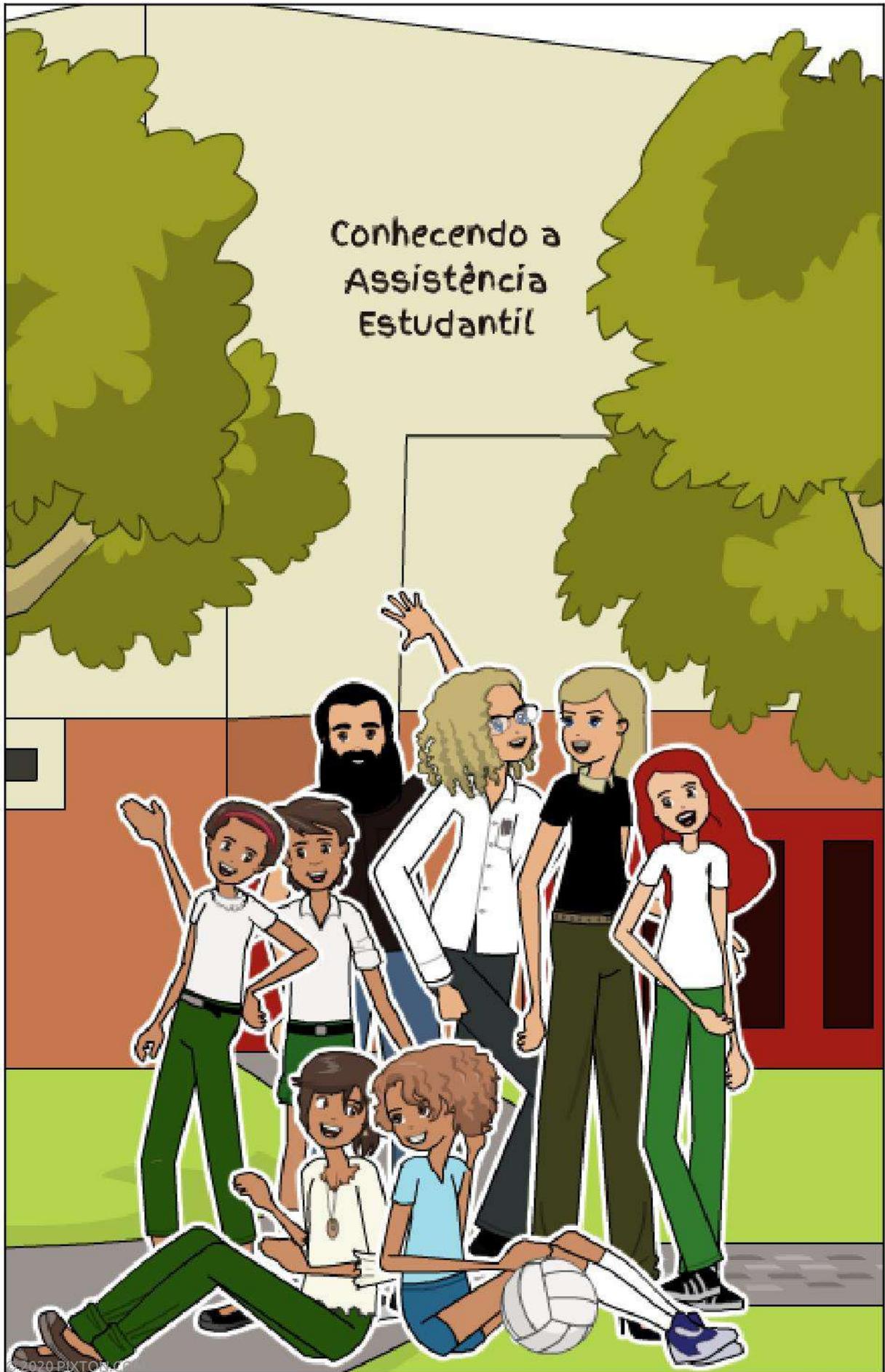


### REFERÊNCIAS

IFPI. Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina, 2014.

Cartilha da Política de Assistência Estudantil do IFPI/ Organizadoras, Shirley Raquel Frazão Lopes, Zilda de Brito Lima. – Teresina: IFPI, 2017.

# Conhecendo a Assistência Estudantil



Martins, João Paulo Lira Martins

M386c Conhecendo a assistência estudantil/João Paulo Lira Martins, Cristiane Ayala de Oliveira.  
II, 12 f. il.

Produto Educacional desenvolvido como parte da dissertação intitulada “Política de assistência estudantil no ensino médio integrado: análise sob a ótica dos alunos dos curso de agropecuária do IFPI – Campus Oeiras” apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF Sertão PE) / Campus Salgueiro, Salgueiro, PE, 2020.

Orientador (a): Profª Drª Cristiane Ayala de Oliveira.

1. Políticas Públicas Educacionais 2. Assistência Estudantil 3. Ensino médio integrado - Educação Profissional e Tecnológica I. Título II. Oliveira, Cristiane Ayala de.

CDD 378.013

Ficha Catalográfica Elaborada pela Bibliotecária Naira Michelle Alves Pereira CRB 4/1891

"JOÃO ACABOU DE INGRESSAR NO CURSO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO NO INSTITUTO FEDERAL, E ESTÁ ANSIOSO COM TODAS AS NOVIDADES QUE ESTÃO POR VIR..."



"LOGO NO PRIMEIRO DIA, CONHECEU A ALUNA VETERANA NANDA. ELA É MEMBRO DO GRUPO DE ACOLHIDA DOS NOVOS ESTUDANTES, E QUE MOSTRA A ELE TODOS OS LUGARES DA INSTITUIÇÃO..."



OLÁ NANDA! MUITO PRAZER, ESTOU ANIMADO COM A INSTITUIÇÃO E COM O CURSO!



OLÁ JOÃO SEJA BEM-VINDO, MEU NOME É FERNANDA, MAS PODE ME CHAMAR DE NANDA! VOU TE ACOMPANHAR PELOS SETORES DO INSTITUTO, PARA QUE POSSA CONHECER O LOCAL!

EU ESTOU NO ÚLTIMO ANO, GOSTO MUITO DAQUI, TIVE MUITAS OPORTUNIDADES LEGAIS! VENHA COMIGO! VOU TE MOSTRAR O CAMPUS!



ESTE É O NOSSO REFEITÓRIO! NELE SÃO SERVIDAS AS REFEIÇÕES PARA OS ALUNOS NO REGIME DE INTERNATO COMO OS ALUNOS NÃO INTERNOS!



COMO ASSIM? ALUNOS INTERNOS E NÃO INTERNOS?!



SIM! AQUI TEMOS O REGIME DE INTERNATO, ALGUNS INSTITUTOS POSSUEM ESSE SISTEMA. EU MESMA SOU RESIDENTE DO DORMITÓRIO, ENTÃO FAÇO MINHAS TRÊS REFEIÇÕES AQUI!



QUEM NÃO É INTERNO, TEM DIREITO AO MENOS UMA REFEIÇÃO, PODENDO SER ALMOÇO OU LANCHE, MAS AÍ DEPENDE DA INSTITUIÇÃO!



EM TODOS OS INSTITUTOS É D'ESSA FORMA?!

HUM... DEPENDE...



"...MINHA PRIMA ANA...ESTUDA EM UMA UNIDADE QUE NÃO POSSUI REFEITÓRIO, LÁ É CONCEDIDO AOS ALUNOS O CHAMADO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO!..."

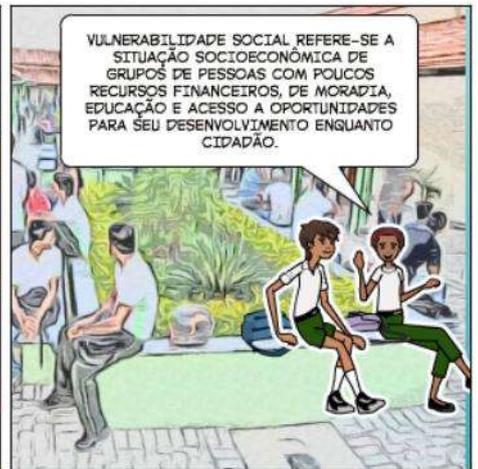


EI! VAMOS POR AQUI QUERO TE MOSTRAR ONDE FICA A BIBLIOTECA E NO CAMINHO JÁ MOSTRO ONDE FICAM OS DORMITÓRIOS!



AQUI FICAM OS DORMITÓRIOS, NORMALMENTE AQUI FICAM OS ALUNOS QUE NÃO MORAM NA CIDADE, E QUE NÃO POSSUEM CONDIÇÕES DE PAGAR UM ALUGUEL, OU TEM DIFICULDADES COM TRANSPORTE!











VAMOS DAR UMA PASSADINHA NO NAP, DEPOIS VAMOS A BIBLIOTECA!

OK!



OI LIDIA!

OI NANDA!



COMO ESTÁ TUA BEBÊ?

ESTÁ BEM, EU VIM HOJE FALAR COM A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA VER A POSSIBILIDADE DO AUXÍLIO CRECHE!

AUXÍLIO CRECHE!?



AHÃM...QUEM É ELE?

ESTAVAMOS FALANDO SOBRE ISSO COM MILENE!

AH! SIM, MAS POR QUE VOCÊ VAI PEDIR AUXÍLIO CRECHE?



HEHEH...DESCULPE, A INDISCRICÃO, MEU NOME É JOÃO!



ELE É NOVATO!

AHAHAHA, NÃO PRECISA SE DESCULPAR, MEU NOME É LIDIA!



RECENTEMENTE TIVE MINHA BEBÊ, ELA TEM 06 MESES AGORA, EU TENHO QUE VOLTAR A ESTUDAR E NÃO TENHO COM QUEM DEIXAR MINHA FILHA! ENTÃO...VIM VERIFICAR A POSSIBILIDADE DA CONCESSÃO DO AUXÍLIO CRECHE!



"ENTÃO COM ESSE AUXÍLIO EU FICO MAIS TRANQUILA, POIS PODEREI PROPORCIONAR A MINHA FILHA UM CUIDADO, ENQUANTO EU TERMINO MEUS ESTUDOS."



ESTOU VINDO DA SALA DE PAULO, ELE ENCAMINHOU MEU PEDIDO A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, AGORA VOU LÁ EM MILENE!

ACABAMOS DE VIR DE LÁ, ESTAMOS INDO PARA A SALA DE PAULO NO NAP!



TENHO AULA DAQUI A POUCO, VOU NESSA! ATÉ!

NÓS TAMBÉM! BOA SORTE NO SEU PEDIDO!



NÃO IMAGINAVA QUE EXISTISSE AUXÍLIO-CRECHE AQUI!



ESSE AUXÍLIO GARANTE AO ESTUDANTE DE GRADUAÇÃO A CONTRATAÇÃO DE CRECHE PARA SEUS FILHOS, É UMA FORMA DE REDUZIR A EVASÃO ACADÊMICA DECORRENTE DA MATERNIDADE OU PATERNIDADE PRECOZE E NÃO PROGRAMADA DE UM ESTUDANTE EM CONDIÇÃO DE VULNERABILIDADE.





\*ESTE PROGRAMA TAMBÉM OFERECE APOIO NAS SUAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DE CONTEÚDOS, COMO MATEMÁTICA, FÍSICA, PORTUGUÊS, QUÍMICA. AS AULAS DE REFORÇO SÃO OFERECIDAS POR ALUNOS MONITORES SELECIONADOS. OBJETIVA SANAR ALGUMAS DIFICULDADES DOS ALUNOS!



MONITORES!?



SER UM MONITOR, ANTES DE TUDO, É SER UM FACILITADOR DO APRENDIZADO EM SALA DE AULA. SÃO OS ALUNOS QUE ESTÃO EXPERIMENTANDO TAMBÉM A INICIAÇÃO A DOCÊNCIA!



QUE BOM QUE GOSTOU!

AQUI TAMBÉM É MUITO FREQUENTADO PELOS BOLSISTAS DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO!

MUITO LEGAL A BIBLIOTECA!



O QUE SÃO BOLSISTAS DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO?



SÃO PROGRAMAS QUE POSSIBILITAM OS ALUNOS ENTRAREM EM CONTATO COM OS PILARES DA INSTITUIÇÃO! (PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO)

EU FUI BOLSISTA DE PESQUISA!

INTERESSANTE!



OPORTUNIZA AOS ESTUDANTES DE CURSOS TÉCNICOS E DE GRADUAÇÃO O CONTATO DIRETO COM A ATIVIDADE CIENTÍFICA E DE PESQUISA. A PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES NOS PROJETOS PIBIC/PIBIC JR./PIBITI OCORRE ATRAVÉS DE EDITAIS OU PROCESSOS SELETIVOS. OS ESTUDANTES PARTICIPANTES APROVADOS RECEBEM BOLSA DE INCENTIVO A SUA PESQUISA.



PROJETOS DE EXTENSÃO PERMITEM A PARTICIPAÇÃO EFETIVA DE ESTUDANTES QUE POSSAM INTERVIIR PARA O BENEFÍCIO DA COMUNIDADE, É UMA FORMA DE DARMOS NOSSA CONTRIBUIÇÃO COM AS COMUNIDADES ONDE ESTAMOS INSERIDOS!



E EM AMBOS O ACESSO É VIA EDITAL...HUM...VAMOS VER

OLHA! O QUE ESTÁ ACONTECENDO ALI?

TEM UM GRUPO LÁ NA FRENTE!



OI PAULO!

AHH... OS ALUNOS ESTÃO VOLTANDO DE UMA VISITA TÉCNICA! OLHA, LÁ ESTÁ NOSSA INTÉRPRETE ALINE...OI ALINE!



ALINE, QUERO TE APRESENTAR O JOÃO! ALINE É NOSSA INTÉRPRETE EM LIBRAS!

OLA JOÃO, MUITO PRAZER!

OLÁ, MUITO PRAZER!



O QUE É "INTÉRPRETE EM LIBRAS?"

O INTÉRPRETE DE LIBRAS É O PROFISSIONAL QUE DOMINA A LÍNGUA DE SINAIS E A LÍNGUA FALADA DO PAÍS E QUE É QUALIFICADO PARA DESEMPENHAR A FUNÇÃO.



EU PRESTO APOIO ÀS ATIVIDADES DE INCLUSÃO SOCIAL A ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS. NO MEU CASO SÃO COM ESTUDANTES SURDOS! EU SEMPRE ESTOU NO NAPNE. SE QUISER DEPOIS PASSE LÁ QUE TE EXPLICO MELHOR COMO FUNCIONA!



MUITO OBRIGADO! BOM TRABALHO!

PESSOAL ME DESCULPEM A PRESSA, MAS PRECISO IR, POIS TENHO UMA AULA PARA INTERPRETAR! MAS FOI UM PRAZER TE CONHECER JOÃO E SEJA BEM-VINDO!



NOSSA! QUE ÔNIBUS LEGAL!

LEGAL NÉ!? ELE É UTILIZADO PARA EVENTOS E VISITAS TÉCNICAS!



EVENTOS EU JÁ SEI O QUE SÃO, MAS E AS VISITAS TÉCNICAS?



A VISITA TÉCNICA TEM POR OBJETIVO PROMOVER A INTEGRAÇÃO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA, NO QUE SE REFERE AOS CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS PELOS ALUNOS.



AQUI DISPONIBILIZAMOS UMA AJUDA DE CUSTO (BOLSA DESLOCAMENTO) AOS ESTUDANTES, A FIM DE SUBSIDIAR SUA PARTICIPAÇÃO NAS VISITAS OU EVENTOS!



SIM! E TODOS FAZEM PARTE DO QUE CHAMAMOS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E DO PNAES.

SÃO MUITOS BENEFÍCIOS, NEM IMAGINAVA QUE HOUSSEM TANTOS!



A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL GARANTE IGUALDADE DE OPORTUNIDADES AOS ESTUDANTES, AO DAR APOIO PARA MORADIA, ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE NAS UNIVERSIDADES E INSTITUTOS FEDERAIS.

E O PNAES?



O PLANO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES) PERMITE AO ESTUDANTE A MELHORIA DO DESEMPENHO ACADÊMICO E A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES, AO OFERECER ASSISTÊNCIA À MORADIA, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE, SAÚDE, INCLUSÃO DIGITAL, CULTURA, ESPORTE, CRECHE E APOIO PEDAGÓGICO.



AS AÇÕES DO PNAES SÃO EXECUTADAS PELA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO DE ENSINO, QUE ACOMPANHA E AVALIA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA!



SIMPLES, QUASE TODOS SÃO MEDIANTE PROCESSO SELETIVO, MAS VOCÊ DEVE ATENDER REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA CADA UM!

MUITO LEGAL TUDO ISSO! MAS PAULO...COMO EU SEI QUE POSSO RECEBER ALGUM DESSES AUXÍLIOS?



VAMOS FAZER UM PEQUENO TESTE, E SABEREMOS!

OK!

